



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

LAIANE HELENA SILVA DA CRUZ

CASTANHAL: A “CIDADE MODELO”, OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

BELÉM

2023

LAIANE HELENA SILVA DA CRUZ

CASTANHAL: A “CIDADE MODELO”, OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edila Arnaud Ferreira
Moura

BELÉM

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586c Silva da Cruz, Laiane Helena.
Castanhal: a “Cidade Modelo”, os caminhos e descaminhos do
projeto de desenvolvimento / Laiane Helena Silva da Cruz. — 2023.
101 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2023.

1. Castanhal. 2. Amazônia . 3. Estado. 4.
Desenvolvimento. I. Título.

CDD 301

LAIANE HELENA SILVA DA CRUZ

CASTANHAL: A “CIDADE MODELO”, OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edila Arnaud Ferreira Moura

Aprovado em: 20/12/2023

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Edila Arnaud Ferreira Moura (PPGSA/UFPA) – Orientadora

Prof.^a Dr.^a Daniela Ribeiro de Oliveira (PPGSA/UFPA) – Examinadora Interna

Prof.^a Dr.^a Ana Claudeise Silva do Nascimento (PPGED/UNIFESSPA /UEA) – Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Sem dúvidas, a realização desta pesquisa não teria sido possível se não fosse por toda a contribuição que tive ao longo dessa trajetória.

Primeiramente, agradeço ao suporte de minha mãe, Lucilene Costa, que sempre me incentivou a estudar. Mais do que palavras, tive um grande exemplo dentro de casa de como a educação transforma. Tudo o que conquistei devo a sua luta, da qual tenho muito orgulho. Também, não posso deixar de agradecer a minha irmã, Liane Cruz, que foi quase como uma segunda mãe, sempre disposta a cuidar de mim. Tenho certeza de que elas seriam capazes de fazer tudo que fosse possível para que eu pudesse alcançar os meus objetivos. Inspirando-me em Isaac Newton digo: se eu cheguei mais longe, foi porque eu me apoiei no ombro de mulheres. Estendo o meu agradecimento a toda a minha família, que é parte de quem eu sou e, por isso, tem a sua contribuição nesta minha formação.

Agradeço ao meu marido, Danilo Cruz, pelo companheirismo. Mesmo nos momentos mais solitários desse processo eu sabia que não estava sozinha. Agradeço por caminhar junto comigo e me dar apoio. Sou grata por todas as vezes que me fez rir. Aos meus sogros, Cosma Nascimento e Vanderley Cruz, e ao meu cunhado, Lucas Cruz, que, como uma segunda família para mim, foram suporte emocional.

Agradeço às amigas que fiz nesta caminhada: Evelyn Abreu, Ana Manoela Karipuna, Larissa Wanzeller, Alef Monteiro, Keké Bandeira e, em especial, Gláucia Santos, que se dispôs a ouvir e discutir o meu problema e não largou a minha mão. Às minhas magníficas amigas, com quem compartilhei as dores e delícias deste mestrado, agradeço a troca, acima de tudo, de afetos. Às minhas amigas, Rafaella Mesquita e Sanderly Almeida, que acompanham a minha jornada há muito tempo e sempre estiveram do meu lado. Durante esta pesquisa, minhas amigas fizeram parte do meu cotidiano, estiveram presentes em todos os momentos. Esta foi a maior contribuição que poderiam ter dado a mim.

Agradeço a minha orientadora Edila Moura por todos os ensinamentos e o respeito que teve por mim. Com toda a sua gentileza e paciência, me proporcionou um ambiente saudável para desenvolver esta pesquisa, me deu todo o apoio nos percalços deste caminho e sempre acreditou no meu potencial.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao contribuinte pelo financiamento deste estudo.

Agradeço à professora Michele Escoura que aceitou que eu estagiasse na sua turma e participasse de seu grupo de pesquisa. É inspirador acompanhar o seu trabalho e a paixão com que exerce a profissão.

De forma direta ou indireta, muitas pessoas participaram desta pesquisa. Aqui deixo o meu agradecimento a todos e a todas.

RESUMO

Seguindo o padrão nacional-desenvolvimentista, o governo brasileiro na segunda metade do século passado implementou uma série de políticas públicas que almejavam o crescimento econômico, principalmente, por meio da industrialização. Com a instauração da ditadura militar na década de 1960, o governo, visando integrar a Amazônia ao restante do país, passou a adotar diversas políticas públicas como a construção de rodovias e ampla política de incentivos fiscais. A região, vista como um “espaço vazio” pelo Estado, se tornou o destino de milhares de migrantes em busca de um lote de terra. Esta dissertação tem como objetivo analisar a atuação do Estado no município de Castanhal (PA), dentro de um cenário político caracterizado pela ideologia do desenvolvimento. O município de Castanhal, localizado no estado do Pará, é analisado em três períodos: sua criação associada à construção da Estrada de Ferro de Bragança, reforma urbana e criação do Assentamento Cupiúba. Este estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica sobre a história de Castanhal e da Região Bragantina e com base em indicadores sociodemográficos, econômicos e agropecuários coletados nos bancos de dados SIDRA e Atlas Brasil. Os resultados encontrados indicam que Castanhal, devido a um conjunto de investimentos que a cidade recebeu ao longo dos períodos analisados, atualmente se destaca positivamente entre os municípios que foram cortados pela Estrada de Ferro de Bragança. Por outro lado, no que diz respeito à reprodução social dos produtores rurais do assentamento há uma série de desafios a serem superados. O desamparo pelo Estado a que estão sujeitos e a criação do Assentamento Cupiúba como uma medida paliativa em resposta à ocupação dos trabalhadores revela como a agricultura familiar tem sido desvalorizada pelo poder público.

Palavras-chave: Castanhal; Amazônia; Estado; Desenvolvimento.

ABSTRACT

Inspired by developmentalism ideas, the Brazilian government implemented several public policies during the second half of the last century intending to promote economic growth, fueled mainly by industrialization. After the 1964 coup d'état, to integrate the Amazon region to the rest of the country, the government adopted several public policies such as road construction and generous tax incentives. This region, which was seen as an empty space by the State, began to attract thousands of migrants in search of plots of land. Thus, the goal of this dissertation is to assess the role of the State in the municipality of Castanhal within a political scenario driven by the ideology of development. The city of Castanhal, located in the state of Pará, is analyzed considering three different periods: its creation associated with the construction of the railway station of Bragança-PA, the revitalization of its downtown, and the creation of the Cupiúba rural settlement. This study was carried out based on bibliographic research and literature review about the history of Castanhal and its surrounding area (Bragantina region), as well as on socio-demographic, economic, and agricultural indicators collected from the following databases: SIDRA and Atlas Brasil. The results indicate that Castanhal stands out positively among the other municipalities that were crossed by the Bragança railway due to a set of investments the city received during the analyzed periods. On the other hand, concerning the social reproduction of farmers in rural settlements, there are still many challenges that need to be overcome. The State's neglect, to which they are subjected, and the creation of the Cupiúba settlement as a palliative measure in response to their land occupation reveal how familiar farming is devalued by public authorities.

Keywords: Castanhal; Amazon; State; Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Localização da Estrada de Ferro de Bragança	28
Figura 2 - Estação Ferroviária de Castanhal	31
Figura 3 - Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal	62

GRÁFICOS

Gráfico 1 - População residente do município de Castanhal, por situação do domicílio	55
Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	64
Gráfico 3 - Taxa de mortalidade infantil	66
Gráfico 4 - Crescimento do efetivo de rebanho bovino de Castanhal, do Pará e do Brasil.....	74
Gráfico 5 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, Pará e Castanhal, por grupos de área total	82
Gráfico 6 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários de Castanhal por grupo de atividade econômica	84
Gráfico 7 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários de Castanhal por utilização das terras	86
Gráfico 8 - Produto Interno Bruto (PIB) de Castanhal, por setor produtivo (mil reais).....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente dos municípios cortados pela Estrada de Ferro de Bragança e taxa média geométrica de crescimento anual da população	53
Tabela 2 - Produto Interno Bruto (R\$ 1.000)	56
Tabela 3 - Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$ 1,00)	57
Tabela 4 - Salário médio mensal (salários-mínimos), no período de 2006 a 2020, entre os municípios da Região Bragantina.....	59
Tabela 5 - Porcentagem de ocupados de 18 anos ou mais de idade que são empregados.....	59
Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	63
Tabela 7 - Taxa de analfabetismo, por grupos de idade	68
Tabela 8 - Porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais de idade, por nível de escolaridade e expectativa de anos de estudo.....	70
Tabela 9 - Produção de origem animal do município de Castanhal, por tipo de produto	72
Tabela 10 - Efetivo dos rebanhos (cabeças) do município de Castanhal, por tipo de rebanho	73
Tabela 11 - Área colhida do município de Castanhal (hectares).....	76
Tabela 12 - Quantidade produzida das lavouras temporárias e permanentes do município de Castanhal (toneladas).....	78
Tabela 13 - Rendimento médio das lavouras temporárias e permanentes do município de Castanhal (quilogramas por hectare)	79

LISTA DE SIGLAS

AMPRCC	Associação dos Microprodutores Rurais da Colônia do Cupiúba
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
CEAT	Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CTC	Companhia Têxtil de Castanhal
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNCAST	Fundação Cultural de Castanhal
GEBAM	Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas
GEIA	Grupo Executivo da Indústria Automobilística
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MEAF	Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAM	Produção Agrícola Municipal
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PEVS	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PIB	Produto Interno Bruto

PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
PROTERRA	Programa de Distribuição de Terras
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA: MARCO DE UMA HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO	22
2.1 A REGIÃO BRAGANTINA COMO NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA	22
2.2 CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA	26
2.3 MIGRAÇÃO NORDESTINA.....	29
2.4 CRIAÇÃO DAS COLÔNIAS DO APEÚ E DE CASTANHAL.....	29
3 POLÍTICAS DE “DESENVOLVIMENTO”	33
3.1 GÊNESE DO ATUAL CONCEITO DE “DESENVOLVIMENTO”.....	33
3.2 “DESENVOLVIMENTO” NA AMAZÔNIA.....	38
3.2.1 EXTINÇÃO DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA.....	38
3.2.2 “TERRAS SEM HOMENS PARA HOMENS SEM TERRA”	42
3.3 REFORMA URBANA DO CENTRO DE CASTANHAL: NASCE UMA “CIDADE MODELO”	46
4 DO PLANO À REALIDADE	51
4.1 A CIDADE É MODELO?.....	51
4.1.1 A RECONFIGURAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA	52
4.1.2 OS REARRANJOS NA PRODUÇÃO ECONÔMICA	55
4.1.3 A ANÁLISE A PARTIR DOS INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO MUNICÍPIO	59
4.1.4 O REDIMENSIONAMENTO DA AGROPECUÁRIA.....	70
5 PRESENÇA E AUSÊNCIA DO ESTADO NO ASSENTAMENTO CUPIÚBA.....	88
5.1 CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO CUPIÚBA.....	88
5.2 A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E O ASSENTAMENTO CUPIÚBA.....	90
5.3 A LUTA PELA TERRA.....	94
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

1 INTRODUÇÃO

Ingressei no curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 2011. Após algum tempo andando pelos corredores da universidade, em busca de atividades extracurriculares e outras oportunidades acadêmicas, comecei a conhecer um pouco sobre iniciação científica e os caminhos da pesquisa.

Aqui vejo a primeira influência de Castanhal na minha trajetória acadêmica. O meu deslocamento diário até a universidade era longo, dispendioso e cansativo. Por essa razão, eu permanecia por mais tempo na universidade, para que a viagem fosse devidamente usufruída. Desta forma, a UFPA logo tornou-se a minha segunda casa.

Um ano e meio depois de iniciar o curso, em 2012, iniciei, oficialmente, a minha jornada como pesquisadora, na condição de bolsista de iniciação científica, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Edila Moura. A princípio, o objetivo da bolsa era fazer um estudo sobre as formas de participação dos jovens nas recentes “*práticas de economias sustentáveis*” em comunidades ribeirinhas localizadas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã (AM). Porém, com as dificuldades encontradas em decorrência de fatores como distância da área de estudo e cortes orçamentários que inviabilizaram dar continuidade às pesquisas iniciadas, foi decidido que seria escolhido outro local onde a temática pudesse ser investigada com menor custo.

Neste momento, Castanhal teve, mais uma vez, importante influência na minha pesquisa. Em 2013, minha orientadora incumbiu a mim e a outra bolsista a tarefa de escolher uma nova área para estudo. Imediatamente, decidimos que seria em Castanhal. Seguimos pelo caminho que se mostrava mais acessível e possível. Por eu morar no município saberia como me deslocar e onde ir. Fui desafiada a colocar meu local de moradia como meu objeto de pesquisa.

Para definir a comunidade rural que seria objeto do estudo, nós decidimos visitar a sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Castanhal, onde faríamos um levantamento das comunidades rurais do município. Ao chegarmos pela primeira vez no órgão e informarmos sobre o que se tratava a nossa pesquisa, os técnicos logo nos comunicaram que no dia seguinte fariam uma visita ao Assentamento Cupiúba e que nós poderíamos acompanhá-los. Aceitamos o convite. A visita foi uma agradável experiência. Visitamos a casa da presidente da Associação de Produtores Rurais do Assentamento Cupiúba, Dona Oscarina, que fez uma apresentação inicial do local e se dispôs a colaborar com a pesquisa. Decidimos, então, que aquele seria o lugar. Nesse dia conhecemos, também, Seu Sabará, que era o vice-presidente da associação. Em uma segunda visita à Dona Oscarina, foi feita uma entrevista

sobre o histórico e organização social do assentamento, na qual ela nos relatou como ele surgiu, quais atividades eram desenvolvidas pelos agricultores e um pouco sobre a sua história de vida.

Nosso estudo tratava-se de condições sociais, de trabalho rural e de perspectivas de futuro das mulheres jovens rurais. Foi a primeira vez que fui à campo. Nós escolhemos apenas uma travessa do assentamento para a pesquisa, que atenderia a um critério de amostragem do assentamento. Com a ajuda importante de Seu Sabará, que se dispôs a nos acompanhar e nos guiar, visitamos 17 casas, das quais em apenas seis residiam jovens mulheres com idade entre 15 a 24 anos. Com elas aplicamos questionários sobre os seguintes temas: educação, saúde reprodutiva, lazer e perspectivas de futuro.

Em 2014, a minha pesquisa, alinhada com as das demais bolsistas, voltou-se para relações intergeracionais dentro de uma família do assentamento, escolhida segundo critério de maior tempo no local. Esta família foi a de Seu Sabará. O, então, ex-vice-presidente da Associação de Produtores Rurais do Assentamento Cupiúba era uma figura muito importante no local, pois, junto de sua família, foi um dos responsáveis pela ocupação da Fazenda Cachoeira, evento que deu origem ao assentamento. Neste ano, nossa ida a campo durou seis dias e durante este tempo tivemos a oportunidade de aprender muito mais sobre as histórias, práticas e saberes das pessoas que lá moravam. Aprofundi o tema no meu trabalho de conclusão de curso que teve como objetivo fazer uma análise das condições de reprodução social da família de Seu Sabará e de suas filhas que também moravam no assentamento.

Quando decidi fazer a seleção para o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFPA, tinha o desejo de continuar a minha pesquisa sobre o Assentamento Cupiúba, mesmo sem saber ao certo qual aspecto iria abordar. O pré-projeto de pesquisa submetido na seleção do mestrado tratava sobre a importância do Assentamento Cupiúba para o seu entorno, avaliado por meio do impacto na economia local. Logo após o início do mestrado o tema começou a ser modificado.

O ano de 2020, e o que se seguiu até o presente momento, foi bastante atípico para o contexto acadêmico, científico e para a sociedade como um todo. Assim não foi diferente para os pesquisadores e suas pesquisas em andamento. Todos fomos pegos de surpresa pelos acontecimentos relativos à pandemia de Covid-19. Nos vimos diante da necessidade de reajuste em vários itens do estudo, principalmente na metodologia. Em virtude das medidas sanitárias de quarentena e restrição do funcionamento de órgãos públicos, a pesquisa de campo se tornou inviável. Com poucas informações disponíveis encontradas até então, o desafio era explorar todos os meios disponíveis para obter o máximo possível de dados que pudessem ajudar a esclarecer a questão.

Mudando um pouco a direção da pesquisa, mas não radicalmente, decidi, com o auxílio da minha orientadora, voltar o foco para o município de Castanhal, visto que a quantidade de dados disponíveis poderia oportunizar uma investigação sociológica sem deslocamento a campo, como era desejado inicialmente. Assim, ao recompor o foco de análise para a formação socioeconômica de Castanhal, mostrava-se necessário compreender a sua história.

Cada pesquisador possui uma trajetória única, que o leva até uma posição única. Em todo o universo jamais haverá outra pessoa que compartilhe das mesmas experiências que me trouxeram até este estudo.

Mesmo tendo conhecimento durante a minha vida inteira sobre um trem que passava ali por aquelas cidades por onde eu sempre transitei, jamais havia refletido sobre a sua real importância. Antes de me mudar para Castanhal, morei em Igarapé-açu (onde reside a maior parte da minha família), Capanema e Mirasselas, que atualmente é distrito de Capanema. Em todos estes lugares foram construídas estações ferroviárias. Várias vezes percorri o caminho da Estrada de Ferro de Bragança sem me dar conta da grandiosidade daquela construção e da função que a ferrovia exerceu para a população local. Várias vezes brinquei, quando criança, no prédio onde funcionava a Estação Ferroviária de Quatipuru (localizada em Mirasselas), que continua de pé até os dias atuais, mesmo em estado de abandono. Ao aprofundar as pesquisas sobre o histórico de Castanhal, não havia dúvidas de que a Estrada de Ferro de Bragança precisava ocupar espaço de destaque no estudo.

Apesar de ter passado a residir no município de Castanhal somente a partir do ano de 2005, sou castanhalense de nascimento e de coração. Tenho um grande afeto e ligação com a cidade e isso me motiva a realizar pesquisas sobre o local que possam contribuir de alguma forma para a sociedade.

Castanhal é um município paraense com uma população de 192.256 pessoas segundo o Censo Demográfico 2022, ocupando o sexto lugar em número de habitantes do Estado. Fica localizado na região nordeste do estado do Pará e pertence à Região Metropolitana de Belém, à qual foi incorporado no ano de 2011. Em 2020, entre os municípios paraenses, Castanhal possuía o 9º maior Produto Interno Bruto (PIB) e o 31º maior PIB per capita do estado. Castanhal também faz parte de um conjunto de municípios que compõem a Região Bragantina, uma área caracterizada pela passagem da Estrada de Ferro de Bragança, uma ferrovia com 222km de extensão que começou a ser construída em 1883 e foi desativada em 1965.

O município está localizado a 68 km da capital, Belém, e é cortado pela rodovia federal BR-316, principal eixo de ligação entre as regiões Norte e Nordeste do país e importante rota de escoamento da produção do estado. A rodovia diagonal possui 2.062 km e se prolonga até

Maceió (AL). Além disso, a BR-316 também integra o conjunto de 11 rodovias federais que constituem a Rodovia Belém-Brasília. Esta foi uma grande obra do governo de Juscelino Kubitschek que visava a integração da Amazônia ao Centro-Sul do país. No trecho onde fica situado o município de Santa Maria do Pará (PA), a 41 km de Castanhal, a BR-316 dá acesso à BR-010, que segue até a capital do país, Brasília (DF). A rodovia BR-316, entre Belém e Castanhal, possui a mesma trajetória da extinta Estrada de Ferro de Bragança.

A formação do município de Castanhal está atrelada a uma série de acontecimentos ocorridos na segunda metade do século XIX. O Pará e a região amazônica como um todo foram profundamente atravessados neste século por um grande crescimento econômico. O surgimento do processo industrial denominado de vulcanização fez com que a demanda pela borracha aumentasse consideravelmente. Em decorrência disso, houve uma repentina expansão da atividade de extração do látex da seringueira *Hevea brasiliensis* em toda a Amazônia (CASTRO; CAMPOS, 2015).

Vários fatores foram responsáveis pelo grande destaque que a borracha assumiu na economia da Amazônia. Ao longo do século XIX, a demanda pelo produto foi crescendo à medida em que novas formas de utilização eram descobertas. Em um primeiro momento, os setores de vestuário, calçados e bens de consumo eram os que mais demandavam a matéria-prima. Após a descoberta do processo de vulcanização, deu-se início, em meados dos anos 1840, à fabricação de produtos derivados da borracha vulcanizada. Desta vez, representando um grande avanço para o setor industrial. O acontecimento afetou diretamente a Amazônia, onde o produto já era conhecido e fabricado pelos povos indígenas que ali habitavam. De fato, o látex não era novidade na região. Na primeira metade do século XIX, a província do Pará exportava sapatos produzidos a partir da borracha. Porém, foi em decorrência da utilização da matéria-prima em escala industrial que a sua demanda cresceu fazendo com que a mão-de-obra da região migrasse quase por completo do extrativismo da castanha para os seringais, em busca dos altos lucros prometidos.

A população da província do Pará mais que dobrou entre os anos de 1860 e 1910. Em 1860, a população que era de 232.063 habitantes foi para 783.845 em 50 anos. Entre os anos de 1870 e 1880, o crescimento populacional foi de 0,4%, porém nas décadas seguintes subiu exponencialmente. De 1880 para 1890 a população cresceu 22%, de 1890 para 1900, o crescimento foi de 35% e de 1900 a 1910 o número foi de 76% (SANTOS, 1980).

Nesse período a província do Pará foi afetada pelas limitações da agricultura praticada na região. Diversos alimentos básicos, como o milho, precisavam ser importados de outras províncias. Com a expansão da atividade extrativista da borracha, os trabalhadores e suas

famílias partiram rumo ao interior dos seringais, o que fez com que a produção de quase todos os artigos locais caísse, incluindo os de origem extrativista e agrícola (SANTOS, 1980; CASTRO; CAMPOS, 2015). O grande crescimento populacional ocasionado pela fama de enriquecimento que a atividade extrativista da borracha gerou na época, aliado à crescente demanda de mão-de-obra a medida em que o extrativismo se intensificava, fez com que mesmo aqueles que estavam ocupados na produção de gêneros agrícolas abandonassem a atividade. Segundo Penteado (1967), o governo se viu, então, diante de uma grave situação em que precisava importar todos os produtos necessários para a subsistência da população.

Mesmo que a região ainda não tivesse se consolidado como uma fronteira agrícola, as autoridades sempre acreditaram que o seu solo era fértil e apropriado a todo tipo de cultura. Para resolver a crise do abastecimento e dar continuidade ao enriquecimento vivenciado, o governo considerava a colonização estrangeira essencial, pois havia uma visão de que os colonos europeus possuíam um modo de vida e de trabalho arraigado ao solo.

O governo da Província dá início, então, a uma série de medidas que visava a criação de núcleos coloniais e a fixação de estrangeiros ao solo paraense. As ações têm início em 1875, com a criação da colônia de Benevides. Em 1883 é instalada a colônia do Apeú e, em 1893, a colônia de Castanhal (PENTEADO, 1967). A área onde localizavam-se estas duas colônias atualmente abrange o território do município de Castanhal.

É importante ressaltar a importância atribuída neste momento aos projetos de colonização desenvolvidos pelo poder público. De acordo com Lacerda (2006), para o governo da Província do Pará a pequena população que residia na região não possuía meios para explorar as riquezas de seu solo fértil. O único caminho para solucionar este problema seria por meio da colonização. Através de contratos, o governo provincial passou a instalar imigrantes em terrenos agrícolas da região, dando preferência para os europeus, pois estes eram considerados mais aptos à agricultura, diferente da população local. Para as autoridades, os moradores da região tinham preferência pelas atividades extrativistas, caça e pesca. Por esse motivo a sua fixação ao solo era considerada mais difícil.

O plano de colonização estrangeira na Província não alcançou grande êxito. Em todas as colônias para as quais estes foram enviados, após poucos anos, o número de colonos sempre reduzia, em muitos casos até pela metade ou mais. De acordo com Penteado (1967), em 1902, de 10.128 colonos que residiam nos núcleos da Região Bragantina apenas 1.726 eram estrangeiros. Por outro lado, os migrantes vindos da região nordeste do país estão entre os principais protagonistas da colonização do estado. A colônia do Apeú, após uma tentativa malsucedida de fixação de colonos açorianos, foi ocupada por migrantes cearenses. Uma das

principais razões para esta população abandonar seus estados e se aventurar na região amazônica, seja como agricultores ou como extrativistas, eram as grandes secas que assolavam o nordeste, ocasionando uma movimentação contínua de idas e vindas (PENTEADO, 1967). Segundo Lacerda (2006), crises políticas, declínio da produção agrícola e, principalmente, grandes secas foram os elementos decisivos para a migração de milhares de nordestinos.

A questão da presença deste personagem no processo de formação de Castanhal é algo que me sensibiliza como castanhalense. A migração nordestina diversificou a cultura da região, o que se pode notar na culinária local, nas festas populares, na linguagem e nos gêneros musicais que mais fazem sucesso. Durante muitos anos, por exemplo, os forrós de rua, que aconteciam durante o período da quadra junina, embalados por músicas de bandas nordestinas, foram os maiores eventos da cidade, dos quais eu amava participar.

Ainda que muitos projetos de colonização desenvolvidos pelo governo não tenham alcançado os resultados esperados, a produção agrícola apresentou um avanço, principalmente entre os produtos derivados da cana-de-açúcar e mandioca. Para escoar as suas produções os colonos enfrentavam muitas dificuldades, diante da falta de transporte e vias em condições decentes de tráfego. É neste cenário, que coincide com o repentino desenvolvimento econômico ocasionado pelo ciclo da borracha, que se apresenta a necessidade da construção de uma ferrovia que cumprisse o papel de viabilizar o comércio da agricultura em ascensão na região. Após várias tentativas, desde meados de 1870, por falta de empresas interessadas no empreendimento, os primeiros trilhos só começam a ser instalados em 1883. A ferrovia, ao mesmo tempo em que possibilita o escoamento da produção agrícola dos núcleos coloniais até a capital, torna-se, também, o seu principal mercado consumidor.

Entretanto, a atividade de extração da borracha entrou em declínio, o que ocasionou uma crise econômica de grandes proporções para o estado do Pará. A Estrada de Ferro de Bragança, apesar de todas as tentativas do governo, foi um projeto que apresentou déficit durante maior período de sua existência. Em 1936, a estrada foi entregue à União e, em 1957, passou a integrar a Rede Ferroviária Federal S.A. Com a construção e pavimentação da Belém-Brasília, na década de 1960, a ferrovia, assim como outras espalhadas pelo território brasileiro, foi extinta (PENTEADO, 1967).

A partir da década de 1960, percebe-se no município de Castanhal o início de um conjunto de esforços por parte do poder público municipal que buscava atrair indústrias para o local, principalmente por meio de políticas de incentivos fiscais (BARROS, 2014). Tais ações foram responsáveis por alterar radicalmente a paisagem da cidade e suas dinâmicas socioeconômicas.

Essas medidas nada mais eram do que o resultado da influência de uma mentalidade criada ao longo de vários séculos por intelectuais ocidentais e das consequências dessa forma de pensamento que atingiu seu ápice no século XX, a era do “desenvolvimento”. A partir deste momento, em todas as esferas do Estado, são adotadas políticas que supostamente levariam prosperidade e melhores condições de vida à sociedade. Não apenas o município, mas toda a região amazônica tem a sua paisagem e realidade modificadas pelas políticas públicas adotadas, em especial durante o governo militar.

Como consequência das medidas adotadas visando o fortalecimento de sua economia, o município vê sua população crescer a cada dia mais. Entre as cidades da Região Bragantina, Castanhal é uma das que mais recebeu novos moradores no decorrer do século XX. Entre os Censos Demográficos de 1970 e 1991, Castanhal ocupou o 14º lugar em crescimento populacional entre 83 municípios recenseados. O que por outro lado também gerou novos problemas, como o surgimento de regiões periféricas em áreas distantes do centro urbano. Quando não encontravam oportunidades de trabalho, eram impulsionadas a ocupar terras desocupadas, de fazendas abandonadas, o que passou a ser considerado como invasões de terra por ocuparem terras que não lhe pertenciam por hereditariedade ou por outros meios legais. Vários movimentos dessa natureza ocorrem na região, ressaltando várias situações de conflitos pela posse da terra. A tentativa de resolução desses conflitos foi traduzida por políticas de assentamentos rurais, dentre os quais destacamos o que resultou nos assentamentos Cupiúba e João Batista, na década de 1990.

O Assentamento Cupiúba fica localizado à margem direita da rodovia federal BR-316 (sentido Castanhal/Santa Maria do Pará). Possui uma área de 1.366,2823 ha e foi dividido em 238 lotes com dimensões de 120x500m (5 ha), o que, pelo reduzido tamanho do lote, era o início de uma tentativa já fracassada de cultivo e ocupação da terra pelo trabalho agrícola. Foi, no entanto, o resultado de um conjunto de esforços de trabalhadores rurais em busca de acesso a um pedaço de terra de onde pudessem tirar o seu sustento. Após um período de, aproximadamente, cinco anos de ocupações, enfrentamentos e diálogos, os trabalhadores conquistaram os seus lotes de terra, na condição de assentados¹.

No dia 30 de junho de 1999 foi publicado no Diário Oficial do Estado o decreto de desapropriação da fazenda, no dia 10 de dezembro do mesmo ano, o decreto de posse e 11 dias depois a criação do Assentamento Cupiúba.

¹ O ano em que foi iniciado o movimento de ocupação da área varia conforme a fonte utilizada. Segundo entrevista com um assentado (CRUZ, 2018) e Mendonça (2004), o início se deu por volta de 1993. Para Duarte (2005) foi em 1994.

O assentamento, situado no limite da área urbana do município, possui características fortemente relacionadas a este fato. A circulação de pessoas entre o local e o centro de Castanhal é intensa, resultado, principalmente, dessa proximidade e da existência de uma linha de ônibus que percorre o trajeto entre o assentamento e o centro de Castanhal. Por isso, trata-se de uma área que vem se caracterizando como uma territorialização rururbana, isto é, um espaço em meio à área rural, mas que sofre influência direta do meio urbano.

Alguns estudos foram fundamentais para dar base ao referencial teórico desta pesquisa. Sobre a formação da Região Bragantina e os acontecimentos ligados a este fato foram selecionados os trabalhos de Antônio Rocha Penteado (1967), Maria de Fátima Carneiro da Conceição (1990) e Leonardo Milanez de Lima Leandro (2010). Para compreender o conceito de “desenvolvimento” e como este foi implementado no contexto amazônico são utilizados os trabalhos de Gilbert Rist (2008), Violeta Refkalefsky Loureiro (1992) e Edna Castro (2012). Para tratar da história de Castanhal e sua reforma urbana são utilizados como referência os estudos de Osimar Barros (2014 e 2020) e o livro do autor castanhalense Antônio Teixeira do Prado. São incluídas também como referências para a construção teórica deste estudo os trabalhos de Roberto Santos (1980), Edna Castro e Índio Campos (2015) e Franciane Lacerda (2006).

Pretende-se, com base nos estudos encontrados sobre Castanhal, compreender como o Estado atuou em três momentos da história do município: a formação de Castanhal, a sua modernização e a criação do Assentamento Cupiúba. Entre a formação e a modernização de Castanhal observa-se um vácuo de informações na literatura sobre Castanhal, razão pela qual estes foram definidos como principais eventos de sua história. A formação compreende o final do século XIX, quando os núcleos coloniais do Apeú e Castanhal foram criados, seguido da instalação dos trilhos da ferrovia e a construção da estação ferroviária. A modernização refere-se à segunda metade do século XX, quando houve um expressivo crescimento da população urbana de Castanhal e intensificação da aplicação de recursos do Estado direcionados à infraestrutura do município e fomentação de sua indústria. A criação do Assentamento Cupiúba ocorre em momento de agudização dos enfrentamentos da luta pela terra, na tentativa de “acomodar” famílias com a implementação do projeto de assentamento rural, com ação do Estado, por meio, principalmente, de assistência técnica e financiamentos. A pesquisa parte do pressuposto de que ao longo do processo de formação socioeconômica de Castanhal, e, principalmente, nestes dois últimos momentos, foram adotadas medidas pelos governantes que alteraram e influenciaram profundamente a sua estrutura social, política e econômica, determinando toda a sua trajetória até os dias atuais.

Tendo em vista o impedimento de pesquisa de campo, como a ida a alguns órgãos públicos em busca de dados oficiais, o principal meio de acesso a informações para esta análise consistiu em consulta a estudos já realizados sobre a Região Bragantina, a cidade de Castanhal e o Assentamento Cupiúba, principalmente em formato digital. Demais dados como indicadores socioeconômicos, dados estatísticos elaborados por instituições públicas, também foram utilizados para dar suporte à análise a hipótese aqui levantada.

Os objetivos específicos desta dissertação são: a) fazer um levantamento histórico da ocupação humana na Região Bragantina, identificando os principais acontecimentos que levaram à criação do município de Castanhal; b) analisar o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado buscando compreender como este foi concebido e quais foram as suas implicações para a região amazônica e Castanhal; c) fazer uma análise dos indicadores socioeconômicos do município a fim de avaliar diversos aspectos da vida dos seus moradores e o seu desempenho em comparação aos demais municípios criados a partir da construção da Estrada de Ferro de Bragança; d) identificar como o Estado atuou no contexto da criação do Assentamento Cupiúba e qual tem sido a sua relação com os assentados nos dias atuais.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro trata da história da Região Bragantina. Os principais acontecimentos apresentados neste capítulo são: o ciclo da borracha, a crise de abastecimento do Estado, a marcha da colonização, a chegada do migrante nordestino, a construção da Estrada de Ferro de Bragança e o surgimento do município de Castanhal, constatada a forte interrelação entre eles.

O segundo capítulo apresenta uma breve análise sobre a construção do conceito de “desenvolvimento” e de que forma este foi enraizado como doutrina dominante do pensamento ocidental e suas influências sobre a atuação do estado brasileiro. O período que será tratado refere-se ao intervalo que abrange a extinção da Estrada de Ferro de Bragança, as políticas de “desenvolvimento” para a Amazônia e a reforma urbana do centro de Castanhal.

O terceiro capítulo analisa a atuação do Estado no município de Castanhal e no Assentamento Cupiúba. Utilizando-se de dados estatísticos sobre a população, economia, desenvolvimento humano e agropecuária do município é feita uma análise das atuais condições socioeconômicas em comparação aos demais municípios da Região Bragantina e aos dados de anos anteriores, identificando os elementos que se destacam.

Por fim, o quarto capítulo busca compreender, por meio de estudos realizados no Assentamento Cupiúba, como o Estado tem atuado diante da luta dos assentados por acesso à terra e dos seus desafios de reprodução social.

2 ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA: MARCO DE UMA HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO

A construção da Estrada de Ferro de Bragança foi um grande marco para o estado, em função de sua grandiosidade e inovação. O projeto foi muito importante para o desenvolvimento da agricultura na região, assim como para a ocupação do espaço “vazio”, como era descrito pelos governantes. Neste sentido, o Estado assume papel central ao definir o destino da região e de milhões de pessoas que direta ou indiretamente serão vinculados ao acontecimento. Neste capítulo será explorado o histórico da Região Bragantina, que conseqüentemente levará à criação do município de Castanhal e, também, do Assentamento Cupiúba.

2.1 A Região Bragantina como nova fronteira agrícola

Para compreender como ocorreu o processo de formação do município de Castanhal é preciso, primeiramente, apresentar alguns aspectos gerais sobre a formação da Região Bragantina, que tem como referência a região por onde percorria a Estrada de Ferro de Bragança.

A ocupação do território amazônico pelos portugueses tem início em 1616 com a fundação do Forte do Presépio, às margens da Baía do Guajará, em Santa Maria de Belém do Pará, por Francisco Caldeira Castelo Branco. A partir deste acontecimento, a região passa a ter uma importância cada vez maior, sendo a principal entrada para a Região Amazônica. A cidade de Belém torna-se, então, grande metrópole regional, de onde partiram as principais correntes de povoamento, em direção aos principais rios amazônicos (PENTEADO, 1967).

Além de Belém, havia outra localidade na região que havia apresentado um tímido crescimento em função de um povoamento, por iniciativa de Gaspar de Souza. A vila de Souza do Caeté, fundada em 1634, às margens do rio Caeté, teve sua decadência nos anos que seguiram em razão da sua localização isolada. A vila, que anos depois recebe o nome de Bragança, vivia de suas lavouras, para as quais não havia mercado consumidor. É entre estes dois centros urbanos que futuramente será constituída a Região Bragantina. Anteriormente à colonização da região, para se locomover entre Bragança e Belém era necessário seguir por vias terrestre e fluvial. A viagem que durava entre seis e oito dias, iniciava pela estrada de Bragança até a cidade de Ourém e desta para Belém por meio do rio Guamá (PENTEADO, 1967).

De fato, há uma relação bastante estreita entre a colonização da Região Bragantina e o ciclo da borracha. No ápice da economia da borracha, a região experimenta uma situação de grande esplendor artístico e cultural com a ampla repercussão do progresso econômico vivenciado. O surto econômico, conseqüentemente, levou a um aumento populacional. O

número de habitantes, que pouco antes era de 15000 na capital paraense, passa a ser 35000 em 1873, 60000 em 1888, 96560 em 1900, 120000 em 1905 e 192000 em 1907 (PENTEADO, 1967).

Bragança, neste contexto, era reconhecida como um grande centro urbano, um exemplo disto é que era uma das poucas províncias onde havia agência de correios. A cidade, também, era considerada uma importante zona agrícola capaz de abastecer a região. No entanto, movimentos de resistência ao trabalho compulsório na região e conseqüentemente uma carência de força de trabalho levam a uma crise de abastecimento na capital do estado, Belém (LEANDRO, 2010; CONCEIÇÃO, 1990; PENTEADO, 1967). Não apenas estes fatores, como a decadência do sistema de sesmarias, o movimento da Cabanagem e a corrida para o extrativismo do látex também fomentaram a crise (CONCEIÇÃO, 1990). Segundo um relatório do vice-presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha, até o milho consumido era proveniente de outras regiões do país (PENTEADO, 1967).

Segundo um relatório de 1835, o presidente da Província do Grão-Pará, Pedro Vicente, afirma que a província que há 20 anos atrás era produtora de cacau, cana-de-açúcar, arroz, algodão, mandioca e café, além de produtos processados como chocolate, açúcar, farinha de mandioca e tapioca, teria sucumbido à influência do látex.

Na província do Pará era reproduzido nas classes dominantes um discurso que se assemelhava ao do Imperador D. Pedro II que dizia sobre construir uma nação, com um povo “trabalhador”, como os europeus e diferente do negro e do índio. Entende-se, desta forma, que para fins de colonização, a migração europeia foi a mais cogitada. Para isso, o imperador Dom Pedro II elaborou um plano de colonização, para que a região fosse ocupada em pouco tempo por imigrantes europeus. A imigração no Brasil já era uma realidade na Região Sul desde 1808, quando Dom João I promulgou a lei que permitia a posse de terra por estrangeiros. Acreditava-se que assim que os primeiros colonos assumissem o controle das condições de trabalho, novos trabalhadores seriam atraídos para a região chegando para assumir os postos de trabalho gerados pelas atividades capitalistas na região (LEANDRO, 2010). Desse modo, o perfil do beneficiário da política de colonização seria: colono, preferencialmente europeu, acompanhado da família e que pratique uma agricultura menos rudimentar do que a encontrada até então na Amazônia (CONCEIÇÃO, 1990).

Outro fator que justifica a opção por estrangeiros pelas políticas de colonização é a desqualificação do camponês nativo da região, mais ligado às atividades coletoras e extrativistas e que não serviam aos interesses da Coroa, mas que foram importantes para o desenvolvimento do “boom” da borracha. Foi atribuído a este a responsabilidade pela crise de

abastecimento, devido ao seu modo de se relacionar com a natureza. A visão amplamente difundida na época sob a ótica do discurso científico e transmitida por técnicos das ciências agrárias era de que os pequenos produtores da região praticavam uma agricultura rudimentar que acarretava degradação ambiental e esgotamento do solo (CONCEIÇÃO, 1990; LEANDRO, 2010).

Leandro (2010) argumenta que era comum que os trabalhadores se dedicassem, principalmente, a sua própria subsistência, relegando a segundo plano a troca de produtos que pudessem ser adquiridos com o excedente de sua produção. No entanto, os planos reservados para a agricultura nesse processo de desenvolvimento implicavam na criação de uma classe de “operário agrícola”, conforme pode-se perceber através dos discursos da época, que opunham esta classe ao lavrador retrógrado. É a partir desse discurso que se cria na mentalidade comum o perfil estereotipado do trabalhador “nativo” em oposição ao colono europeu.

Conceição (1990) e Leandro (2010) apontam o caráter de fronteira agrícola assumido pela região no final do século XIX, por meio de políticas de ocupação. Tais medidas tinham como objetivo abastecer, principalmente, a capital do estado. Lacerda (2006) afirma que entre o final do século XIX e o início do século XX, a Amazônia, e em especial os estados do Pará e Amazonas, passam por uma série de transformações em decorrência da exportação do látex da borracha extraída em seringueiras da região. Matéria-prima bastante utilizada em indústrias da Europa e Estados Unidos. Para as autoridades da segunda metade do século XIX, as classes inferiores tinham mais interesse por atividades como a caça e a pesca, ou mesmo o extrativismo. Atividades estas que não as fixavam ao solo.

Com base nos Relatórios Provinciais é possível notar que os Presidentes da Província se preparavam para um cenário que combinaria o extrativismo com a agricultura. Desta forma, havia uma intenção em intervir para que este cenário fosse possível, apresentando alternativas de ocupação, em contraponto às que já existiam, seguindo uma tendência que já se estabelecia em outras regiões do país, como a imigração estrangeira, racionalidade da agricultura, construção de estradas de ferro e a criação de vilas e núcleos.

É fato que o extrativismo se tornava cada vez mais valorizado internacionalmente. Prevendo que a atividade, juntamente com o comércio, alcançaria um dinamismo cada vez maior, entende-se como surge a preocupação com o abastecimento. Desta forma, os governantes articulavam esforços a fim de obter verbas para este objetivo. Mais importante do que implementar políticas de colonização ou construir uma estrada de ferro, os presidentes da Província, por meio de seus discursos, consideravam a agricultura como a atividade mais apropriada para superar a crise daquele período. Como consequência, ao fixar os agricultores e

suas famílias ao solo, o governo esperava ver uma mudança de mentalidade, promovendo uma “civilização”.

A política de colonização tem seu início antes do próprio projeto de construção da estrada de ferro, em 1875. É importante destacar que a preocupação com o abastecimento inicia em um momento de auge da atividade extrativista na região. A sua privilegiada localização geográfica, às margens dos principais rios que seguem a bacia amazônica e desaguam no oceano atlântico, de fato, foi um fator determinante para o sucesso comercial da Província do Pará, a qual exportava produtos nativos e importava bens de consumo e artefatos, em geral. No entanto, o sistema tinha um bom funcionamento somente porque a demanda de consumo era reduzida, de grupos com um alto poder aquisitivo. Até que se apresentou a questão da reprodução da força de trabalho e, então, o receio da fome na província veio à tona. A região passou por um grande aumento populacional, em decorrência da fama de enriquecimento que a atividade de extração do látex gerou na época e, conseqüentemente, a crescente demanda de mão-de-obra à medida que o extrativismo se intensificava. Desta forma, é possível compreender a implementação das políticas de colonização e a construção da Estrada de Ferro de Bragança como resultado da fase de grandes lucros do extrativismo da borracha, acumulando, também, impostos que possibilitaram o financiamento de tais projetos.

Penteado (1967) afirma que antes da Região Bragantina, várias tentativas de criação de colônias fracassaram, por não haver condições financeiras para este fim. A primeira colônia a ser criada foi a de Benevides, em 1875. De 161 colonos assentados, apenas 43 permaneceram nos lotes de 25 ha, com 250 m de largura por 1000 m de comprimento. A razão foi que não se adaptaram ao trabalho na agricultura e à escassez de alimentos para aqueles que não trabalhassem.

Os relatórios da província relatavam a necessidade de “braços para a lavoura”, com a finalidade de ocupar o território, tendo como base o trabalho agrícola, porém, o que aconteceu de fato foi que o projeto não levou em consideração as suas demandas (CONCEIÇÃO, 1990).

A dificuldade para o escoamento de seus produtos também foi um motivo que levou muitos colonos a abandonarem os seus lotes. Ainda que a colônia de Benevides estivesse distante da cidade de Belém por apenas 5 léguas, não havia, quando esta foi inaugurada, um caminho terrestre que ligasse uma a outra. Por essa razão o trajeto era realizado por via fluvial de Belém até Marituba, de onde a viagem, enfim, seguia por terra até Benevides.

Este período foi de grande desenvolvimento demográfico, econômico e social para o Pará, sendo esta uma das unidades da federação que mais prosperava. No entanto, o que se testemunha nos anos seguintes é uma grande crise na economia paraense. No ano de 1902, havia

10128 colonos nos núcleos da Bragantina, dos quais apenas 1726 eram estrangeiros. Do total de colonos nos núcleos, 5924 eram do Ceará e 1266 do Rio Grande do Norte. Os esforços da colonização terminaram por fracassar, em decorrência de vários motivos como a falta de organização e direcionamento dos núcleos coloniais e, também, surtos de doenças que dizimaram os colonos não habituados ao clima amazônico, em especial os estrangeiros. Segundo Penteado, outro fator determinante é que as terras não eram férteis como se pensava. O governo do Pará, não vendo outra alternativa, suspende a imigração e interrompe as autorizações para a instalação de novos núcleos coloniais, ato concretizado pelo governador Augusto Montenegro em 1902 que, também, determina que todas as colônias existentes sejam emancipadas.

Neste período acontece um grande êxodo de colonos nordestinos, visto que a crise econômica fez com que o preço dos produtos agrícolas e das terras caíssem. Produções agrícolas como a do milho, chegavam a ser vendidas por valor inferior a 1/3 do custo (PENTEADO, 1967).

Segundo Penteado (1967), às causas relacionadas ao quadro natural da região devem ser somadas aquelas ligadas às condições sociais e econômicas da Amazônia. A crise levou muitos agricultores a abandonar o campo e partir rumo a Belém ou a seus estados de origem. Os colonos estrangeiros foram substituídos por brasileiros e nas décadas de 1910 e 1920 os núcleos coloniais eram ocupados quase que totalmente por nordestinos. Apenas o núcleo colonial de Benjamin Constant ainda contava com alguns espanhóis.

2.2 Construção da Estrada de Ferro de Bragança

Em meados da primeira metade do século XIX, embora Belém e Bragança fossem os principais centros urbanos da Província do Pará, não havia qualquer ligação terrestre de Belém com as demais localidades. Todo acesso era por via fluvial. Já no início da segunda metade do século XIX, pensava-se em abrir um caminho que unisse as duas cidades. Além de ligar as duas cidades, também era objetivo dos governantes seguir com a construção do caminho até o Maranhão (PENTEADO, 1967).

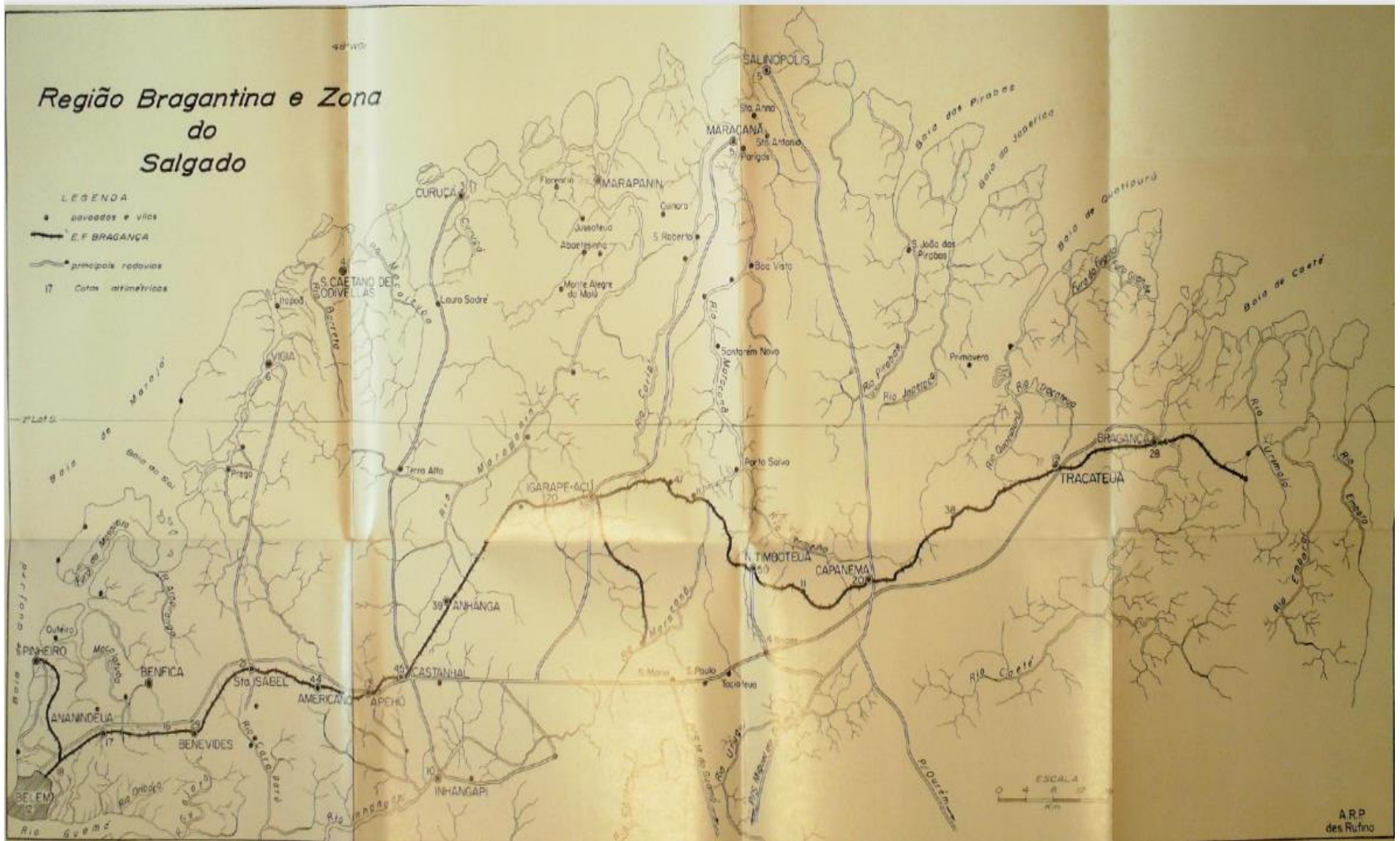
Após a criação dos núcleos coloniais, a ferrovia torna-se o seu grande mercado consumidor, enquanto permitia o escoamento da produção dos núcleos coloniais até Belém.

Cabia ao governo imperial a introdução de colonos estrangeiros para o trabalho na construção da ferrovia (PENTEADO, 1967; CONCEIÇÃO, 1990). Mesmo sendo uma antiga aspiração de vários governos do Pará na segunda metade do século XIX o empreendimento não

foi fácil de executar. Muitas ofertas foram feitas pela província desde 1870 em busca de interessados na construção da ferrovia. Ainda assim, foi difícil encontrar uma empresa disposta ao acordo. Somente em 1883 foram colocados os primeiros trilhos e no ano seguinte a ferrovia chega até a Colônia de Benevides. Nos primeiros meses de funcionamento, a ferrovia já apresentava déficit para o governo, o que não representou um grande problema, visto que a borracha pagava tudo. Porém, com o aumento das despesas o governo viu-se na obrigação de encerrar as atividades, dando fim à primeira fase da construção da ferrovia. Os déficits que persistiam eram atribuídos pelo governo à falta de povoamento nas margens da estrada. Tal justificativa aponta que, inicialmente, a marcha da colonização se processava lentamente e se organizava de forma nucleada.

Na Figura 1, extraída do estudo de Penteado (1967), pode-se visualizar a área por onde passou a Estrada de Ferro de Bragança, que se estendia do município de Belém até o município de Bragança, seguindo pelo litoral nordeste do estado do Pará.

Figura 1 - Localização da Estrada de Ferro de Bragança



Fonte: Pentead, 1967.

2.3 Migração nordestina

Entre os fatores determinantes para a colonização da região, Penteadó (1967) destaca a migração nordestina e por isso precisa ser tratada como um dos elementos centrais na criação do município de Castanhal. Neste tópico será abordada a influência da migração nordestina na Região Bragantina. É importante ressaltar, também, que o ciclo da borracha, como aponta Lacerda (2006), foi um dos principais atrativos dessa corrente migratória. Desta forma, entende-se como os acontecimentos descritos neste capítulo estão rigorosamente ligados e devem ser abordados em conjunto.

De acordo com o Censo de 1950, anterior à década em que o estudo de Penteadó (1967) foi publicado, metade dos nordestinos que residiam na Amazônia encontravam-se no estado do Pará, sendo a maior parte composta por cearenses. De acordo com o autor, as secas que atingiam a região nordeste do país, juntamente à propaganda que os aliciadores faziam nos centros urbanos sobre a facilidade de enriquecer na Amazônia era o que fazia milhares de pessoas deixarem a sua terra em busca de oportunidades.

Dos imigrantes estrangeiros que entravam nas colônias criadas, poucos permaneciam. Exemplo disto é a colônia de Benevides. Seis meses após a sua fundação e o assentamento de 179 colonos, apenas 43 ainda residiam no local. Ainda que não houvesse neste primeiro momento a presença de brasileiros, a situação muda logo em seguida. De acordo com relatório de Mello Filho, de 1878, citado por Penteadó, menos de três anos depois de sua criação, já se registrava a presença de 800 imigrantes cearenses na colônia de Benevides. Para estes foram distribuídos lotes de terras, ferramentas para o trabalho agrícola e dinheiro. A colônia que foi a primeira a receber imigrantes vindos do Nordeste, viu também, com o passar dos anos, o seu número de habitantes diminuir, em função da redução dos recursos distribuídos e da trégua dada pelas secas nas terras de origem destes trabalhadores. A migração para a Amazônia acompanhou, portanto, o ciclo periódico das secas do Nordeste, enquanto o ciclo da borracha se estabeleceu como atrativo de progresso na região.

Os núcleos coloniais foram criados com a finalidade de receber colonos europeus. As colônias de Castanhal e Apeú (esta última que a princípio estava destinada a receber colonos açorianos) a partir de 1886 passaram a ser colonizadas quase que exclusivamente por cearenses.

2.4 Criação das colônias do Apeú e de Castanhal

Penteadó, com base em documentos do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Pará, descreve a marcha do povoamento da região da seguinte forma: inicia pelos arredores

de Belém, por meio da colônia de Benevides (1875), em seguida a colônia do Apeú (1883), Araripe (1888), Marapanim (1893) e Castanhal (1893). Em 1894 foi fundada a colônia de Benjamin Constant, localizada próximo à Bragança. A partir disso, passa então a ser localizada a parte central da região, entre os anos de 1895 e 1900. Neste período foram instaladas as colônias de Jambu-açu e Santa Rita do Caranã (1895), Granja Américo (1897), Santa Rosa, Ferreira Pena, Anita Garibaldi, José de Alencar e Inhangapi (1898) e, por fim, Ianetama (1899). Este foi o período áureo da colonização, que coincide com o desenvolvimento do surto econômico que o Pará vivenciou em função do comércio da borracha. Nos anos seguintes, de 1901 a 1914, concretiza-se o ideal colonizador da região, com a ocupação do trecho entre os núcleos de Jambu-açu e Benjamin Constant, fazendo surgir, assim, os núcleos de Maracanã, Capanema, São Luís e Anhangá.

Segundo Carlos Araújo, autor do livro *“Síntese da História Antiga de Castanhal”*, pertencente ao acervo da biblioteca da Fundação Cultural de Castanhal (FUNCAST), “o povoamento de Castanhal começou a partir da preocupação que Ambrósio Leitão da Cunha, vice-presidente da Província do Grão-Pará, tinha de construir um caminho exclusivamente por terra unindo Belém a Bragança” (ARAÚJO, 2000, pág. 57). A informação foi retirada de um relatório do vice-presidente do ano de 1858. Para Cunha, a rota asseguraria um percurso totalmente terrestre até o Maranhão, que era realizado por via fluvial e terrestre.

No ano de 1885, a estrada chegou até a colônia do Apeú. O núcleo situava-se às margens do rio de mesmo nome, que representava o primeiro obstáculo à construção da ferrovia. Por meio de um contrato com a firma Calheiros e Oliveira 108 colonos açorianos, sendo 21 famílias, foram encaminhados para o local, em 1886. Porém, ao chegarem no local se negaram a desembarcar do trem, por não haver alojamento nem o lote estava preparado, com a mata derrubada, como estava previsto no contrato. Isso fez com que o governo suspendesse outros contratos em andamento e desapropriasse totalmente a área do núcleo que possuía 527 lotes. Estes ficaram desocupados até que chegou à área um grande grupo de cearenses que fugiam da seca de seu estado. O povoado e os terrenos do núcleo acabaram sendo incorporados à Intendência Municipal de Belém. Em Castanhal foi instalado um engenho para a produção de açúcar, que em 1893 foi cedido a particulares. Os lotes da colônia eram menores do que os das demais. Medindo 5 ha (110m x 440m), foram distribuídos aos cearenses 160 dos 218 lotes demarcados. Neste núcleo até os lotes da sede eram menores, medindo 22m x 44m.

A estação ferroviária de Castanhal (Figura 2) só começou a ser construída em 1893 e foi inaugurada em 1904, no governo de Augusto Montenegro. Em 1889, Castanhal recebe o título de Núcleo Colonial. Em 1891, segundo um relatório do diretor da Inspetoria Geral de Terras e

Colonização do Estado do Pará, José Maria do Nascimento já havia no local dez lotes demarcados com 110x440m.

Figura 2 - Estação Ferroviária de Castanhal



Fonte: Penteado, 1967.

Para a derrubada de árvores na área e a construção de casas e barracões foram contratados 270 imigrantes, que recebiam uma diária de 1000 réis. Porém, dois fatos atrasaram as obras: a falta de verbas e uma epidemia de febre amarela. Diminuiu para 70 o número de colonos.

Em 1899, cinco meses antes da Proclamação da República, por meio da Lei nº. 646, de 06-06-1899, o Núcleo Colonial de Castanhal foi elevado à categoria de vila. A Estrada de Ferro de Bragança foi concluída em 1900.

No governo de Augusto Montenegro, em 1902, a região do município foi dividida em colônias: José de Alencar, Anita Garibaldi, Iracema, Ianetama, Inhangapi, Marapanim e Antônio Baena.

A Vila de Santa Izabel, pela Lei nº 565 de 30 de dezembro de 1931, passou à categoria de município, abrangendo desde o núcleo colonial de Nossa Senhora do Carmo em Benevides até o território da Vila da Castanhal. Tal medida desagradou os castanhalenses, que

manifestaram sua insatisfação por meio da imprensa, alegando que o distrito seria mais importante do que a sede. Então, 30 dias depois, o major-interventor Magalhães Barata, resolveu por meio do Decreto-Lei nº 600, de 28 de janeiro de 1932, tornar sem efeito a lei anterior e transferir a sede do município para Castanhal. Atualmente, Apeú é um distrito do município.

Ao descrever o então estado de povoamento da Região Bragantina, na década de 60, Penteado (1967) afirma que ela aparenta estar abandonada, exceto a parte ocidental, o que pode ser consequência da expansão demográfica de Belém. As antigas sedes dos núcleos coloniais se transformaram em pequenos povoados, com exceção de Castanhal, e de forma menos expressiva Igarapé-açu, que por sua posição geográfica tornou-se um ponto estratégico de comunicação entre as cidades em seu entorno, apresentando um progresso. Segundo Penteado, a sede do município, disposta em torno do eixo da rodovia, possui a vantagem de ser um centro produtor de pimenta do reino e malva, além de entroncamento rodoviário importante.

Como descreve Conceição (1990), a forma de viver e produzir da população da Região Bragantina foi fortemente marcada por políticas de Estado. O dinamismo da relação entre agricultores e Estado aponta, por meio de um constante esforço, para uma adaptação a estas políticas.

3 POLÍTICAS DE “DESENVOLVIMENTO”

Este capítulo tem por objetivo identificar como as políticas de “desenvolvimento” influenciam as formas de ocupação econômica e social na Amazônia, principalmente, a partir da década de 1950. A construção do tema compreende a análise das obras de Gilbert Rist sobre o surgimento do conceito de desenvolvimento e de Violeta Refkalefsky Loureiro sobre as políticas de ocupação da Amazônia. A construção do tema compreende a premissa defendida por Rist de que o conceito de desenvolvimento foi transformado em um conjunto de crenças e a análise feita por Violeta Loureiro sobre a transformação pela qual a Amazônia passou em virtude das políticas adotadas pelos governos na segunda metade do século XX. As obras abordadas neste capítulo servem como referência bibliográfica para a análise do caso de Castanhal e, a partir destas teorias, busca-se identificar como esse conjunto de crenças foi assimilado e essas políticas foram implementadas no município. Pretende-se aqui apresentar os acontecimentos que foram importantes para a história de Castanhal, sendo eles: a extinção da Estrada de Ferro de Bragança, ocasionada em um contexto de substituição das ferrovias por rodovias, a adoção de um conjunto de medidas voltadas à Amazônia e sua integração ao restante do país e o reflexo e reprodução dessas práticas no município de Castanhal.

3.1 Gênese do atual conceito de “desenvolvimento”

Alguns conceitos estão tão entranhados no nosso cotidiano que pouco se reflete sobre seu conceito, origem, propósitos. Ainda que todos repitam a ideia exaustivamente, pode haver uma série de sentidos implícitos, que, muitas vezes, só são trazidos à tona por meio do método científico. Por essa razão, antes de buscar compreender a questão das políticas de “desenvolvimento” para a Amazônia e o município de Castanhal, pretende-se, primeiramente, fazer uma apresentação de seu contexto histórico. Entende-se que esse procedimento é importante, pois contribuirá na construção do argumento que aqui será levantado. Para isso, a principal obra de referência é o estudo de Gilbert Rist, *The History of Development*, que explora as raízes do conceito. O livro, que teve a sua primeira publicação em 1996, proporciona uma ampla visão do que a ideia de desenvolvimento significou no decorrer dos séculos. Para isso, Rist resgata a origem do conceito na visão ocidental da história desde Aristóteles até os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Embora o autor relacione o surgimento da teoria do desenvolvimento à história ocidental, ele descreve a sua aplicação na construção de um sistema global no decorrer do século XX

Ao se investigar os métodos de compreensão da realidade utilizados ao longo dos tempos, um dos primeiros adotados foram os mitos, em conjunto com as teorias filosóficas. Um dos assuntos que mais atraíam a atenção dos pensadores era o processo da mudança. Aristóteles por outro lado, ocupou-se em organizar um conhecimento de caráter científico. Segundo o filósofo, a ciência e a natureza eram coexistentes, embora atualmente a natureza signifique aquilo que não muda. A própria palavra grega para “natureza”, *physis*, foi originada do verbo *phuo*, que significa “crescer” ou “desenvolver”. A partir dessa concepção de “natureza”, Aristóteles cria a teoria dos ciclos. A teoria diz que tudo que nasce e cresce, também terá seu declínio e morrerá, infinitas vezes.

Quando o Império Romano começou a dar indícios de seu colapso, acreditava-se que tratava de uma demonstração da teoria criada por Aristóteles. É quando emerge a figura Santo Agostinho que desempenhará papel fundamental para o pensamento ocidental. O teólogo e filósofo dedica-se em aproximar a filosofia com a teologia. Dessa forma, ele atribui todos os acontecimentos sociais e naturais aos desígnios de Deus. O teólogo também, descarta a infinitude dos ciclos da teoria de Aristóteles, considerando apenas como um único, mas com as mesmas características: nascimento, apogeu e declínio.

Foram essas teorias que predominaram até o Renascimento. Muitos duvidavam que o conhecimento construído até aquele momento poderia avançar. Porém, alguns pensadores acabam demonstrando o contrário, que há, na verdade, a possibilidade de contribuir com o que já havia sido produzido. O que contradizia as ideias dos gregos e as de Santo Agostinho. Para os primeiros a infinidade era considerada como algo negativo e para o segundo o fim do mundo era inevitável. Só o que se mantém é o princípio do crescimento.

No final do século XVII o que predomina no âmbito intelectual é a ideologia do progresso. O fato é que a ideia de “desenvolvimento” nunca deixou de ser considerada como algo “natural” e positivo no pensamento ocidental, mas foi mantida sob controle por muito tempo. Sob a autoridade de um limite, com a teologia de Santo Agostinho apenas adequou-se de modo a cumprir com as leis da “natureza” e com os planos de Deus. Ao descartar essa noção, o que os pensadores renascentistas fizeram foi considerar o progresso infinito sob uma ótica racional.

Rist, segue em sua análise, destacando que um fato ocorrido durante o século XVIII importante a ser destacado é a publicação da obra de Condorcet, *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*. Segundo o autor, a história estaria dividida em dez períodos ou estágios. Ao chegar no último ocorreria a abolição das desigualdades entre as nações, a humanidade alcançaria a perfeição. O filósofo acreditava que chegaria um momento

que a Europa não apenas respeitaria a independência de suas colônias, como as ajudaria a atingir a felicidade. É desta forma que surge a ideia de cooperação de “desenvolvimento”, que nos séculos seguintes será bastante utilizada. Segundo essa concepção, o progresso, ou “desenvolvimento”, é inevitável.

Com a chegada do século XIX o paradigma ganha força ao dar base a uma nova teoria: o evolucionismo social. A nova doutrina, que firma suas raízes para além do campo intelectual, defende a superioridade do ocidente sobre as demais sociedades. Mesmo que a nova teoria seja completamente diferente do evolucionismo biológico referente ao estudo de Charles Darwin, ela ainda assim é beneficiada pela associação, o que acaba lhe conferindo um status científico.

Assim, a nova fase do colonialismo, um dos mais importantes acontecimentos do final do século XIX, é legitimada. O ocidente ao assumir o papel de precursor da história comum a todos, encara a tarefa de colonizar outros territórios como uma ação generosa, em que estaria auxiliando aquelas sociedades “atrasadas”.

Ao chegar neste período a França contava com a posse de territórios já explorados há alguns séculos e os alguns novos tomados durante o século XIX. Para a população francesa e os seus intelectuais não havia interesse sobre o que se passava nessas terras, exceto quando se tratava do pacto colonial (livre comércio) ou da escravidão (direitos humanos). Estes são temas que durante muito tempo receberam atenção nos debates entre economistas. Muitos compartilhavam da ideia de que o livre comércio apresentava muito mais vantagem do que o monopólio comercial, visto que criava um grande mercado consumidor e possibilitava que a indústria se desenvolvesse não apenas nas metrópoles, como nas colônias também. No ano de 1848, a escravidão é finalmente abolida na França, após muitos anos de campanha do movimento. Em 1881, a Terceira República é derrotada pela Prússia, instalando-se um caos social e político no país.

Com a imagem manchada pelo fracasso, a França buscava manter uma relativa autoridade perante as demais potências europeias, visto que estas, principalmente Inglaterra, Alemanha, Bélgica e Itália, já vinham se fortalecendo por meio da colonização de novas áreas. Por isso, o país parte em busca da conquista de um novo império colonial.

Quem assumiu o papel de elaborar uma doutrina que firmasse definitivamente a colonização como uma missão legítima foi Jules Ferry (1884). O seu trabalho possuía três fundamentos: a colonização possui objetivo econômico, as “raças superiores” possuem direitos e deveres em relação às “raças inferiores”, motivo pelo qual devem compartilhar os benefícios da ciência e do progresso alcançado, e a colonização é necessária, caso o objetivo da França

seja evitar a sua decadência. Para Jules Ferry, se a França não prosseguisse com a colonização, outras nações prosseguiriam, porém em prol de valores menos nobres e com menos talento.

Até então, a população francesa era indiferente ao assunto. Não havia uma opinião pública em apoio à colonização. Por isso, um dos desafios do governo foi convencer os franceses de que o projeto traria vantagens para o país. Havia duas razões que justificavam o esforço: ter suporte popular e garantir que conseguiriam um número suficiente de pessoas disponíveis para serem enviadas às colônias, onde se instalariam. A missão foi relativamente fácil e em pouco tempo o tema já tomava conta da sociedade francesa. Em 1894 havia o Ministério Colonial, jornais que tinham como objetivo promover o discurso colonialista e até livros como o de Julio Verne, *Viagem ao centro da terra*, que divulgava a ideia de progresso e os encantos do exotismo.

Paul Leroy-Beaulieu presta grande contribuição à política de colonização com o seu livro *De la colonisation chez les peuples modernes*. Na obra o autor estabelece uma analogia entre “desenvolvimento” e as idades da vida humana, fazendo com que o tema, também, abrangesse o campo biológico. Para o economista francês a colonização, apesar dos custos, traria lucros a longo prazo, além de que se tratava de um dever a ser cumprido. Essa seria uma das mais importantes funções a ser desempenhada pelas sociedades que já haviam alcançado um avançado estágio de civilização. Dessa forma, os interesses políticos e econômicos implícitos nas iniciativas de colonização estavam disfarçados sob uma ótica “natural”.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa livra-se do nazismo, mas encontra-se devastada pelo conflito e subordinada às duas mais recentes potências mundiais: Estados Unidos e União Soviética. É criada uma nova organização mundial, em substituição à Liga das Nações, com o objetivo de promover a cooperação internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU), com seu escritório localizado em Nova York. As atrocidades cometidas pelos nazistas, como os campos de concentração, revelaram o que pode acontecer quando uma raça se considera superior a outras. Este foi um dos motivos que levou a elaboração de um documento pelo presidente americano Franklin Roosevelt e que foi assinado inicialmente por 26 países e poucos anos depois por mais 21: a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Assim que a guerra acabou, os países envolvidos estavam repletos de problemas ocasionados por ela. Uma das principais questões levantadas no período era sobre a reconstrução da Europa. Por isso, em 1947, é lançado pelo governo norte-americano o Plano Marshall, que tinha como objetivo ajudar a economia europeia a se reestabelecer e providenciar à indústria dos Estados Unidos os mercados necessários.

Em 1948, o presidente Truman toma três medidas: os Estados Unidos continuariam a apoiar a Organização das Nações Unidas, prosseguiriam com o auxílio à Europa e criariam uma aliança militar internacional com o objetivo de enfrentar a ameaça soviética, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Posteriormente é adicionado mais um elemento de grande importância à lista de objetivos da política externa do presidente Truman: um programa de assistência técnica à países mais pobres. A medida, denominada de Point Four, inaugura, com efeito, a era do desenvolvimento.

O documento elaborado para esta política acaba se limitando apenas a expectativas sobre o que deveria ser feito e não sugere nenhuma ação prática. Diz ele que recursos não-materiais, atores sociais norte-americanos e a comunidade internacional seriam mobilizados. O documento continha, também, o termo “subdesenvolvido”, sendo esta a primeira vez em que o termo é utilizado publicamente como sinônimo de áreas atrasadas. Isso fez com que o próprio significado de “desenvolvimento” fosse alterado também, ao ser registrada a associação dos dois termos. A relevância do termo “subdesenvolvimento” remete a ideia não apenas de uma mudança em direção a um fim determinado, mas também a própria possibilidade de se provocar esta mudança. A sua definição como carência, em vez do resultado de uma série de acontecimentos históricos, fez com que as “políticas de desenvolvimento” considerassem o crescimento e a assistência como as únicas respostas possíveis.

Com essas mudanças é alterada, também, a forma como os países são concebidos na conjuntura internacional. É superada a dicotomia hierárquica entre colonizador e colonizado. No seu lugar surge a noção de que todos os países seriam iguais, ainda que não fossem na prática.

Agora, ao contrário dos paradigmas anteriores, toda a humanidade havia sido incluída na lógica do “desenvolvimento”, “ocupando o mesmo patamar” que as grandes potências e deixando menos espaço para questionamentos do que as demais ideologias. Essa nova forma de relação entre os países acaba se mostrando bastante favorável aos interesses dos Estados Unidos. Por um lado, o país teve um evidente interesse em enfraquecer os impérios coloniais, pois assim conquistaria novos mercados. Por outro, o “programa de desenvolvimento” criou um novo imperialismo, ainda que anticolonial. Ao lançar o Point Four, os Estados Unidos tiveram êxito em instaurar um novo padrão, que os posicionaram no topo de uma nova hierarquia. Este fato se estabeleceu como um marco importante que instaurou um novo formato de cooperação bilateral entre os Estados Unidos e os países da América Latina, que impulsionou a aplicação de capitais privados nestes, abriu novos mercados para a indústria estadunidense e garantiu o acesso a matérias-primas latino-americanas.

3.2 “Desenvolvimento” na Amazônia

Neste tópico serão abordadas as estratégias de desenvolvimento para a Amazônia adotadas pelo governo militar e seus desdobramentos para a região. A abertura da BR-316 em contraponto à extinção da Estrada de Ferro de Bragança e a corrente migratória ocasionada pelos projetos de colonização na região amazônica são acontecimentos que possuem grande relevância para a história de Castanhal como a pesquisa demonstra. Pretende-se demonstrar neste item como o conceito de desenvolvimento imposto pelo modelo hegemônico em vigor no mundo ocidental foi colocado em prática na Amazônia. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica de estudos que exploram o tema aqui analisado. Com base nestes, é possível apresentar ao leitor o panorama em que está inserido o objeto deste estudo.

3.2.1 Extinção da Estrada de Ferro de Bragança

Diversos fatores estão relacionados à extinção da Estrada de Ferro de Bragança, como o declínio da economia da borracha e os déficits apresentados em sua operação. Porém, o que de fato foi decisivo para o encerramento de suas atividades foi o fortalecimento do rodoviarismo, acompanhado do desmonte das ferrovias. Entre os argumentos utilizados por seus defensores, está o que de as rodovias eram grandes fatores de progresso (PAULA, 2010). A crença do desenvolvimento está entranhada no discurso utilizado na campanha pela construção das rodovias.

É possível perceber, diante do histórico da Região Bragantina, que a Amazônia passa por um processo de políticas direcionadas desde meados do século XIX. Após o declínio da borracha, a região passou por um período de relativo esquecimento até a década de 1950, quando se iniciou um movimento por parte do governo de Juscelino Kubitschek de integração nacional. A ideologia do desenvolvimento criada como parte do projeto norte-americano, como foi visto anteriormente, rapidamente foi disseminada por todos os países e adotada não só pelo governo brasileiro, mas também por intelectuais, políticos e pela sociedade. A nova teoria econômica pregava que os problemas sociais e econômicos de uma região, inclusive da Amazônia, poderiam ser solucionados adotando o modelo de desenvolvimento regional.

Ainda que a ideologia desenvolvimentista tenha sido amplamente aceita, muitos economistas, sociólogos, estudiosos em geral e indivíduos da sociedade civil fizeram críticas e apontaram falhas no modelo. Aos poucos, o destaque dado ao crescimento econômico como eixo central do desenvolvimento foi sendo questionado, ao mesmo tempo em que outros

conceitos, como desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano, começaram a ser formulados, em contraponto à teoria.

A Estrada de Ferro de Bragança enfrentou diversos entraves durante sua construção e funcionamento. Como diz Penteado (1967), ela foi um presente da borracha para a Região Bragantina, visto que a sua construção e manutenção só foram possíveis graças aos lucros da atividade extrativista. É interessante notar o discurso do governo ao serem iniciados os esforços de instalação da ferrovia. Em razão das deficiências do transporte fluvial e ausência de caminhos por via terrestre, a ferrovia seria a opção de um transporte rápido e fácil para o mercado da capital, além de dinamizar a economia de sua zona de influência (PENTEADO, 1967).

Desde a busca para interessados em sua construção, não foi fácil encontrar candidatos, mesmo sendo oferecida uma série de regalias. Assim não foi diferente durante os anos que seguiram. O empreendimento sempre foi marcado por dificuldades na sua construção e funcionamento.

Nos dois primeiros anos de seu funcionamento, a ferrovia já apresentava déficit, chegando à casa dos 57 contos de réis em 1885. Vendo que a despesa continuava a aumentar, o governo acabou tendo que solicitar a encampação da empresa e cobrir o déficit com apólices da dívida pública, o que fez com que a primeira etapa da construção da estrada de ferro fosse encerrada no ano seguinte. Dois anos depois, em 1888 a construção foi retomada, porém os déficits permaneciam. A situação econômica do Pará passou por uma fase menos favorável nos anos seguintes, o que causou maior lentidão à sua construção. Depois de duros 25 anos de construção a ferrovia finalmente foi concluída.

Como os déficits sempre prevaleceram durante seu funcionamento, o governador do Pará, Paes Carvalho, se viu diante da necessidade de arrendamento da estrada em 1900. Lembrando que de 1886 a 1916 a ferrovia amargou um déficit que chegou a ultrapassar em 1898 e 1899 mais de 240 contos de réis.

Um fator que teve bastante influência na decadência da ferrovia foi a concorrência da borracha de origem asiática que fez despencar os preços do produto amazônico, devido aos seus seringais de alta produtividade gerando, portanto, maior oferta. A economia paraense que no período girava em torno da atividade extrativista enfrentou uma grande depressão que afetou diretamente os projetos de colonização para agricultura (LEANDRO; SILVA, 2012).

Mesmo após o fim de sua construção, a ferrovia demandava manutenção contínua para o seu bom funcionamento. Com a necessidade constante de financiamento do tesouro estadual para saldar suas dívidas, o então governador João Coelho realizou uma reforma administrativa

na empresa ferroviária, levando, pela primeira vez, a uma redução nos seus custos operacionais. O que não implicou necessariamente em lucro. Somente entre os anos de 1916 a 1920, foi possível registrar um superávit que chegou a mais de 162 contos de réis.

Durante esse período foram iniciadas as negociações que levaram à aquisição da ferrovia pelo Governo Federal. Mesmo apresentando tímido lucro, a renda não era suficiente para manter a ferrovia e a sua venda pretendia conseguir recursos para essa finalidade. Nos anos seguintes, foi possível realizar obras de recuperação com os recursos adquiridos por meio da sua venda. Diante da situação favorável pela qual a estrada passou nos anos que se seguiram foi fomentada uma discussão sobre a possibilidade de sua reaquisição, o que não durou muito tempo, pois logo ela voltou a apresentar déficit.

Segundo Leandro e Silva (2012), Lauro Sodré ao assumir o cargo de governador do estado em 1917 deu grande destaque à ferrovia em seu programa de governo. Seu plano era prolongar os trilhos até o estado do Maranhão e aumentar o número de ramais. O governador realizou reajustes nas passagens e fretes, além de outras reformas, o que gerou bons resultados, fazendo com que a renda da ferrovia aumentasse. De acordo com os autores, Lauro Sodré, pretendendo prolongar a estrada de ferro até o estado maranhense, antecipou o mecanismo que levou a sua extinção. Já existia uma rede de estradas que ligava os municípios do litoral à ferrovia, onde se planejava construir ramais. Porém, com a queda da economia do estado, não foi possível levar o planejamento adiante. Diante disso, o governador autorizou a organização e estabelecimento do tráfego nessas estradas, enquanto a construção dos ramais não fosse realizada. A partir da segunda metade da década de 1940 houve uma intensificação da construção de estradas paralelas aos trilhos, o que contribuiu para aumentar a competição entre as duas modalidades de transporte, em vez de estimular a sua integração intermodal (PAULA, 2010).

A essa altura já havia uma rede de estradas bem desenvolvida de cerca de 400 km que atendia, relativamente, as necessidades da região. Diante da situação, em 1936 o governo paraense decide entregar, definitivamente, a ferrovia ao Governo Federal, que passa a integrar a Rede Ferroviária Federal S.A, em 1957.

Segundo Paula (2010), durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) foi implementada uma política de atração das indústrias automobilísticas estrangeiras. Entre as medidas adotadas pode-se citar a criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) em 1956. Porém, a política de incentivo da indústria de automóveis e a política de criação de rodovias surgiram em sincronia ao sucateamento das ferrovias, principalmente as de transporte de passageiros. Grande parte das ferrovias foi desativada, principalmente, nos trechos onde já funcionava estradas de rodagem. As que restaram foram apenas algumas de

transporte de grãos e minérios, consideradas como estratégicas dentro do contexto das políticas econômicas do período.

Após a rodovia Belém-Brasília (que seguia o mesmo trajeto da Estrada de Ferro de Bragança de Belém até Castanhal) ser construída e asfaltada, no ano de 1966, a ferrovia foi finalmente extinta, através do Decreto 58.992 de 4 de agosto. Parte de sua estrutura foi transferida para outras ferrovias federais que continuaram em funcionamento (LEANDRO; SILVA, 2012).

Uma das grandes contradições do governo foram as justificativas para o desativamento das ferrovias. Afirmava-se que não era possível modernizá-las, visto que os custos seriam bastante altos. Por outro lado, os investimentos para a construção da malha rodoviária foram muito mais altos, com o argumento de que poderiam se tornar viáveis. Segundo Paula (2010), em 1957, quando o “rodoviarismo” se fortaleceu no Brasil, 80% das ferrovias do mundo apresentavam lucro. O Brasil aparecia com o maior déficit, logo depois da Grécia.

É importante ressaltar que não é possível afirmar que houve uma gestão eficiente no que se refere ao conjunto de práticas mencionadas. Em contrapartida é inegável que a política de transportes foi profundamente influenciada pela pressão do capital, representado, principalmente, pelas montadoras, multinacionais do petróleo e da borracha, em conjunto com as empreiteiras nacionais (PAULA, 2010).

De acordo com Paula, é possível entender que a formação do setor privado da construção foi o fator de grande relevância para a expansão do projeto de incentivo das rodovias. Ao final da década de 1940, o setor público era o que possuía maior relevância no ramo. Os crescentes contratos das empreiteiras com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e Departamento de Estradas de Rodagem (DER) favoreceram o crescimento dessas empresas, ao comprar equipamentos, aumentar a suas produtividades e influência no meio burocrático estatal.

Para Paula (2010), a escassez de financiamentos e de políticas voltadas para a construção de ferrovias acentuou o processo de deterioração da malha ferroviária, em conjunto com o fortalecimento do rodoviarismo, com a garantia de retorno financeiro mais rápido e infraestrutura mais barata. Após os anos 1950, a fase de maior desenvolvimento da indústria nacional coincidiu com o fortalecimento do transporte rodoviário e desmonte das ferrovias, resultado de diversas articulações políticas e empresariais que se iniciaram desde o início do século.

3.2.2 “Terras sem homens para homens sem terra”

Apesar de todos os esforços do Estado de dinamizar a economia do Pará por meio dos projetos de colonização e da construção da ferrovia, o homem amazônico tirava o seu sustento principalmente das atividades extrativistas, como a castanha, borracha, pesca, e desenvolvia uma economia articulada em função do rio. Ainda havia as atividades subsidiárias ao extrativismo, como o beneficiamento, comércio, correspondendo a uma grande parcela de pessoas que direta e indiretamente tinham seus sustentos oriundos do extrativismo. Importante mencionar que mesmo com a queda na produção do látex, o sistema produtivo não foi extinto e muitas famílias ainda viviam da atividade. O grau de isolamento e autonomia da população da região impedia a expansão de um mercado regional. A diversificação das atividades produtivas da região somente foi visualizada de forma considerável quando se iniciou o processo de integração da economia amazônica ao mercado nacional e internacional (LOUREIRO, 1992).

A presença do Estado como uma figura integrada à vida cotidiana era fraca na região, o que podia ser notado pela ausência de serviços básicos (educação, saúde) e administrativos de emissão de documentos de identificação aos indivíduos que viviam afastados dos centros urbanos. A situação começou a mudar a partir da década de 1950, quando foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

De acordo com Loureiro (1992), a década de 1960 foi eficiente ao difundir uma mentalidade de que era possível acelerar a industrialização de países subdesenvolvidos com a ajuda do capital estrangeiro o, conseqüentemente, elevaria o padrão de consumo dessas regiões periféricas. Para abrir a economia a esse capital estrangeiro, o governo brasileiro planejou uma consolidação do parque industrial e ampliação do mercado interno. Por isso, era necessário integrar a Amazônia, que se encontrava isolada da economia nacional, por dois motivos: sua extensão territorial e a abundância de recursos naturais que seriam o principal atrativo dos investimentos de capitais estrangeiros.

Segundo a autora, desde a inauguração da Rodovia Belém-Brasília, em 1961, a entrada de produtos industrializados de vários gêneros concorrendo com o artesanato e pequenos negócios locais já havia realizado uma pressão na economia regional para que se reordenasse. Porém, as políticas econômicas adotadas pelo governo militar estavam interessadas em favorecer o grande capital nacional e internacional, importantes aliados do golpe militar de 1964.

Em 1966 é criada a Operação Amazônia, que se tratava de um conjunto de ações para atração de capitais, incluindo, principalmente, medidas de incentivos fiscais e outras garantias para o acesso à terra e bens naturais. Em dezembro de 1966 foi realizado o 1º Encontro de Investidores da Amazônia. O conjunto de leis, decretos-leis e criação de órgãos federais instrumentalizado pela Lei nº 5.174, de 27 de outubro foi uma ação conjunta dos governos federal, estadual e municipal que buscava ocupar e desenvolver a economia da região, ao atrair investidores privados. O programa que possuía o espírito das novas políticas para a região visava a construção de estradas, projetos de colonização agrícola e incentivos fiscais que atrairiam indústrias para a Amazônia. Outra importante estratégia concebida no período foram os polos de desenvolvimento, onde seriam instalados projetos industriais, com o objetivo de substituição de importações, levando autonomia para a região (LOUREIRO, 1992).

Para oferecer o apoio necessário aos novos investidores reestrutura-se o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) que é substituído pelo Banco da Amazônia, por meio da Lei nº 5.172/66, e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) cede lugar à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), através da Lei nº 5.173/66. Em 1967 é elaborado pela SUDAM (através do Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia – GTINAM) o 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia. O plano define como setores-chave do desenvolvimento econômico a pecuária, a agricultura e a indústria.

Como afirma Loureiro (1992), a tecnoburocracia e a burguesia regionais buscavam replicar na região o processo de substituição de importações que já ocorria em outras partes do Brasil. A tecnoburocracia tinha como proposta um conjunto de expectativas para as quais a transferência do capital privado, apoiada pela infraestrutura financiada pelo governo federal, resultaria na dinamização da economia da região. Com ela viria em seu bojo diversos resultados positivos em relação à renda, emprego, aumento do padrão de vida e de consumo de sua população. O cenário imaginado por essas classes com o passar do tempo se tornou inviável, porque à medida que ocorria a integração dos mercados, a concorrência da região Sul do país (predominantemente com capital estrangeiro) impediria a sua expansão.

Em 1970 é extinto o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio do Decreto-Lei nº 1.110 de 9 de julho. Ao longo da Rodovia Transamazônica instituiu-se o Polígono Desapropriado de Altamira (Decreto nº 67.557, de 12 de novembro de 1970). Abrangendo áreas dos municípios de São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá, Tucuruí, Bagre, Portel, Senador José Porfírio, Altamira e São Félix do Xingu, o empreendimento tinha como objetivo instalar

100.000 unidades familiares, em lotes de 100 ha e regularizar títulos de domínio de imóveis rurais de posseiros existentes na área. Em 1971, por meio de Decreto nº 68.443, de 29 de março, foram desapropriados imóveis particulares na área para fins de colonização e reforma agrária. Segundo Loureiro (1992), a substituição do IBRA pelo INCRA não foi simplesmente um ato de reforma administrativa, pois enquanto o compromisso do primeiro era com a reforma agrária, a ênfase do segundo estava voltada para a colonização dirigida.

Com a chegada dos anos 70 houve uma mudança no que se refere ao processo de ocupação da Amazônia, o que pode ser percebido por alguns pontos estabelecidos no 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de 1972/1974. Considerando a riqueza de recursos naturais da região amazônica, as propostas para a região diziam respeito a sua integração física ao restante do país por meio dos grandes eixos viários. Seria por meio destes que entrariam na região os migrantes do Nordeste e Centro-Sul que ocupariam os espaços vazios. Os instrumentos básicos de ação do 1º PND foram a instituição do Programa de Integração Nacional (PIN), o qual seria responsável pelos principais eixos viários nacionais, e o Programa de Distribuição de Terras (PROTERRA). É possível dizer que o 1º PND apenas se limitou a programar a execução dos propósitos e metas do governo federal. Também acrescentou argumentos a favor da ocupação dos espaços vazios e de fornecer às indústrias do Centro-Sul os recursos de matéria-prima necessária proveniente da Amazônia para que não houvesse uma estagnação no futuro (LOUREIRO, 1992).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), de 1975/1979, por sua vez, explorou com mais profundidade a ideia da Amazônia como fonte de recursos naturais. O II PND continha o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), criado pelo Decreto nº 74.067, de 29 de setembro de 1974, que tinha como objetivo promover a exploração do potencial agropecuário, agroindustrial, florestal e mineral da Amazônia. O programa tinha como fundamento a teoria dos polos de desenvolvimento que foram divididos em 16 polos no total, sendo 12 deles situados em sete estados da Amazônia Legal: Pará (Carajás, Trombetas, Altamira e Marajó), Maranhão (Pré-Amazônia Maranhense), Amazonas (Juruá, Solimões e Médio-Amazonas), Acre, Amapá, Roraima e Rondônia. Porém, na prática o que ocorreu foi a destinação de boa parte dos recursos e maior ênfase ao Polo Carajás, o que comprometeu o andamento de todo o programa. Por isso, o governo federal resolveu criar o Programa Grande Carajás (PGC) e o Programa Especial de Desenvolvimento Regional de Infraestrutura do Complexo de Alumínio (Albrás-Alunorte) e desenvolveu o projeto da hidrelétrica de Tucuruí para dar suporte a esse e outros empreendimentos minerais.

Os trabalhadores rurais, após sucessivas expulsões de suas propriedades passam a se organizar em movimento sociais para lutar pelo direito à terra. Ainda assim, o governo militar não recua no modelo de ocupação adotado e endurece os mecanismos de controle sobre a região. Em 1971, através do Decreto-Lei 1.164, a União retira dos estados o poder de jurisdição sobre as terras devolutas referentes às faixas de 100 km marginais às rodovias federais em construção ou projetadas. O argumento utilizado pela política conhecida como “federalização das terras amazônicas” era que a área se tratava de território indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacional. Havia uma pressa em ocupar a região, tanto por motivos econômicos, como pelo receio do surgimento de movimentos sociais camponeses, que começava a se difundir pelo país.

Sobre a administração das terras amazônicas, Loureiro (1992) defende que foi sendo gradativamente alterada a estrutura organizacional dos órgãos fundiários e a legislação. A criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), por meio do Decreto nº 1.767/80, e reestruturado pelo Decreto nº 1.799/80, é um claro exemplo do autoritarismo do Estado na forma administrativa. Visava agir no quadro fundiário de uma das áreas com maior número de conflitos da região, o Sudeste do Pará, o Oeste maranhense e o Norte de Goiás (área correspondente à extinta Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins – CEAT, criado pelo Decreto-Lei nº 1.523, de 3 de fevereiro de 1977). Subordinado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, o GETAT usufruía de uma liberdade quase irrestrita de ação, estando acima do próprio INCRA. O Estado se sentia ameaçado pelos novos movimentos sociais do campo. Assim, é criado em 1982, por meio do Decreto nº 87.457, o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF). Em 1987, o GETAT é extinto (Decreto-Lei nº 2.328, de 5 de maio), transferindo suas responsabilidades ao INCRA. O Decreto-Lei nº 1.164 foi revogado em 24 de novembro de 1987 (Decreto-Lei nº 2.375), devolvendo aos estados as terras que já se encontravam quase completamente comprometidas. Em 1986, foi extinto o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (GEBAM), por meio do Decreto-Lei nº 92.678 de 19 de maio de 1986, que seguia o mesmo modelo do GETAT, implementado pela ditadura e que havia sido criado com o objetivo de resolver o problema das terras do Projeto Jari.

Entre o final dos anos 1960 até a primeira crise do petróleo, o país acelera o processo de crescimento econômico, ao mesmo tempo que intensifica a política de industrialização da agricultura no Centro-Sul do país. A modernização do campo foi realizada através da inserção de diversos insumos industriais como tratores, máquinas, inseticidas, adubos entre outros recursos. O Estado criou uma política que facilitou a aquisição desses produtos por meio de subsídios, criou vantagens para a exportação e favoreceu o processo de concentração fundiária,

em detrimento dos pequenos produtores, que foram expulsos de suas terras, sendo obrigados a vender sua força de trabalho ou migrar para os centros urbanos (LOUREIRO, 1992).

Este cenário político e econômico do país durante esses anos acabou resultando em inúmeras consequências para a região amazônica. As relações sociais foram profundamente alteradas e substituídas por outras cuja finalidade é a valorização dos novos capitais. Somente dessa forma foi possível aos grandes grupos econômicos e ao Estado exercer o controle sobre os recursos naturais e também sobre a força de trabalho das classes subordinadas. O fato é que homem e natureza amazônicos enfrentaram uma dupla transformação à medida que (recursos naturais e força de trabalho) passaram a ser vistos como mercadoria. Segundo Loureiro (1992), o número insignificante de famílias assentadas através dos projetos de colonização demonstra que, na prática, a colonização não se destinava a beneficiar as classes de trabalhadores rurais, mas sim diluir as tensões sociais, ofertar mão-de-obra barata aos empreendimentos atraídos para a região e expandir os negócios e interesses políticos das classes dominantes.

Conceição (1990), em seu estudo, aponta a análise de alguns autores sobre a aplicação da Lei de Terras no estado do Pará. Alguns fatores dificultaram o acesso à terra pelos pequenos agricultores e conseqüentemente, favoreceu a concentração fundiária. Entre estes, é possível citar: a dificuldade no cadastramento e demarcação das terras devolutas disponíveis, o alto custo para a implementação de atividades nas terras adquiridas para torná-las produtivas e, principalmente, a lenta introdução da terra como mercadoria na Amazônia, sendo intensificada somente após a construção da estrada Belém-Brasília e sob todas as condições descritas anteriormente que favoreceram grandes empresários.

3.3 Reforma urbana do centro de Castanhal: nasce uma “Cidade Modelo”

Com a composição da malha rodoviária no estado, cortando os principais municípios da Região Bragantina, a paisagem destes é completamente modificada, não somente pelo aumento do tráfego, mas também pela mudança nas dinâmicas de ocupação, que passam a girar em torno das estradas e dos veículos. Ao mesmo tempo em que o acesso à sede dos municípios é cada vez mais facilitado pela construção das estradas, o acesso à área rural permanece precário, salvo em casos em que a estrada corta as colônias agrícolas.

A partir da segunda metade do século XX, o município de Castanhal passou por grandes transformações em sua área urbana que modificaram drasticamente sua paisagem e aceleraram o seu crescimento populacional e econômico. O município passou por uma profunda alteração de sua paisagem urbana entre as décadas de 1960 a 1980. Em decorrência destas mudanças, a

elite local que dominava a imprensa e os canais de comunicação passa a adotar e difundir o discurso do desenvolvimento em seus veículos. Segundo estas, Castanhal estava vivenciando o progresso. Neste tópico serão tratados os fatos históricos ocorridos durante este período que foram pertinentes para a expansão do município.

Porém, pode-se dizer que a despeito do bom desempenho econômico vivenciado pelo município, contradições sociais vinham à tona. Segundo Barros (2014), a partir da segunda metade da década de 70, o município enfrentou uma onda de criminalidade e escassez de serviços básicos, em especial no bairro do Milagre, o que mais crescia naquele momento. Para o autor, um dos eventos que representa o ápice das mazelas urbanas de Castanhal foi a “Revolta do Pincel”, ocorrida em 1987.

O motivo do início do conflito entre a população castanhalense e a polícia foi o furto de dois pincéis cometido por um jovem. Após ser preso e torturado na delegacia do município, o jovem foi a óbito. Ao tomar conhecimento da fatalidade, muitas pessoas foram para as ruas e iniciaram incêndios, depredação e saques na delegacia, prédios da polícia, de policiais envolvidos na tortura e do indivíduo que fez a falsa denúncia do furto. Nove bairros foram afetados pela revolta. Barros (2014) destaca que a população apenas tomou ações contra os representantes da segurança pública, pois o seu objetivo era fazer “justiça” pela morte do jovem. Um fato interessante sobre este acontecimento é que o então prefeito atualmente está no mesmo cargo.

Ao analisar as crônicas do jornalista, jurista e político castanhalense, Raimundo Holanda Guimarães, Barros (2014) afirma que para este, a população já se encontrava insatisfeita com o poder público, ou melhor, com a sua ausência. A prisão e tortura do jovem foi interpretada como uma falha na aplicação da lei e por esse motivo a sua morte foi um estopim para que descarregassem o seu descontentamento.

De acordo com a análise das atas das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Castanhal, Barros (2014) observa um esforço dos vereadores para atrair novas indústrias para o município. Por isso, uma das medidas adotadas pelos legisladores foi a política de incentivos fiscais para este setor. Durante o mandato do prefeito Pedro Coelho da Motta, em 1968, foi instalada a Companhia Têxtil de Castanhal (CTC), isenta de todos os impostos municipais, com exceção do imposto destinado a educação e saúde. A lei foi aprovada com unanimidade na Câmara. É possível dizer que este foi um marco da indústria local, pois este é um dos principais empreendimentos do município.

O desejo de transformar Castanhal em um polo industrial, diante de um cenário de abertura da Rodovia Belém-Brasília e instalação de multinacionais no país, foi formado neste

período, porém perdura até os dias atuais. Segue em andamento desde 2017 o projeto de implantação de um Parque da Pequena Indústria e de um Distrito Industrial (DI) no município. A iniciativa tem como justificativa acelerar o desenvolvimento na região. Ocupando uma área de 143 hectares o parque disponibilizará 118 lotes industriais para investidores.

O termo “Cidade Modelo” adotada amplamente pela sociedade local até os dias atuais foi idealizado durante o governo de Maximino Porpino Filho (1963 a 1965). O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), órgão do Governo Federal, selecionou diversos municípios para servirem como modelo de desenvolvimento. Apesar da iniciativa não ter proporcionado nenhum benefício para o município, de acordo com Barros (2014) nenhum recurso foi enviado pelo INDA, o termo foi adotado exaustivamente em propagandas, inclusive pela iniciativa privada. Empresas utilizavam o nome modelo em suas marcas.

Aproveitando o contexto de impulsionamento do município, o prefeito resolveu inovar em sua gestão. Para isso, tomou a iniciativa de criar um bairro planejado. No centro foi planejada a construção de uma grande praça. O prefeito dividiu a área em lotes e os distribuiu para aqueles que possuíam mais recursos, para que pudessem instalar empreendimentos ali que favorecessem a economia local.

Outra medida adotada pelo prefeito Maximino Porpino Filho foi a substituição de mangueiras por acácias. De acordo com os interlocutores da pesquisa de Barros (2014), o centro de Castanhal era abundante em árvores de manga, chegava a ser escuro. Depois de viajar para uma cidade do sul do país, o prefeito voltou empenhado em substituir a vegetação por acácias, uma árvore bastante utilizada para fins paisagísticos.

Para o autor, a construção da BR-316, além de favorecer o crescimento populacional de Castanhal, também facilitou a importação de mercadorias do Sul do país e exportação de produtos agrícolas. O crescimento populacional também foi um fator que expandiu o setor terciário, através de atividades como mototaxistas, engraxates, arrumadores e outros.

Com a expansão do município, também foi necessário ampliar o fornecimento de serviços como a extensão da rede elétrica e do abastecimento de água, pavimentação das vias, construção de prédios, instalação de bancos e empresas de telefonia. A população castanhalense, que no Censo Demográfico de 1970 era de 37.910 habitantes, subiu para 65.246 em 1980 e, então, para 102.071 em 1991. A melhoria destes serviços também foi motivo de atração de empresas de diferentes setores.

A sua localização no entroncamento rodoviário permitiu que se transformasse em redistribuidor de mercadorias que vinham do “centro”. Os novos moradores do município compuseram uma grande massa de mão-de-obra que não apenas serviu para os

empreendimentos da região, mas que também se fixou nestas terras e produziu alimentos para as cidades vizinhas, tornando a produção agrícola uma das bases da economia local.

Ao consultar as atas das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Castanhal, Barros (2014) pode identificar em diversas ocasiões os vereadores e demais políticos adotando os termos “desenvolvimento” e “progresso”. Ora como oposição à “cidadezinha”, status anterior do município, antes de receber os serviços solicitados pelos governantes, ora como ânsia por novas ações voltadas ao seu crescimento econômico. Para isto, entendia-se que era necessário abandonar o antigo, materializado na estação ferroviária. Ainda que tenha havido protesto para que se mantivesse o prédio como museu, os governantes decidiram que para dar continuidade às obras do governo a estação, que ficava localizada na principal via, precisava ser demolida. A Avenida Barão do Rio Branco, que substituiu a estrada de ferro, estava sendo ampliada. Na época, ainda havia no local uma parte da antiga Maria Fumaça, nome dado ao trem que percorria a ferrovia. Porém, a seção que havia sido adquirida do governo estadual por Pedro Coelho da Mota após uma série de esforços para que ficasse em Castanhal, foi doada posteriormente. Uma das leis aprovadas na câmara determinava que só fossem construídos prédios de, no mínimo, dois andares nas principais vias. O objetivo era o de atribuir à paisagem do município o status de “cidade grande”.

Como resultado das diversas reformas que estavam em andamento no centro urbano, os recursos naturais desapareceram aos poucos. As mangueiras foram arrancadas, pois suas raízes impediam a terraplanagem. O igarapé Castanhal, que cortava o centro da cidade foi aterrado. Para as autoridades este era um obstáculo para a ampliação das vias. Às margens do igarapé houve uma ocupação desordenada, em decorrência disso, pouco antes de ser aterrado, o local que a população utilizada para tomar banho e lavar roupa começou a ser poluído.

A imprensa cumpriu papel importante de reforçar o discurso sobre o “progresso” e “desenvolvimento” que a cidade vivenciava. O periódico intitulado *Novo Horizonte* publicado na cidade na segunda metade da década de 70 dava destaque às obras tanto da iniciativa pública como privada, como indícios do seu crescimento. Em uma de suas publicações chega a afirmar que Castanhal possuía “vocaçãõ” e “disposição para o desenvolvimento”. Os demais periódicos locais também apresentavam o mesmo discurso de que o município passava por uma fase de “desenvolvimento”. A construção de edifícios era retratada nestes como um exemplo deste discurso. Em diversas edições eram utilizadas fotos das obras que estavam sendo realizadas ou finalizadas, como o terminal rodoviário. Esta foto foi exibida ao lado de uma foto da antiga estação ferroviária, para estabelecer uma relação de oposição entre o passado e o presente e mostrar como a cidade “evoluiu”.

Porém, a reforma se limitou apenas ao centro do município. O rápido crescimento populacional também resultou em inúmeros problemas enfrentados por todos os centros urbanos, entre estes destaca-se a criminalidade. Os recursos não eram suficientes para atender a todas as demandas, por isso eram distribuídos por ordem de prioridade que, naquele momento, se tratava das obras citadas anteriormente.

4 DO PLANO À REALIDADE

Entre o planejamento elaborado mesmo com muito zelo técnico e estudo de possibilidades e a sua real execução processa-se um conjunto de situações no complexo sistema das relações sociais e institucionais, que impulsionam o projeto inicial para um novo conjunto de situações e possibilidades. Esta situação tem sido amplamente estudada no âmbito da sociologia das organizações, da sociologia do desenvolvimento, da sociologia das políticas públicas e sociais entre outros. O que muitos estudos evidenciam é que na realidade em muitas situações o planejamento, ao priorizar as relações de mercado e as relações de interesses favoráveis ao capital em detrimento da improvisação do bem-estar e melhoria das condições de vida da população menos favorecida, promove a ampliação das desigualdades sociais e empobrecimento das populações urbanas. Os indicadores socioeconômicos selecionados para comporem o capítulo são: composição sociodemográfica, Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto *per capita*, renda, pessoas ocupadas, IDHM, taxa de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, nível de escolaridade e expectativa de anos de estudo. Os indicadores agropecuários utilizados são: produção de origem animal, efetivo dos rebanhos, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio, número e área dos estabelecimentos agropecuários. Os indicadores foram obtidos por meio de duas formas: através do site Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e do banco de dados do IBGE, o SIDRA. Ambas as plataformas possibilitam o download das informações em formatos de gráfico e tabela. Para esta pesquisa, as informações foram obtidas dos bancos de dados somente em tabela e estas foram adaptadas de modo que a sua leitura fosse facilitada e a sua apresentação se tornasse mais compatível com os interesses desta pesquisa. Os gráficos, que são de autoria própria, foram formulados a partir das informações coletadas nos bancos de dados. Com base nestes indicadores é realizada uma análise das condições socioeconômicas do município de Castanhal.

4.1 A cidade é modelo?

O município de Castanhal que recebeu o título de “Cidade Modelo” em razão de seu acelerado crescimento econômico nas últimas décadas do século XX ainda é foco de investimentos pelo governo estadual e é considerado um polo industrial. Porém, pretende-se neste tópico analisar se o município faz jus ao título recebido. O título, que foi dado ao município pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, após um concurso promovido pelo órgão, serviu como propaganda para promover Castanhal. Para governantes, empresários e sociedade, a cidade era um exemplo de progresso, pois atraía novos moradores,

empreendimentos e o comércio se expandia rapidamente. Ainda que os moradores dos bairros mais afastados do centro sofressem com a falta de infraestrutura e serviços básicos, a reforma urbana testemunhada na área central era suficiente para que se acreditasse que o município era modelo de desenvolvimento da região.

4.1.1 A reconfiguração sociodemográfica

Ao longo de mais de um século diversas políticas públicas foram direcionadas ao município de Castanhal. Sem dúvidas, tais intervenções exerceram grande influência nas suas áreas econômica e social, comparado aos demais municípios que foram cortados pela Estrada de Ferro de Bragança. Ainda que o presente estudo tenha Castanhal como foco, para uma análise do seu desempenho, na condição de um município que foi criado em decorrência da colonização da Região Bragantina e da construção da Estrada de Ferro de Bragança, é pertinente à pesquisa realizar uma comparação com os demais municípios de condições semelhantes nesta área de referência. Para isto, foram organizados dados dos municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Bragança, Capanema, Castanhal, Igarapé-açu, Marituba, Nova Timboteua, Peixeboi, Santa Izabel do Pará, São Francisco do Pará e Tracuateua. Entende-se que tais dados são necessários para compreender o cenário socioeconômico da região e do município.

A Tabela 1 contém dados da população residente e taxa média geométrica de crescimento anual dos municípios cortados pela Estrada de Ferro de Bragança. Entende-se que estes dados representam um aspecto importante ao realizar uma análise sobre condições socioeconômicas. A partir destas informações é possível visualizar quais eram os maiores municípios e quais cresceram mais dentro deste cenário. Embora de acordo com Barros (2014), os primeiros indícios das transformações urbanas de Castanhal foram constatados a partir da década de 60, o recorte temporal da população residente adotado nesta pesquisa é a partir do Censo Demográfico de 1970. A razão para isso é que no Censo Demográfico de 1960 o município de Benevides ainda estava na condição de distrito e fazia parte do território de Ananindeua. Seu desmembramento ocorreu apenas em 1961. Portanto, para fins de comparação, entende-se que a partir de 1970, após estes rearranjos territoriais, a situação encontra-se mais estabilizada. Os dados dos municípios seguem em ordem de localização geográfica nas tabelas, seguindo o percurso da Estrada de Ferro de Bragança.

Segundo a série de dados demográficos apresentados pelo Censo Demográfico de 2010 do IBGE, Castanhal era o terceiro município com mais habitantes entre os municípios da Zona Bragantina, atrás somente de Belém e Ananindeua que são municípios vizinhos e estão situados

ao extremo sudoeste da região. Esta região é cercada pela Baía do Guajará e a sua principal via de ligação interestadual é a BR-316. A posição de destaque que outrora a ferrovia possuiu e que foi transferida à rodovia, no que diz respeito à forma de se locomover, foi um dos fatores que orientou a forma com que as cidades cresceram. Em todo o estado do Pará, Castanhal ocupa a 6ª posição em número de habitantes, entre 144 municípios, de acordo com o Censo Demográfico de 2022.

Tabela 1 - População residente dos municípios cortados pela Estrada de Ferro de Bragança e taxa média geométrica de crescimento anual da população

Município	1970	1980	1991	Taxa de crescimento (1970-1991)	2000	2010	2022	Taxa de crescimento (2000-2022)
Belém	633374	933280	1244689	3.3	1280614	1393399	1303403	0.1
Ananindeua	22527	65878	88151	6.7	393569	471980	478778	0.9
Marituba	-	-	-	-	74429	108246	111785	1.9
Benevides	13867	22315	68465	7.9	35546	51651	63567	2.7
Santa Izabel do Pará	15848	24044	33329	3.6	43227	59466	73019	2.4
Castanhal	37910	65246	102071	4.8	134496	173149	192256	1.6
São Francisco do Pará	6827	10522	11619	2.6	14245	15060	14894	0.2
Igarapé-Açu	15966	23005	27307	2.6	32400	35887	35797	0.5
Nova Timboteua	8235	9969	9427	0.6	11406	13670	12806	0.5
Peixe-Boi	6136	7256	5966	-0.1	7760	7854	8285	0.3
Capanema	26650	40102	51166	3.2	57119	63639	70394	1.0
Tracuateua	-	-	-	-	22743	27455	28595	1.0
Bragança	61934	85086	97149	2.2	93779	113227	123082	1.2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e Recenseamento Geral.

Percebe-se na tabela que alguns dados não estão disponíveis. A razão disso é que os municípios que atualmente constituem os territórios de Marituba e Nova Timboteua foram emancipados no decorrer da década de 90 e somente incluídos a partir do censo de 2000. Marituba foi fundado apenas em 1994, após ser desmembrado de Benevides. O que, por outro lado, justifica a queda do número de habitantes de Benevides entre os censos demográficos de 1991 e 2000. Tracuateua, assim como Marituba, adquiriu sua emancipação na década de 90. No ano de 1994, o município foi desmembrado de Bragança.

Entre o Censo Demográfico de 1970 e o Censo Demográfico de 1991, a taxa de crescimento da população de Castanhal foi menor apenas do que as taxas de Benevides e

Ananindeua. Já entre o Censo Demográfico de 2000 e o Censo Demográfico de 2022, Castanhal cresceu menos do que Benevides, Santa Izabel do Pará e Marituba, municípios mais próximos da capital. Nota-se que quase todas as taxas de crescimento da primeira coluna são maiores do que as da segunda coluna, com exceção de Peixe-Boi. Nas últimas décadas do século XX, o fluxo migratório no país encontrava-se bastante intensificado. Lembrando que a segunda metade deste século foi marcado por um conjunto de medidas que favoreceu esse processo, como o aumento dos conflitos agrários, levando ao êxodo rural, surgimento de novas indústrias nas cidades, expansão do comércio, construção de rodovias, entre outros. Por outro lado, no século seguinte, percebe-se pelos dados da segunda coluna da taxa de crescimento que esse movimento se estabiliza. Um dado interessante no último Censo Demográfico é que pela primeira vez entre os anos representados na tabela o número de habitantes da capital do estado diminuiu.

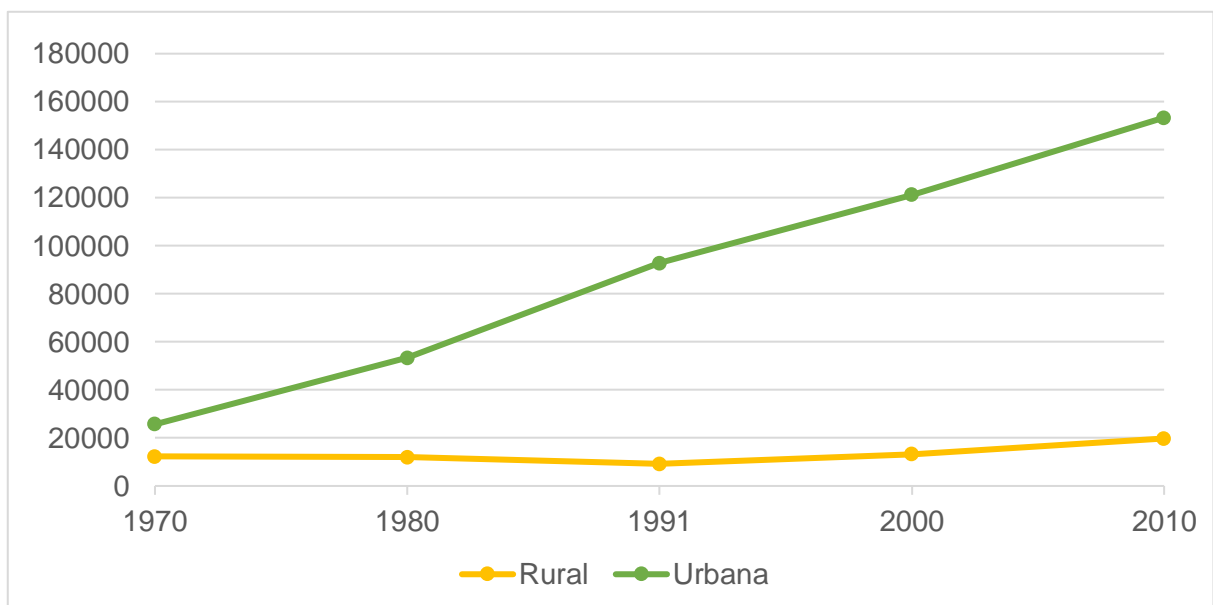
Para Barros (2014), a construção da BR-316, conhecida como Rodovia Belém-Brasília e finalizada em 1961, provocou na paisagem urbana de Castanhal uma grande mudança. Resultado de uma política que buscava integrar a Amazônia ao restante do país, a rodovia além de favorecer a migração ao longo de suas margens, nestas também foram implantados polos de desenvolvimento, passando a polarizar os serviços na sua zona de influência.

Os dados sobre população rural dos municípios só estão disponíveis nos recenseamentos a partir de 1970. As informações sobre a população rural são importantes para a análise das condições socioeconômicas de um município, pois é na zona rural que são desenvolvidas as atividades agropecuárias, como o cultivo de alimentos e a criação de animais. Ao analisar o gráfico sobre população residente de Castanhal, por situação de domicílio, (Gráfico 1) percebe-se no censo demográfico de 1970 que a diferença entre a população urbana e rural não era tão significativa como está atualmente. Em 1970, a população rural representava 32% (12.243) do total de habitantes de Castanhal. Em 2010, a porcentagem caiu para 11% (19.771). Ainda que o número de habitantes da área rural do município tenha aumentado entre os anos citados, ao comparar o crescimento dessa população com a população total do município pode-se perceber como a área urbana foi muito mais atrativa. O crescimento da população total foi de 356% e o da população rural foi de 61%. Um fato interessante é que no ano de 1970 a população em todo o país que vivia nas áreas rurais atingiu seu número máximo de 41 milhões de pessoas (44%). Ao contrário do que aconteceu com Castanhal, o número absoluto de habitantes rurais foi diminuindo a cada censo. Esses dados evidenciam que ainda há atrativos na área rural de Castanhal para essa população. A facilidade de deslocamento entre a área rural e a área urbana,

com a disponibilidade de linhas de ônibus é um fator que favorece a permanência da população no campo.

Percebe-se no gráfico que mesmo que tenha ocorrido entre os anos de 1970 a 1991 uma queda no número da população rural, após 1991 este número passa a subir, chegando a ser maior em 2010 do que era em 1970. Uma possível razão para esse comportamento foi a criação dos dois únicos assentamentos rurais de reforma agrária do município, Cupiúba e João Batista II, durante a década de 90, que passaram a atrair agricultores do entorno de Castanhal e demais pessoas em busca de trabalho.

Gráfico 1 - População residente do município de Castanhal, por situação do domicílio



Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

4.1.2 Os rearranjos na produção econômica

Um dos principais indicadores com reconhecimento mundial sobre a produção econômica é o PIB. Esse indicador, criado em 1937, surgiu como uma unidade de medida com a finalidade de ser comparável para todos os países. Até então não havia nenhum tipo de cálculo das economias mundiais. Para fazer uma análise econômica dos municípios, uma alternativa é recorrer ao PIB (Produto Interno Bruto). O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade. O cálculo considera apenas os bens e serviços finais para evitar dupla contagem e são medidos no preço em que chegam ao consumidor. O PIB não é o total de riqueza existente em um país, mas um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos em um determinado período, que costuma ser de um ano ou de um trimestre.

Os dados sobre o PIB dos municípios fazem parte de uma série publicada pelo IBGE, iniciada em 1996, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). O cálculo foi feito a partir de uma metodologia uniforme para todas as Unidades da Federação e é integrado aos procedimentos adotados nos sistemas de Contas Nacionais e Regionais, para que seus resultados sejam coerentes e comparáveis entre si. Os dados utilizados neste estudo integram a mais recente série do PIB que tem como referência o ano de 2002 e foram obtidos a partir da metodologia mais atualizada. Desde 2002, o PIB dos municípios foi divulgado anualmente, sendo a última publicação de 2020. Para esta pesquisa, foram selecionados os dados referente a cinco anos, com intervalos semelhantes entre si, com exceção do primeiro intervalo.

O PIB de Castanhal (Tabela 2) se destaca entre os demais. Fica atrás somente do PIB de Ananindeua e Belém em todos os anos. Porém, os municípios que tiveram um maior crescimento do PIB entre os anos de 2002 e 2020 foram Benevides e São Francisco do Pará.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto (R\$ 1.000)

Município	2002	2005	2010	2015	2020	Crescimento percentual do PIB (2002-2020)
Belém	8,004,081	11,514,766	18,801,039	29,215,036	30,835,763	2.9
Ananindeua	1,356,575	2,242,831	4,100,513	6,222,672	8,141,095	5.0
Marituba	254,349	398,743	732,171	1,592,877	2,082,399	7.2
Benevides	148,879	227,484	580,847	1,202,057	1,675,048	10.3
Santa Izabel do Pará	158,815	220,479	366,698	609,611	807,619	4.1
Castanhal	498,849	860,461	1,738,923	3,207,269	4,293,180	7.6
São Francisco do Pará	27,050	41,848	96,494	165,795	241,412	7.9
Igarapé-Açu	62,751	74,906	136,819	298,323	379,257	5.0
Nova Timboteua	21,935	29,620	56,296	100,631	143,695	5.6
Peixe-Boi	13,457	17,446	28,106	48,552	65,723	3.9
Capanema	231,999	287,656	601,464	958,387	1,227,086	4.3
Tracuateua	36,014	50,207	95,703	187,974	295,648	7.2
Bragança	182,841	255,689	509,272	976,997	1,377,141	6.5

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Em relação ao PIB *per capita* (divisão do PIB pelo número de habitantes), nos anos anteriores, outros municípios assumem vantagem e se aproximam do desempenho de Castanhal.

Em 2002, Belém, Benevides e Capanema possuíam um PIB *per capita* mais elevado do que Castanhal. Em 2005, Benevides e Castanhal ultrapassaram Capanema e em 2015 Benevides ultrapassou Belém. No ano de 2020, Benevides ocupava o 20º lugar no estado e Castanhal a 31ª posição. Entre os municípios da tabela, Benevides está em primeiro lugar e Castanhal em segundo em 2020.

O PIB *per capita* apesar de ser um indicador importante, que mede a produção média de bens e serviços por pessoa, tem as suas limitações. Além de não levar em consideração as desigualdades sociais e a concentração de renda, também tem dificuldade para absorver as distorções nos preços dos bens de consumo.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto *per capita* (R\$ 1,00)

Município	2002	2005	2010	2015	2020
Belém	5,981.96	9,197.23	13,506.19	20,294.41	20,562.10
Ananindeua	3,124.40	5,410.10	8,692.24	12,312.27	15,201.46
Marituba	2,996.11	4,205.86	6,763.64	12,959.07	15,576.91
Benevides	3,767.18	6,932.72	11,242.99	20,499.97	26,267.84
Santa Izabel do Pará	3,447.26	4,422.98	6,165.47	9,168.47	11,242.38
Castanhal	3,468.83	6,228.41	10,046.01	16,899.58	21,122.55
São Francisco do Pará	1,803.45	2,657.45	6,349.96	10,779.93	15,154.57
Igarapé-Açu	1,853.10	2,442.50	3,817.19	7,990.88	9,718.81
Nova Timboteua	1,831.89	2,439.00	4,121.23	6,876.03	9,267.06
Peixe-Boi	1,626.26	2,134.90	3,572.21	6,166.16	8,133.00
Capanema	3,943.62	5,642.67	9,452.82	14,443.76	17,673.47
Tracuateua	1,474.03	2,215.57	3,484.42	6,379.55	9,458.60
Bragança	1,872.34	2,924.55	4,500.26	8,039.27	10,682.63

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

A fonte das informações da Tabela 4 é o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), um acervo de dados sobre empresas e outras organizações. O CEMPRE investiga organizações inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Os dados abrangem entidades empresariais, órgãos da administração pública e instituições privadas sem fins lucrativos. Até o ano de referência de 2006 as empresas e demais organizações eram classificadas segundo a versão 1.0 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Em 2007, com o objetivo de manter a comparabilidade internacional, passou a vigorar a versão 2.0 da CNAE. Por esse motivo, as informações apresentadas na Tabela 4, tem início em 2006. A atualização dos dados cadastrais e econômicos do CEMPRE é

realizada anualmente, porém, para a pesquisa optou-se por selecionar os dados de quatro anos, sendo os dados de 2020 os mais recentes disponíveis. Para o cálculo do salário médio mensal foi utilizada a categoria “pessoal assalariado médio”².

A Tabela 4 mostra que o salário médio mensal de Castanhal está bem abaixo do salário de Belém e é inferior à maioria dos municípios em todos os anos. Em 2020, Castanhal possuía o salário médio mensal mais baixo de todos os municípios em estudo. Além de não terem apresentado queda, em 2020 Bragança possuía o segundo melhor salário médio e Tracuateua ocupava o quarto lugar.

Ao analisar a Tabela 5, sobre o pessoal ocupado dos municípios da Zona Bragantina, constata-se que o cenário é diferente da tabela sobre o salário médio. A porcentagem de pessoas ocupadas com carteira assinada de Castanhal nos anos de 2000 e 2010 se aproxima mais dos municípios da Região Metropolitana, do que dos demais municípios. Porém, no que diz respeito ao pessoal ocupado sem carteira de trabalho assinada, o número dos municípios mais distantes de Belém cresce vertiginosamente, em relação aos municípios da Região Metropolitana, principalmente no ano de 2010. Em outras palavras, a informalidade cresce à medida que se distancia de Belém. Em relação aos dados de pessoal ocupado, Castanhal é uma espécie de município meio-termo entre os dois grupos: os municípios da Região Metropolitana e os municípios mais distantes. De forma geral, apresenta desempenho inferior aos do primeiro grupo e superior aos do segundo.

² “Quando a pessoa assalariada trabalhou durante todos os dias do ano na unidade, atribuiu-se peso 1; caso contrário, decidiu-se por determinar um peso proporcional ao número de dias trabalhados no ano. Para cada dia trabalhado, cada pessoa recebeu um peso equivalente a $1/365$, o que representa um peso de $1/12$ ao mês. Se ela trabalhou por seis meses, por exemplo, seu peso foi de 0,5. Para atribuir o pessoal assalariado médio de uma empresa ou outra organização ao longo do ano, considerou-se, portanto, o somatório dos pesos relacionados a todos os vínculos empregatícios existentes naquela unidade durante o ano. Quando a empresa ou outra organização foi declarante de uma pesquisa do IBGE, considerou-se o pessoal assalariado médio igual ao pessoal ocupado assalariado em 31/12 nela informado. O salário médio mensal foi calculado, portanto, a partir da razão entre o total de salários e outras remunerações pagas no ano pelo pessoal assalariado médio, dividido por 13.” (IBGE, Cadastro Central de Empresas 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.)

Tabela 4 - Salário médio mensal (salários-mínimos), no período de 2006 a 2020, entre os municípios da Região Bragantina

Município	2006	2010	2015	2020
Belém	3.6	3.5	3.7	3.5
Ananindeua	1.9	2	1.9	1.8
Marituba	1.9	1.9	2.2	2.1
Benevides	1.9	1.9	2	1.9
Santa Isabel do Pará	1.6	1.5	1.6	1.8
Castanhal	1.7	1.6	1.8	1.6
São Francisco do Pará	1.3	1.6	1.9	1.9
Igarapé-Açu	1.1	1.4	1.7	1.8
Nova Timboteua	1.7	1.5	1.5	1.7
Peixe-Boi	1.8	1.6	1.4	1.7
Capanema	1.9	1.9	1.7	1.7
Tracuateua	1.6	1.8	2.1	2.2
Bragança	1.8	1.8	1.9	2

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Tabela 5 - Porcentagem de ocupados de 18 anos ou mais de idade que são empregados

Município	Com carteira de trabalho assinada		Sem carteira de trabalho assinada	
	2000	2010	2000	2010
Belém	34.4	40.69	24.2	21.12
Ananindeua	33.25	41.81	25.88	23.15
Marituba	31.62	44.53	32.58	22.55
Benevides	29.16	36.47	32.28	27.89
Santa Isabel do Pará	27.9	33.6	27.7	23.96
Castanhal	27.53	36.34	29.83	24.35
São Francisco do Pará	8.52	13.86	26.6	28.78
Igarapé-Açu	8.15	10.92	32.11	32.68
Nova Timboteua	12.32	9.22	29.28	26.72
Peixe-Boi	7.74	9.41	26.36	32.19
Capanema	16.18	21.27	24.92	29.15
Tracuateua	2.55	5.08	10.87	24.53
Bragança	7	13.78	23.13	26.4

Adaptado de: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

4.1.3 A análise a partir dos indicadores do Desenvolvimento Humano do município

Segundo Jannuzzi (2004), antes do advento dos Indicadores Sociais na década de 60, o PIB *per capita* era considerado como uma das melhores medidas da qualidade de vida uma população. Porém, com o desenvolvimento das metodologias de estudo da área, se tornou cada vez mais evidente a discrepância entre crescimento econômico e melhoria das condições

sociais, empreendendo-se, assim, um grande esforço por parte de instituições internacionais para desenvolver instrumentos que pudessem medir o nível de bem-estar social. A partir dos anos 60 vários índices foram criados em busca de maneiras mais efetivas que representassem o nível de desenvolvimento humano das sociedades.

Jannuzzi (2002) afirma que nesse período passou a ser mais evidente a desproporcionalidade entre crescimento econômico e qualidade de vida, principalmente em países do então denominado Terceiro Mundo. Mesmo com o crescimento do PIB em vários países, a pobreza e as desigualdades sociais se mantinham. Este cenário apontava que crescimento econômico não era suficiente para garantir desenvolvimento social. Diversas instituições multilaterais, tais quais OCDE, Unesco, FAO, OIT, OMS e Unicef, coordenaram iniciativas de elaboração de instrumentos que permitissem mensurar bem-estar e mudança social. A expectativa com a elaboração de indicadores sociais era a de que os governos pudessem orientar melhor as suas ações.

O que os estudiosos observavam era que mesmo com o crescimento econômico de vários países, persistiam os altos níveis de pobreza e as desigualdades sociais, podendo até ser reforçados. Tampouco, o PIB é capaz de medir mudanças sociais. O indicador social como recurso metodológico é capaz de informar tanto sobre a realidade social, como sobre as mudanças que estão ocorrendo. A partir disso se tornou possível verificar a situação de um determinado país em relação aos demais, ao mesmo tempo em que é possível dar a devida atenção àqueles com baixo desempenho.

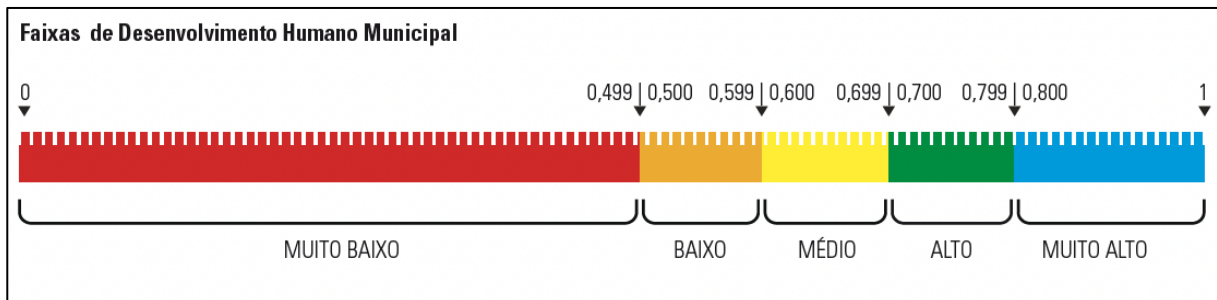
O conceito de desenvolvimento humano, e a conseqüente configuração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PINTO; COSTA; MARQUES, 2013). O índice popularizou o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, fazendo um contraponto à visão anteriormente predominante de que o desenvolvimento de uma sociedade se limitava ao crescimento econômico. Criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Para o cálculo da longevidade é utilizada a expectativa de vida ao nascer. Para o da educação utiliza-se a média de anos de estudo da população adulta e a expectativa de anos de escolaridade. A renda, por sua vez, é calculada tomando-se como base o PIB *per capita* expresso em poder de paridade de compra em dólar (DALBERTO *et al*, 2015). Como os três indicadores são medidos em unidades diferentes, eles são convertidos em medidas adimensionais com variação entre 0 e 1. O valor final do IDH é calculado a partir de

uma média entre os três indicadores e, portanto, possui um intervalo de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 é o valor do IDH, maior é o desenvolvimento humano. Porém, o IDH foi construído para possibilitar comparação entre países. Para uma análise dos níveis de desenvolvimento humano de municípios foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH- m).

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 1998 foi o documento responsável por apresentar o IDHM pela primeira vez no Brasil. O Atlas 1998 continha dados referentes ao ano de 1991 e após este foi produzido o Atlas 2003 com base nos dados do Censo Demográfico de 2000. No ano de 2013 uma parceria entre o PNUD Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP) foi responsável por adaptar a metodologia do IDH global para o cálculo do IDH Municipal (IDHM) a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010. Utilizando a nova metodologia foram recalculados os dados de 1991 e 2000 através de uma compatibilização das áreas dos municípios em 1991, 2000 e 2010, levando-se em consideração divisões administrativas ocorridas durante o período. Apesar do IDHM adotar as mesmas dimensões do IDH global (longevidade, renda e educação), o índice adequa a metodologia global à realidade brasileira e à disponibilidade de indicadores nacionais, por isso não podem ser comparados (PINTO; COSTA; MARQUES, 2013). Como uma ferramenta para melhor interpretar o IDHM foram delimitados intervalos de faixas dentro do valor que vai de 0 a 1 que caracterizam o índice de acordo com o seu desempenho, conforme demonstrado na Figura 3. O Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular um IDH subnacional para todos os seus municípios. Assim como o IDH, o IDHM é medido a partir de três aspectos: vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida. O primeiro é medido pela expectativa de vida ao nascer. O segundo é calculado por meio de dois indicadores: a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem³. O terceiro é obtido através da renda municipal *per capita*, isto é, a renda média dos habitantes do município em questão.

³ A escolaridade da população adulta é calculada a partir do percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo e possui peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. Este possui peso 2 (PINTO; COSTA; MARQUES, 2013).

Figura 3 - Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: PINTO; COSTA; MARQUES, 2013.

Para uma melhor comparação e análise do IDHM dos municípios da Zona Bragantina, foram adicionados os dados de algumas cidades (capitais dos seus estados) representando cada região do Brasil. Como pode-se observar na Tabela 6, o IDHM de todos os municípios elevou-se entre os períodos censitários. Ao focar a análise no município de Castanhal, o IDHM de Castanhal no ano de 1991 era menor do que o IDHM dos municípios de Belém, Ananindeua, Santa Isabel e Capanema. O IDHM de Castanhal e Capanema chegam muito próximo de se igualarem. Por outro lado, no ano de 2000, Castanhal ultrapassa Santa Isabel e Capanema e fica atrás somente de Belém e Ananindeua. Em 2010, além destas duas, Marituba também possuía IDHM maior do que o de Castanhal. É importante mencionar que o IDHM do Brasil em 1991 era de 0.493, em 2000 de 0.612 e em 2010 era de 0.727. Em 1991, Belém e Ananindeua estavam acima do IDHM nacional, mas em 2000 e 2010, apenas Belém ultrapassou o índice nacional. Por outro lado, o IDHM do estado do Pará no ano de 1991 era de 0.413, em 2000 era de 0.518 e em 2010 era de 0.646. O IDHM de Castanhal foi superior ao IDHM do estado em todos os três anos. Se comparado ao IDHM das cidades das outras regiões do país, pode-se notar que o IDHM de Castanhal é inferior a todos nos três anos. Inclusive Belém e Ananindeua, que possuem todos os IDHM's maiores do que os de Castanhal. Porém, o índice do município se destaca quando analisado dentro da região imediata na qual está inserido e que aqui neste trabalho está sendo tratada, isto é, entre os municípios da Zona Bragantina.

Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Município	1991	2000	2010	Varição do IDHM (1991-2010)
Belém	0.562	0.644	0.746	0.18
Ananindeua	0.516	0.606	0.718	0.20
Marituba	0.397	0.505	0.676	0.28
Benevides	0.368	0.529	0.665	0.30
Santa Isabel do Pará	0.447	0.535	0.659	0.21
Castanhal	0.424	0.55	0.673	0.25
São Francisco do Pará	0.371	0.476	0.608	0.24
Igarapé-Açu	0.341	0.459	0.595	0.25
Nova Timboteua	0.361	0.469	0.609	0.25
Peixe-Boi	0.337	0.446	0.581	0.24
Capanema	0.425	0.533	0.655	0.23
Tracuateua	0.25	0.357	0.531	0.28
Bragança	0.325	0.458	0.6	0.28
Manaus (AM)	0.521	0.601	0.737	0.22
Goiânia (GO)	0.6	0.715	0.799	0.20
Salvador (BA)	0.563	0.654	0.759	0.20
Brasília (DF)	0.616	0.725	0.824	0.21
São Paulo (SP)	0.626	0.733	0.805	0.18
Porto Alegre (RS)	0.66	0.744	0.805	0.15

Adaptado de: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2022.

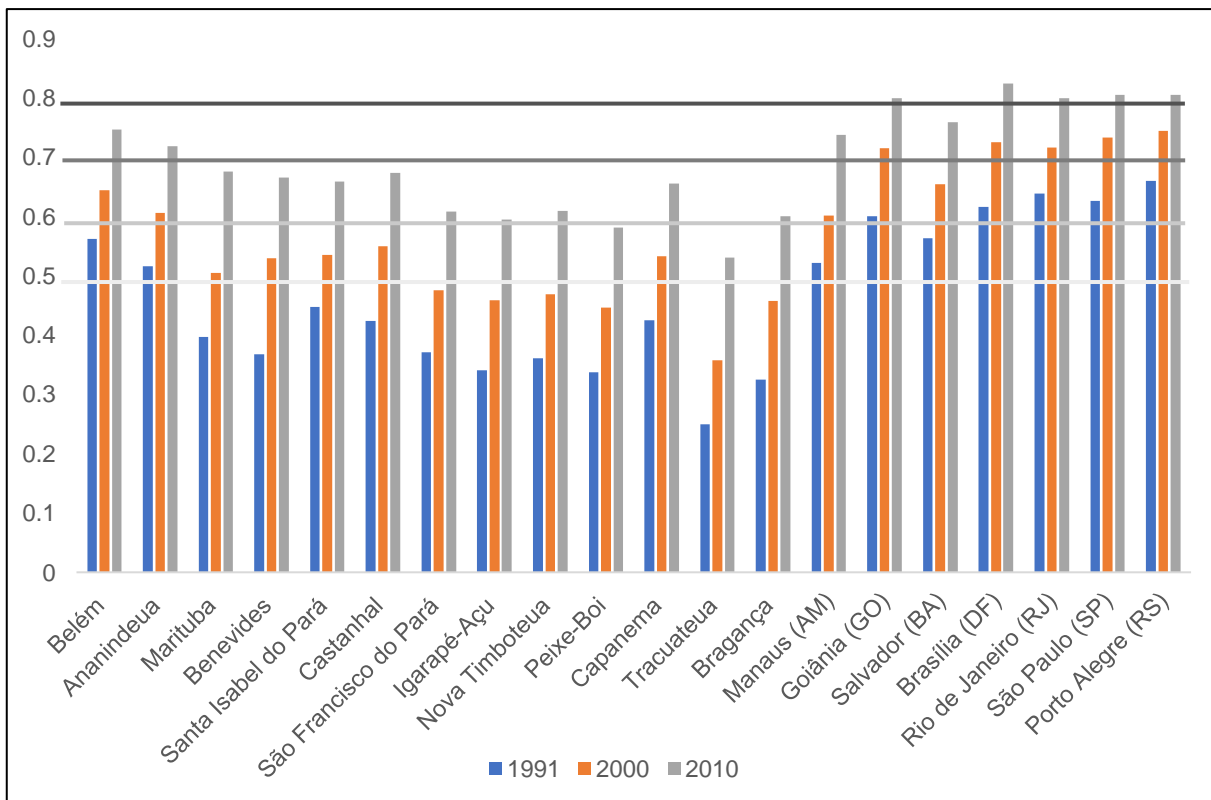
Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

O índice de Gini, assim como o IDH, é uma importante ferramenta de análise das condições sociais de uma sociedade. É importante saber se uma renda mais elevada de um determinado local é ocasionada por um melhor padrão de vida de seus habitantes ou se isto se deve à um pequeno grupo de indivíduos que se apropria da maior parte da riqueza. O índice, que varia de 0 a 1, permite identificar quão desigual é a distribuição de renda de um país. Quanto menor o valor, melhor são distribuídos os rendimentos, portanto, quanto maior o índice mais desigual é a população (JANNUZZI, 2004). Enquanto o valor referente ao Brasil em 2010 era de 0,6086, Castanhal apresentava índice de 0,5555, abaixo também do Pará que era de 0,6260 e de Belém que era 0,6106.

De acordo com o Gráfico 2, é possível notar que as maiores variações do IDHM ocorreram nos municípios com os menores índices em 1991 e 2000. As quatro linhas horizontais indicam as cinco faixas de Desenvolvimento Humano Municipal. Belém e Ananindeua são os municípios da Zona Bragantina que se destacam. Em 1991 eram os únicos que possuíam valores na faixa Baixo Desenvolvimento Humano e em 2010 também eram os

únicos classificados como de Alto Desenvolvimento Humano. Os municípios que tiveram um maior crescimento foram Bragança e Tracuateua e os que menos cresceram foram São Paulo e Porto Alegre. O comportamento de crescimento do IDHM dos municípios sugere uma tendência: quanto maior o seu IDHM, isto é, quanto mais próximo de 1, mais estável o seu crescimento está propenso a ser.

Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)



Adaptado de: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2022.
 Fonte: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Ao observar as variações do gráfico é possível concluir que quanto menor o IDH no ano de 1991, mais o município está sujeito a grandes variações. Muitos esforços foram empreendidos desde o início da utilização destes indicadores sociais no sentido de melhorá-los. Desde que o indicador passou a ser adotado, houve um esforço conjunto dos governos junto a órgãos que promovem a cooperação internacional no sentido de melhorar as condições de vida da sociedade. Entre as iniciativas é possível mencionar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Dentro do cálculo do IDH, em cada aspecto levado em consideração há um grande número de indicadores que influenciam no resultado. Para o cálculo da expectativa de vida ao nascer é importante lançar mão de vários dados como acesso a serviços de saúde, taxa de natalidade e taxa mortalidade infantil.

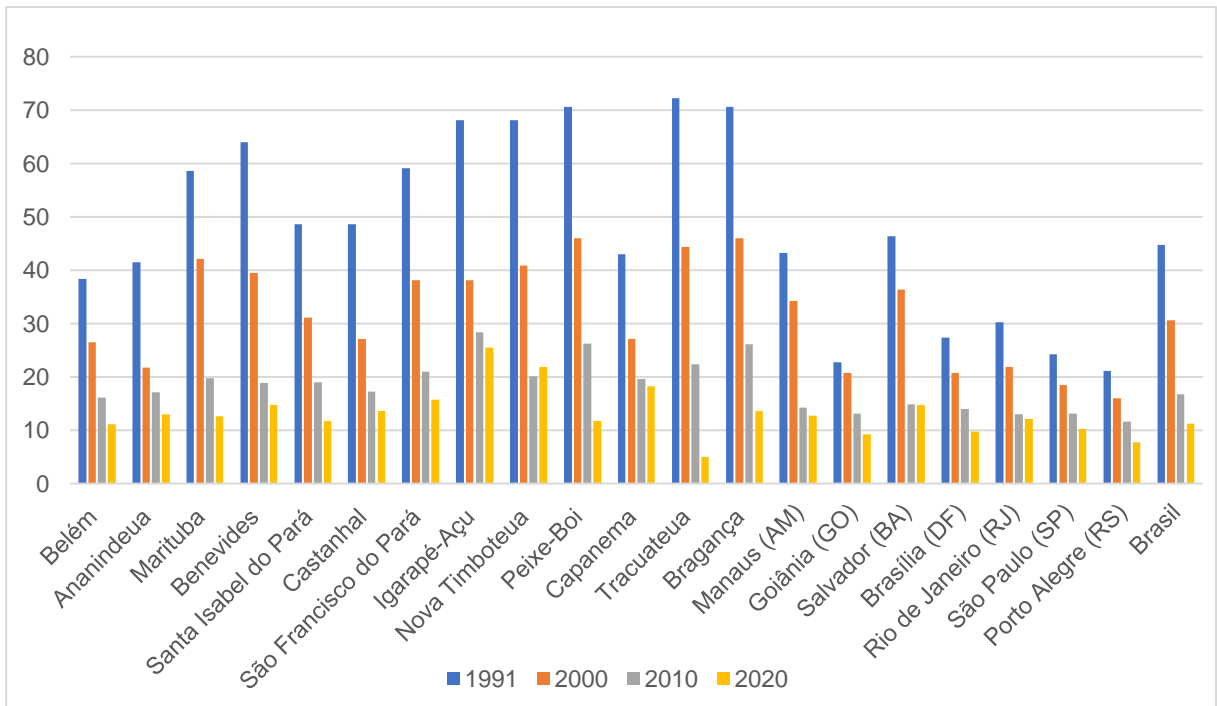
A mortalidade infantil é considerada um grave problema de saúde pública mundial. Segundo Jannuzzi (2004), a taxa de mortalidade infantil tem sido utilizada para indicar as condições socioeconômicas ou de saúde de uma região ou população. Estes dados também servem para analisar a efetividade de políticas públicas de saúde, educação e saneamento em séries históricas possibilitando acompanhar as alterações adotadas nos anos anteriores. O cálculo da taxa é definido pela razão entre o número de óbitos de crianças de até um ano de idade e o total de crianças nascidas vivas durante o período de um ano, multiplicado por mil. O índice especifica a proporção de óbitos de menores de um ano de idade em proporção a cada 1000 crianças nascidas vivas no mesmo ano.

Os dados do Gráfico 3 sobre taxa de mortalidade infantil foram retirados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. As taxas referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010 foram calculadas a partir dos dados dos Censos Demográficos. Porém, a fonte da taxa referente ao ano de 2020 é o DATASUS, departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil responsável por coletar, processar e disseminar informações sobre saúde. Os dados de nascidos vivos do DATASUS iniciam no ano de 1994. Tendo em vista que o Censo Demográfico possui dados mais antigos, optou-se por utilizar principalmente esta fonte, fazendo uma complementação com os dados do DATASUS, por serem mais recentes.

A variação entre a taxa de mortalidade infantil entre um ano e outro, segue uma tendência similar à do IDHM. Os municípios que apresentaram as maiores variações são os municípios que em 1991 possuíam as maiores taxas de mortalidade infantil. Entre os municípios do gráfico, os que apresentaram as maiores quedas na taxa foram Tracuateua, Peixe-Boi e Bragança. Em 1991, Tracuateua possuía uma taxa de mortalidade infantil de 72,19, enquanto Peixe-Boi e Bragança apresentavam taxa de 70,65. A situação de Capanema neste cenário foi bastante incomum. A variação da sua taxa de mortalidade infantil entre 1991 e 2020 foi a menor de todos os municípios. Em 1991, Capanema possuía a terceira menor taxa entre os municípios da Zona Bragantina, menor também do que a taxa do país e de capitais como Manaus e Salvador. Neste ano, Castanhal ocupava o quinto lugar. Porém, nos anos seguintes Castanhal conseguiu alcançar uma taxa menor do que a de Capanema, assumindo o terceiro lugar nos anos de 2000 e 2010. Porém, em 2020 a posição de Castanhal sofre uma grande queda, ficando atrás de Belém, Santa Isabel do Pará, Peixe-Boi, Marituba, Ananindeua e Bragança, nesta ordem. O único ano em que

Castanhal possui a taxa de mortalidade infantil menor do que a taxa nacional foi em 2000. Em 1991, 2010 e 2020, Castanhal permaneceu acima da taxa nacional e em todos os anos apresentou taxa menor do que a taxa do Estado. Apesar da taxa de mortalidade infantil ser calculada a partir de informações obtidas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e de registro civil nos cartórios é importante mencionar que a existência de casos de subregistro.

Gráfico 3 - Taxa de mortalidade infantil



Adaptado de: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Fonte: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas estabelecem um conjunto de metas que promovam qualidade de vida para todos os seres humanos. De acordo com a iniciativa, através da educação é possível alcançar a dignidade humana. A Declaração dos Direitos Humanos da ONU, redigida pós-Segunda Guerra Mundial já reconhecia a todos os seres humanos o direito a instrução gratuita.

Uma das formas de melhor compreender as condições socioeconômicas de uma população é conhecer o seu perfil educacional, pois ao aprender a escrita, o indivíduo também desenvolve outras habilidades intelectuais. Por isso, é possível afirmar que dados como a taxa de analfabetismo ou nível de escolaridade são boas ferramentas para acompanhar o acesso à educação no decorrer dos anos.

O uso da taxa de analfabetismo compreende uma análise mais adequada das condições socioeconômicas de uma população, assim como a possibilidade de comparação entre estratos populacionais de diferentes nações. A sua relevância tem diminuído com o passar dos anos a medida que as políticas de escolarização avançam. Porém, é possível visualizar através da Tabela 7 que ainda há uma expressiva parcela dos habitantes das cidades listadas que não foi alfabetizada. Comparar os dados entre um censo e outro também representa uma importante ferramenta para analisar os avanços. Uma de suas principais finalidades é a análise de resultados de programas educacionais adotados em anos anteriores (JANNUZZI, 2004).

Para o cálculo da taxa são consideradas analfabetas as pessoas que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples, no idioma que conhecem. Os dados da tabela são apresentados na forma de porcentagem (Tabela 7). Entre os três grupos de idade, o grupo de 25 anos ou mais de idade é o que apresenta as maiores taxas de analfabetismo em todas as cidades. Considerando-se que quanto maior a taxa, maior o número de pessoas analfabetas, números menores implicam um melhor desempenho. Para o primeiro grupo, de 15 anos ou mais de idade, Marituba foi o município que apresentou a maior queda na taxa de analfabetismo entre 1991 e 2010, incluindo todas as capitais listadas na tabela. Porém, a maioria dos municípios da Zona Bragantina, Belém entre estas, mesmo apresentando altas taxas de analfabetismo, tiveram variações menores do que as demais capitais do país, diferente do que ocorreu com a taxa de mortalidade infantil. Assim ocorreu também com os outros grupos de idade, Marituba liderou em todos com as maiores quedas da taxa de analfabetismo. Em todos os grupos de idade e em todos os anos, Marituba ficou em terceiro lugar entre os municípios da Zona Bragantina com a menor taxa de analfabetismo, isto é, com as terceiras menores taxas. Belém e Ananindeua se destacam na tabela. Juntamente com Porto Alegre, São Paulo e Goiânia, os municípios assumem os cinco primeiros lugares em todas as categorias. Porto Alegre lidera todas, porém, em 1991, Belém possuía taxa de analfabetismo menor do que a São Paulo para os grupos de 15 e 18 anos. Em 2010, a capital foi ultrapassada por São Paulo e Goiânia nestes grupos, mas ocupa o terceiro lugar para o terceiro grupo. Como pode-se observar na tabela, Belém possui taxa de analfabetismo muito menor do que a taxa nacional e estadual. Nova Timboteua, Tracuateua e Peixe-Boi ocupam os últimos lugares em todas as categorias, ora Peixe-Boi assumindo o último lugar, ora Tracuateua. Em geral, Castanhal possui taxa de analfabetismo maior do que os demais municípios da Região Metropolitana e menor do que os demais municípios da Zona Bragantina, do que a taxa nacional e a estadual. No ano de 2000, Santa Isabel do Pará ultrapassou Castanhal nos três grupos, porém em 2010, Castanhal voltou a ocupar o quarto lugar entre os municípios da Região Metropolitana, seguindo Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides. Apenas no

grupo de 25 anos ou mais de idades nos censos de 1991 e 2000 Castanhal ficou com taxa maior do que a taxa nacional. Mas em todas as demais categorias, Castanhal apresentou melhor desempenho do que a média nacional.

Tabela 7 - Taxa de analfabetismo, por grupos de idade

Territorialidades	15 anos ou mais de idade			18 anos ou mais de idade			25 anos ou mais de idade		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	20.07	13.63	9.61	20.88	14.5	10.19	23.45	16.75	11.82
Pará	24.39	16.77	11.74	25.6	18.02	12.58	29.14	21.29	14.98
Belém	7.33	5.04	3.33	7.7	5.32	3.47	9.22	6.33	3.99
Ananindeua	7.96	5.43	3.44	8.36	5.78	3.62	9.86	6.97	4.21
Marituba	16.45	9.27	4.74	17.64	9.9	5.03	21.16	12.04	5.9
Benevides	17.31	10.72	6.83	18.69	11.68	7.3	22.4	14.41	8.71
Santa Isabel do Pará	21.81	12.44	9.43	23.25	13.5	10.15	27.35	16.48	12.19
Castanhal	18.58	12.72	7.81	19.88	13.78	8.39	23.71	16.77	10.21
São Francisco do Pará	26.52	18.12	15.91	28.35	20.07	17.25	32.86	24.57	20.81
Igarapé-Açu	33.44	21.37	15.57	35.34	23.44	16.87	39.87	27.92	20.42
Nova Timboteua	35.86	25.94	20.06	37.77	28.15	21.55	42.2	33.24	25.51
Peixe-Boi	33.68	27.88	22.16	35.49	30.45	23.92	39.88	35.64	27.81
Capanema	25.69	17.12	13.81	27.4	18.64	14.87	32.01	22.4	17.77
Tracuateua	44.16	27.62	21.44	46.03	30.25	23.27	49.88	35.46	28.1
Bragança	32.02	21.39	15.64	33.93	23.41	16.94	38.51	27.76	20.55
Manaus (AM)	8.91	6.09	3.78	9.5	6.55	4	11.67	8.11	4.76
Brasília (DF)	9.24	5.68	3.47	9.85	6.09	3.66	11.71	7.44	4.31
Goiânia (GO)	8.35	5.17	3.29	8.95	5.54	3.46	10.97	6.83	4.1
Salvador (BA)	9.85	6.28	3.97	10.15	6.61	4.12	11.51	7.76	4.69
São Paulo (SP)	7.53	4.89	3.18	7.93	5.17	3.3	8.92	6.03	3.74
Porto Alegre (RS)	5.23	3.45	2.27	5.41	3.6	2.34	5.99	4.06	2.6

Adaptado de: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Sobre o tema escolaridade, optou-se por selecionar apenas a variável de porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais de idade para os níveis de escolaridade de ensino fundamental, ensino médio e ensino superior completos (Tabela 8). O assunto é bastante abrangente e é possível fazer uma análise a partir de inúmeras variáveis, considerando-se a quantidade de informações disponíveis nos bancos de dados do IBGE e demais órgãos que investigam a educação no Brasil. Também foi selecionada a variável expectativa de anos de estudo, por se tratar de uma variável em que Castanhal se destaca como pode-se observar na tabela. A expectativa de anos estudo indica o número aproximado de anos de estudo que um determinado

grupo de indivíduos terá ao longo de sua vida. No caso da tabela, trata-se da média de anos de estudo que as pessoas possuem ao atingir 18 anos de idade.

No ano de 1991, Castanhal ocupava a 13ª posição em expectativa de anos de estudo entre as territorialidades da tabela e em 2000 passou para a 12ª posição. Porém, em 2010, Castanhal alcançou o 3º lugar, ultrapassando quase todas as capitais da lista, exceto São Paulo e Goiânia. Por outro lado, em relação aos níveis de escolaridade, Castanhal apresenta desempenho moderado, em relação aos municípios da Zona Bragantina, isto é, inferior a Belém e Ananindeua em todos os níveis, mas superior a alguns municípios em alguns níveis. Em 2010, Marituba ultrapassou Castanhal em porcentagem de pessoas de 25 anos ou mais de idade com ensino fundamental e ensino médio completos. Benevides também ultrapassou, no mesmo ano, em ensino fundamental completo. Em 1991, Santa Isabel do Pará, Capanema e São Francisco do Pará possuíam porcentagem relativa ao ensino superior maior do que Castanhal, mas logo em 2000 Castanhal ultrapassou os três municípios. Em todos os anos, Castanhal possuía porcentagem abaixo da média nacional de escolaridade para esta faixa etária em todos os níveis de escolaridade.

Tabela 8 - Porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais de idade, por nível de escolaridade e expectativa de anos de estudo

Territorialidades	% de 25 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo			% de 25 anos ou mais de idade com ensino médio completo			% de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo			Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	27.9	35.95	50.75	17.94	23.51	35.83	5.75	6.77	11.27	8.16	8.76	9.54
Pará	21.80	29.97	43.53	12.84	17.75	28.51	2.67	3.29	6.21	6.48	6.80	8.49
Belém	45.28	54.31	67	29.61	35.81	49.25	8.01	9.21	14.33	8.18	8.88	9.64
Ananindeua	40.36	49.85	64.22	22.4	27.78	43.6	2.73	3.62	7.27	7.93	8.57	9.65
Marituba	19.24	33.56	56.44	8.79	17.23	34.02	0.81	1.25	3.42	6.6	7.42	9.2
Benevides	18	30.94	49.49	7.48	16.6	29.25	0.33	1.57	4.51	6.85	8.12	9.42
Santa Isabel do Pará	19.96	30.41	43.99	11.55	17.91	27.87	1.9	1.8	3.65	7.42	8.18	9.38
Castanhal	22.89	35.07	48.71	12.31	19.98	31.09	1.14	2.46	5.72	6.69	7.85	9.91
São Francisco do Pará	12.32	18.45	32.67	7.21	9.58	18.82	1.42	0.94	1.66	6.04	7.28	9.51
Igarapé-Açu	12.19	19.5	33.16	5.48	10.03	19.34	0.58	0.82	2.8	5.28	6.66	8.47
Nova Timboteua	11.45	19.71	30.73	4.07	10.26	18.56	0.6	1.29	1.97	5.48	6.54	8.72
Peixe-Boi	13.12	18.31	30.02	5.07	10.78	17.46	0.42	0.8	2.2	6.1	6.61	8.65
Capanema	18.03	30.48	43.82	10.18	17.51	27.7	1.58	2	3.68	6.79	7.7	9.6
Tracuateua	4.02	8.7	22.42	1.63	3.94	13	-	0.45	1.38	3.87	5.41	7.79
Bragança	11.65	22.24	34.31	6.18	12.86	22.87	0.45	1.72	4.47	5.89	6.24	9.31
Manaus (AM)	43.14	50.02	65.76	26.53	34.45	49.86	4.72	5.36	10.97	7.64	8.3	9.51
Brasília (DF)	51.22	57.42	69.85	36.65	41.5	55.4	14.27	15.29	23.95	9.48	10.07	9.87
Goiânia (GO)	46.86	53.82	68.11	32.81	38.36	52.32	10.21	11.82	20.67	9.14	10.09	10.08
Salvador (BA)	47.63	54.49	67.99	34.13	39.72	52.28	8.58	9.38	14.59	7.9	8.97	9.16
São Paulo (SP)	43.03	52.51	64.97	28.85	36.56	47.88	11.95	14.04	20.63	9.76	10.3	10.11
Porto Alegre (RS)	55.6	62.42	73.47	39.79	47	57.76	16.17	19.27	25.93	10.53	10.45	9.76

Adaptado de: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

4.1.4 O redimensionamento da Agropecuária

Nesta seção será abordado o conjunto de dados que caracteriza a área rural do município de Castanhal e sua economia. Entende-se que as informações sobre agropecuária e a questão agrária do município são importantes para uma análise das condições socioeconômicas do município, pois além de integrar o seu quadro econômico, revelam importantes aspectos políticos e sociais atrelados à história de Castanhal.

As tabelas desta seção foram construídas a partir do banco de dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e fazem parte das seguintes pesquisas do instituto: Produção Agrícola Municipal (PAM), Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) e Censo Agropecuário. A PAM e a PPM são realizadas anualmente e abrangem todo o Território Nacional. Os dados das

séries temporais referentes à PAM e à PPM, disponibilizados no SIDRA, iniciam em 1974. Porém, para este estudo foram selecionados dados com intervalos de cinco anos entre cada pesquisa, tendo início em 1975, compreendendo o período de referência deste estudo, ou seja, de 1975 a 2020. Para este item, foram coletadas informações apenas sobre Castanhal. Entende-se que para a produção agropecuária a apresentação da evolução do quadro do município é mais relevante do que a sua comparação com os demais.

A produção agropecuária investigada pelo IBGE consiste no conjunto de atividades primárias, estando diretamente associada à produção vegetal (agricultura) e à criação de animais (pecuária) para o consumo humano ou para o fornecimento de matérias-primas. O público-alvo das pesquisas agropecuárias são os responsáveis pelas atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários existentes no país na data de referência da pesquisa. Este universo é composto pelos estabelecimentos agropecuários envolvidos nos segmentos de agricultura, pecuária, aquicultura, avicultura, ranicultura, apicultura, sericicultura, extração vegetal e silvicultura. E neste caso são incluídos todos os estabelecimentos, independentemente do seu tamanho, de sua forma jurídica, ou de sua localização em área urbana ou rural, sendo necessário que o destino da produção seja para subsistência e/ou para venda.

O IBGE definiu no seu último Censo Agropecuário um estabelecimento agropecuário como uma “unidade de produção, independentemente de tamanho, situação jurídica ou localização (em área urbana ou rural) dedicada, total ou parcialmente, a atividades agrícolas, pecuárias, florestais ou aquícolas” (IBGE, 2022, pág. 35). Observa ainda que, para que este seja classificado como tal seria necessário que o objetivo da produção seja para venda ou subsistência do produtor ou de sua família. Atualmente, as áreas não contínuas exploradas por um mesmo produtor são consideradas como um único estabelecimento desde que estejam em um mesmo município, utilizem os mesmos recursos técnicos, os mesmos trabalhadores e que estejam subordinadas a uma única administração, seja do produtor ou de um administrador. Nos censos anteriores, se a área contínua estivesse localizada em dois setores censitários distintos seria considerada como dois estabelecimentos diferentes. Portanto, ao acessar os dados sobre estabelecimentos agropecuários no banco de dados do SIDRA, as informações obtidas seguem essa definição.

A Tabela 9 apresenta dados sobre a produção de origem animal de Castanhal, entre os anos de 1975 e 2020. Uma informação interessante é sobre o produto mel de abelha, que foi inserido, definitivamente, em 1996 no cenário agropecuário de Castanhal e ganhou força de tal forma que atualmente possui uma produção expressiva no município. O leite e os ovos de

galinha não seguem uma tendência de crescimento ou queda nas suas produções, mas variam bastante entre uma pesquisa e outra.

Tabela 9 - Produção de origem animal do município de Castanhal, por tipo de produto

Tipo de produto de origem animal	Ano									
	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020
Leite (Mil litros)	175	2269	1763	3150	447	1332	5536	6701	5472	2430
Ovos de galinha (Mil dúzias)	120	146	81	144	310	244	26	34	108	175
Mel de abelha (Quilogramas)	-	-	190	-	-	600	8750	8750	12000	9500

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal.

Ao observar os dados sobre efetivo dos rebanhos percebe-se que há um grande destaque para bovinos e galináceos. As matrizes de suínos são o total de fêmeas de suínos da espécie *Sus scrofa* destinadas à reprodução, ainda que não tenham reproduzido. Os dados sobre matrizes de suínos só estão disponíveis a partir de 2013. A diferença entre as categorias “galináceos-total” e “galináceos-galinhas” é que a segunda inclui apenas o total de aves fêmeas da espécie *Gallus gallus* destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação). A categoria inclui poedeiras e matrizeiras (IBGE, 2021). A pesquisa também inclui codornas, mas não há criação desta no município. Assim como a produção de origem animal, o valor do efetivo de rebanhos também varia bastante entre as pesquisas.

Tabela 10 - Efetivo dos rebanhos (cabeças) do município de Castanhal, por tipo de rebanho

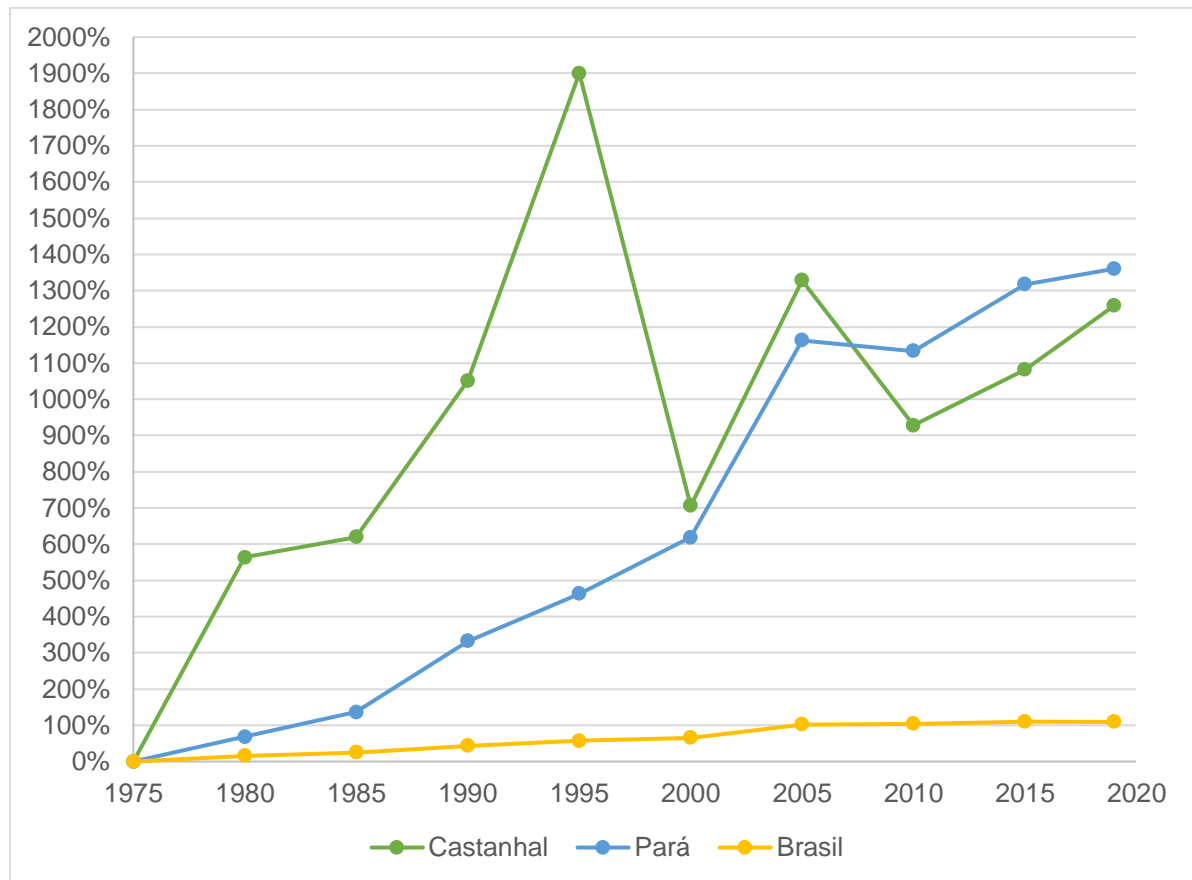
Tipo de rebanho	Ano										Taxa de variação (1975-2020)
	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020	
Bovino	2606	17286	18750	30000	52120	21000	37224	26784	30792	34185	12.1
Bubalino	63	280	344	300	260	110	276	230	210	209	2.3
Equino	1015	915	1490	2300	3300	1000	1121	850	1480	385	-0.6
Suíno - total	2001	2576	5405	6000	7420	2480	1035	1119	5910	7380	2.7
Suíno - matrizes de suínos	-	-	-	-	-	-	-	-	148	185	-
Caprino	50	150	129	250	470	230	562	180	354	629	11.6
Ovino	112	350	1316	2000	870	480	2198	1896	1980	1538	12.7
Galináceos - total	8275	9249	15990	16600	35300	79500	78740	24122	305514	414461	49.1
Galináceos - galinhas	0	9	7	0	0	0	7	3	7	4	-0.3
Galináceos - galinhas	2684	9249	26850	36000	103450	122000	8607	9894	12600	19200	-0.3

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal.

Os períodos de 1995 a 2000 e 2005 a 2010, foram os mais difíceis para a pecuária do município. Das nove categorias da tabela, seis apresentaram queda nestes períodos. A categoria de galináceos, por outro lado, cresceu no período de 1995 a 2000. O número total de galináceos mais que dobrou entre um ano e outro. No entanto, sofreu uma grande queda nos anos posteriores. Em 2010, possuía um rebanho menor do que havia em 1995. Um dos dados que mais chama a atenção na tabela é a enorme queda de 92% que o número de galinhas sofreu entre 2000 e 2005. Em relação ao efetivo bovino, Castanhal, até o ano de 1995, apresentou uma tendência de crescimento bem mais elevada do que a apresentada pelo estado e, principalmente, pelo país (Gráfico 4). O estado do Pará, mesmo que crescendo numa velocidade menor que Castanhal, apresenta um aumento do rebanho bovino mais acentuado do que o apresentado em todo o país. O Brasil, desde o início da década de 90, já possuía um número de rebanho bovino superior ao número de habitantes.

Entre os anos de 1995 e 2000, Castanhal vivencia uma grande queda do seu efetivo de rebanho bovino. Voltando a crescer e cair novamente entre os anos de 2005 e 2010. A tendência seguida pelo estado do Pará se mostra mais estável, com uma pequena queda, também, entre 2005 e 2010, recuperando-se em seguida. Para o cálculo do crescimento representado no gráfico foi utilizado como referência o número do efetivo de rebanho bovino no ano de 1975. Assim, pode-se visualizar a velocidade com que cresceu o rebanho bovino desde então.

Gráfico 4 - Crescimento do efetivo de rebanho bovino de Castanhal, do Pará e do Brasil



Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal.

Além do rebanho, também há criação de peixes por alguns produtores do município. A pirapitinga, o tambaqui e a tilápia foram as únicas espécies de peixe criadas no município no período em que há dados disponíveis no banco de dados do SIDRA sobre aquicultura. Por aquicultura entende-se como a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático. A PPM considera apenas a criação de animais. Produções de animais oriundos da pesca extrativista de estabelecimentos de lazer (pesque-pague), de hotéis fazenda e de animais ornamentais não compõem a pesquisa (IBGE, 2021). Porém, o município não possui tradição na aquicultura. Por este motivo os dados sobre o ramo não serão abordados nesta pesquisa.

Ao analisar os dados sobre área colhida do município (Tabela 11), percebe-se que a mandioca teve grande destaque, apresentando um aumento progressivo da sua área colhida, ainda que tenha caído entre os anos 1985 e 1990 e entre 2015 e 2020. O IBGE, no Censo Agropecuário, adota três variáveis relacionadas à produção: *área plantada*, *área colhida* e

quantidade produzida. Ainda que a variável *área colhida* esteja mais relacionada ao trabalho exercido na terra pelos pequenos produtores, entende-se que é interessante mostrar aqui a expansão que determinados produtos apresentaram em termo de área. Tal comportamento pode indicar mudanças de utilização da terra e do tipo de produção no município. O açaí e o dendê, surgem em seguida como os maiores responsáveis pela área colhida. Nota-se que a mandioca, desde 1975, sempre foi produto com maior área colhida. Em 1975, depois da mandioca, o cacau era o responsável pela segunda maior área colhida do município. O cacau, até 1840, foi o principal produto da Amazônia (SANTOS, 1980). Nota-se que, para o município, a sua relevância diminuiu consideravelmente com o passar dos anos. Porém, a quantidade produzida de cacau em 1975, mesmo sendo a segunda maior área colhida, está entre os três últimos lugares da tabela. Outros produtos não se mantiveram constantes entre 1975 e 2020. Variando, assim, de tempos em tempos, as principais produções locais. A soja, produto que ocupa o posto principal no uso de terras para produção agrícola a nível nacional e estadual, não possui relevância no município. A mandioca, que lidera no município como maior responsável pela área colhida, no estado do Pará ocupa o segundo lugar. O produto representa 52% da sua área total colhida. Em Castanhal, outros produtos acabam se destacando, como a pimenta-do-reino e o feijão. Interessante notar que a área colhida do município passou por um período de queda entre 1980 e 1990, porém voltou a aumentar em 1995 e seguiu em crescimento até 2015. Após isso sofreu uma redução de quase metade de sua área entre 2015 e 2020, chegando a um valor aproximado ao do ano de 2000. Há alguns produtos que não foram incluídos na tabela, por terem uma produção irrisória no município.

Tabela 11 - Área colhida do município de Castanhal (hectares)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	Ano									
	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020
Abacaxi	1	-	-	-	5	50	50	50	50	30
Açaí	-	-	-	-	-	-	-	-	1000	1000
Arroz (em casca)	160	972	770	150	150	60	10	-	-	-
Banana (cacho)	13	20	10	10	125	100	80	120	110	120
Cacau (em amêndoa)	649	308	320	124	171	172	70	75	110	60
Cana-de-açúcar	14	11	10	30	-	-	-	-	-	-
Coco-da-baía	-	-	-	-	-	20	200	150	150	150
Dendê (cacho de coco)	-	-	-	600	600	1500	1500	1000	800	1000
Feijão (em grão)	6	75	150	150	1000	1400	980	1500	600	400
Laranja	24	40	32	18	38	105	80	80	120	100
Limão	5	10	18	10	-	-	20	20	45	-
Mamão	-	680	480	175	100	150	100	110	185	10
Mandioca	730	1058	1530	980	1945	2200	4000	6000	8000	4100
Maracujá	-	-	-	720	256	200	300	155	220	-
Melancia	87	51	110	130	125	30	150	170	160	-
Melão	161	250	70	20	-	-	-	-	-	-
Milho (em grão)	450	800	450	420	600	1200	1200	500	450	350
Pimenta-do-reino	322	208	40	300	130	130	400	400	515	415
TOTAL	2645	4524	4185	3970	5245	7350	9148	10338	13030	7752

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Algumas espécies cultivadas comercialmente também são obtidas de áreas de vegetação espontânea, ou seja, por meio da extração vegetal, como é o caso do açaí. Os produtos provenientes do extrativismo vegetal são investigados na pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), também realizada pelo IBGE, que contém dados a partir de 1986. Porém, ao consultar a PEVS para o município de Castanhal, só há dados sobre carvão vegetal, lenha e madeira em tora. O que significa que o açaí produzido em Castanhal é proveniente de cultivo.

É interessante fazer uma comparação entre a Tabela 12 e a Tabela 13, que apresentam dados sobre quantidade produzida e rendimento médio das lavouras temporárias e permanentes referente ao período entre 1975 e 2020. As unidades de medida das variáveis *quantidade produzida* e *rendimento médio* sofreram algumas mudanças em 2001. Depois deste ano, as quantidades produzidas de banana, laranja, limão, mamão, maracujá, melancia e melão, que antes eram expressas em mil frutos, passaram a ser expressas em toneladas. O rendimento médio desses produtos que antes era medido em frutos por hectare passa a ser expresso em quilogramas por hectare. A banana, que também passou a adotar a mesma medida,

anteriormente tinha a sua quantidade produzida medida em mil cachos por hectare e o seu rendimento cachos por hectare. A quantidade produzida de abacaxi e coco-da-baía, que não foi alterada, é expressa em mil frutos e o rendimento médio em frutos por hectare. A definição de rendimento médio é a razão entre a quantidade produzida e a área colhida.

No ano de 1975, a mandioca liderava em quantidade produzida, mas os produtos que também se destacavam depois dela eram a laranja, melão e pimenta-do-reino. O melão já não é mais produzido no município, desde 1990. Em 1980, o mamão assume a liderança em quantidade produzida, porém, o valor vai diminuindo ao longo dos anos. Em 1990, o maracujá surge como protagonista em quantidade produzida no município, porém, assim como o mamão o valor também diminui até 2015. O dendê surge em 1990 e apesar de sofrer algumas quedas, conseguiu se manter em destaque entre os principais produtos. É possível dizer que ainda que a mandioca não tenha sido o produto com maior quantidade produzida em todos os anos, a sua produção se manteve estável e atualmente ocupa o primeiro lugar desta variável. Entre 2000 e 2005 foi quando teve o seu maior crescimento, de 278%. Em relação ao rendimento médio, o produto líder na lista de 1975 era o limão, seguido pela laranja e pela cana-de-açúcar. Em 2000, o rendimento médio passa a ser expresso em Kg/ha. Nos anos anteriores era expresso em frutos/ha, com exceção da banana, que era expressa em cachos/ha. Apesar da área colhida e quantidade produzida de mandioca ter caído entre 2015 e 2020, este é o produto que apresenta mais estabilidade no seu crescimento em sucessivos anos e um aumento acentuado, comparado aos demais.

Tabela 12 - Quantidade produzida das lavouras temporárias e permanentes do município de Castanhal (toneladas)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	Ano									
	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020
Abacaxi	1	-	-	-	50	1650	1200	1250	1500	900
Açaí	-	-	-	-	-	-	-	-	8000	8000
Arroz (em casca)	120	535	323	63	90	36	6	-	-	-
Banana (cacho)	11	16	8	8	150	119	568	852	1222	960
Cacau (em amêndoa)	97	192	139	62	85	43	42	60	88	48
Cana-de-açúcar	294	231	210	630	-	-	-	-	-	-
Coco-da-baía	-	-	-	-	-	400	4000	3000	1500	1500
Dendê (cacho de coco)	-	-	-	3600	14414	27027	27027	18018	12000	18000
Feijão (em grão)	3	41	81	81	600	1120	1078	1350	420	271
Laranja	1200	2000	1600	900	1900	3936	640	640	1800	1500
Limão	300	600	1080	600	-	-	200	300	630	-
Mamão	-	45315	23990	5831	3332	2500	1670	1837	2775	150
Mandioca	6957	9366	13770	8820	19450	26400	100000	126000	160000	81500
Maracujá	-	-	-	85536	17196	7296	1380	1550	3300	-
Melancia	130	76	220	260	25	150	3000	3400	3200	-
Melão	724	2625	280	80	-	-	-	-	-	-
Milho (em grão)	243	432	216	139	360	1140	960	700	450	289
Pimenta-do-reino	645	709	64	750	162	260	1280	1000	1288	1038

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Não há produção de cana-de-açúcar desde 1994. De 1994 a 2004 também não houve produção de limão. Apesar de ter sido retomada em 2005, a partir de 2017 não há mais dados sobre esta. O abacaxi, de 1974 a 1993, só foi produzido nos anos de 1974, 1975, 1986 e 1987. Depois disso, ele volta a ser produzido em 1994 e continua até atualmente. O arroz parou de ser produzido em 2007. O coco-da-baía começou a ser produzido em 1997 e o dendê em 1988. Nota-se que, durante o período abordado na tabela, há uma movimentação no município no sentido de descontinuar algumas produções e iniciar outras.

Tabela 13 - Rendimento médio das lavouras temporárias e permanentes do município de Castanhal (quilogramas por hectare)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	Ano									
	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020
Abacaxi	1000	-	-	-	10000	33000	24000	25000	30000	30000
Açaí	-	-	-	-	-	-	-	-	8000	8000
Arroz (em casca)	750	550	419	420	600	600	600	-	-	-
Banana (cacho)	846	800	800	800	1200	1190	7100	7100	11109	8000
Cacau (em amêndoa)	149	623	434	500	497	250	600	800	800	800
Cana-de-açúcar	21000	21000	21000	21000	-	-	-	-	-	-
Coco-da-baía	-	-	-	-	-	20000	20000	20000	10000	10000
Dendê (cacho de coco)	-	-	-	6000	24023	18018	18018	18018	15000	18000
Feijão (em grão)	500	546	540	540	600	800	1100	900	700	678
Laranja	50000	50000	50000	50000	50000	37485	8000	8000	15000	15000
Limão	60000	60000	60000	60000	-	-	10000	15000	14000	-
Mamão	-	66639	49979	33320	33320	16666	16700	16700	15000	15000
Mandioca	9530	8852	9000	9000	10000	12000	25000	21000	20000	19878
Maracujá	-	-	-	118800	67171	36480	4600	10000	15000	-
Melancia	1494	1490	2000	2000	200	5000	20000	20000	20000	-
Melão	4497	10500	4000	4000	-	-	-	-	-	-
Milho (em grão)	540	540	480	330	600	950	800	1400	1000	826
Pimenta-do-reino	2003	3408	1600	2500	1246	2000	3200	2500	2501	2501

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

As variáveis de área colhida, quantidade produzida e rendimento médio mostram o quadro da agricultura do município. A produção no município sempre foi bastante diversificada, mas pode-se dizer que os produtos que, apesar de sofrerem algumas quedas, sempre fizeram parte do cenário agrícola de Castanhal apresentando estabilidade são: banana, cacau, feijão, laranja, mandioca, milho e pimenta-do-reino.

O Gráfico 5 apresenta o número e área dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, Pará e Castanhal. Os dados foram coletados no banco de dados do SIDRA, que disponibilizam as informações referentes apenas aos Censos Agropecuários de 1995, 2006 e 2017.

Para uma compatibilização das categorias dos três Censos Agropecuários, foi necessário agrupar algumas destas, que entre um censo e outro, haviam sido separadas. O Censo Agropecuário de 2006 seguiu orientações do *Programa del censo agropecuario mundial 2010*, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization - FAO). O programa orienta que haja uma maior distribuição dos estabelecimentos dos grupos de áreas menores e que os grupos de áreas maiores sejam agregados. (IBGE, 2012) A partir deste censo, a categoria “menos de 1 ha” foi dividida em outras quatro categorias, assim como a categoria de “2 a menos de 5 ha” que foi dividida em

três. Por outro lado, as categorias referentes às maiores áreas foram agrupadas no Censo Agropecuário de 2006. Em 1995 existiam as seguintes categorias: “1.000 a menos de 2.000 ha”, “2.000 a menos de 5.000 ha”, “5.000 a menos de 10.000 ha”, “10.000 a menos de 100.000 ha” e “100.000 ha e mais”. O Censo Agropecuário de 2006 reagrupou estas categorias em duas novas: “de 1.000 a menos de 2.500 ha” e “de 2.500 ha e mais”. O Censo Agropecuário de 2017, por sua vez, fez uma nova especificação: “de 1.000 a menos de 2.500 ha”, “de 2.500 a menos de 10.000 ha” e “de 10.000 ha e mais”. Devido à diferenciação entre as categorias dos censos, estas foram somadas no Gráfico 5 conforme a sua compatibilidade. Percebe-se que ao modificar as categorias há um esforço no sentido de compreender o que ocorre nas áreas rurais e desta forma, construir uma melhor representação destes comportamentos por meio das estatísticas. Desse forma, também é possível dar mais visibilidade às formas de ocupação da terra, e aos trabalhadores da pequena produção agrícola, que são os responsáveis por grande parte do alimento que chega a nossa mesa. A agricultura familiar, que foi incorporada ao Censo Agropecuário somente em 2006, representa 77% dos estabelecimentos agrícolas de todo o país.

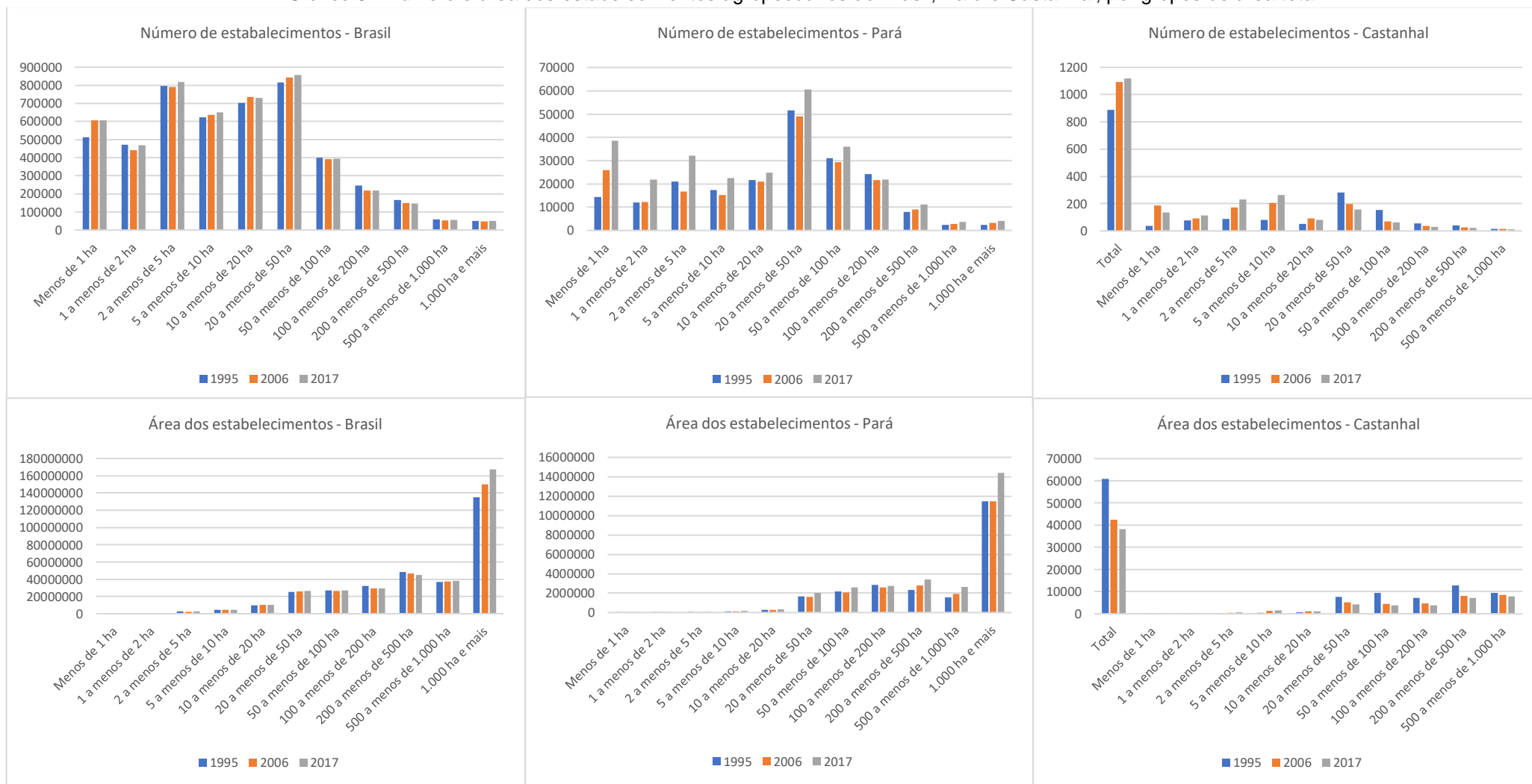
No Gráfico 5 foram utilizados dados do Brasil, Pará e Castanhal, pois, como pode-se observar, o município segue um padrão de evolução da distribuição de número e área de estabelecimentos diferente do país e do estado. No Brasil, assim como no Pará, observa-se que há uma grande concentração da área dos estabelecimentos agropecuários referente àqueles com 1.000 ha ou mais. Apenas 3,4% dos estabelecimentos agropecuários ocupa 59% da área rural do município. Esta área cresceu tanto no Brasil, como no Pará, nos três censos. Ao analisar o número destes estabelecimentos, percebe-se que estes são ínfimos em relação aos demais grupos de área. No que diz respeito à relação entre área e número de estabelecimentos, Castanhal apresenta um quadro similar. A maior parte da área rural do município compõe o grupo dos maiores estabelecimentos, mas que representam a minoria dos estabelecimentos. Porém, o que chama a atenção, quando estes dados são comparados aos números nacionais e estaduais é que entre os anos de 1995 e 2017, houve um acentuado crescimento da área dos estabelecimentos maiores no Brasil e Pará, mas em Castanhal este número caiu. Todas as categorias de 20 hectares em diante apresentaram queda tanto em área como em número de estabelecimentos. Em contrapartida, a área de todas as categorias menores de 20 hectares subiu entre 1995 e 2017, ainda que a categoria de “10 a menos de 20 ha” tenha caído entre 2006 e 2017. O número de estabelecimentos menores de 1 ha e entre 10 a menos de 20 ha cresceu entre 1995 e 2017, mas também caiu entre 2006 e 2017. Os dados sobre a área dos estabelecimentos de menos de 2 ha são tão baixos que não aparecem no gráfico, mesmo que estes possuam relevância ao observar o número que estes representam no quadro nacional.

No ano de 1995 havia 895 estabelecimentos, em 2006 o número passou para 1.093 e em 2017 subiu para 1.117. Porém, ao contrário do número de estabelecimentos, a área dos estabelecimentos agropecuários diminuiu entre uma pesquisa e outra. Em 1995, a área era de 60.902 ha, caiu para 42.381 ha em 2006 e em 2017 representava 38.086 ha. Em Castanhal, apenas 16 estabelecimentos ocupavam uma área de 15.309 ha em 2017, valor equivalente a 40% da sua área total de estabelecimentos. Em contrapartida, o número de estabelecimentos de 2 a menos de 10 ha corresponde a 44% do total.

Os dados do Censo Agropecuário 2017 seguem revelando um País estruturado em fortes e persistentes desigualdades, sejam elas regionais, pelo tamanho do estabelecimento, atividade principal econômica realizada, a condição legal das terras, a taxa do pessoal ocupado ou mesmo de acordo com o sexo do produtor. Assim, vemos que o índice de Gini cresceu em relação às duas décadas anteriores. Se por um lado, a maior quantidade de estabelecimentos permanece entre os pequenos, a porção muito inferior das áreas que eles ocupam são a expressão da concentração fundiária brasileira. Dados que se tornam mais marcantes quando vistos regionalmente, como o fato de a média de área dos estabelecimentos do Centro-Oeste (322 hectares) ter sido quase cinco vezes maior do que a média nacional (69 hectares). Além disso, destaca-se a desigualdade na ocupação de pessoal nos estabelecimentos agropecuários, no qual 12,8% da área de estabelecimentos abrigou mais de 70,0% das pessoas ocupadas, notadamente nos estabelecimentos com menos de 50 hectares. Em contrapartida, nos estabelecimentos acima de 2 500 hectares essa taxa não chega a 5,0%.

Pode-se notar que entre o Censo Agropecuário de 1995 e o Censo Agropecuário de 2017 houve uma mudança no padrão de grupos de área. No primeiro, a maior quantidade de estabelecimentos compreendia àqueles com área de 20 a menos de 100 ha (48%). Estes dados mostram que há uma tendência de crescimento dos estabelecimentos menores e uma queda dos maiores.

Gráfico 5 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, Pará e Castanhal, por grupos de área total



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

O Gráfico 6 trata das atividades econômicas identificadas na área rural do município de Castanhal. A pecuária representa todo o conjunto de criação de animais, que podem ser bovinos, equinos, suínos, galinhas, peixes e outros. A lavoura temporária é caracterizada como cultura de curta ou média duração e que normalmente necessita de um novo plantio, pois após a colheita a planta se destrói. Lavoura permanente compreende o tipo de lavoura caracterizada por ser de cultura de longa duração, que pode proporcionar colheita por vários anos sucessivos sem que haja a necessidade de um novo plantio. Para horticultura foram considerados os produtos do cultivo de verdura, legumes e outros vegetais (IBGE, 2012). A categoria “lavoura temporária” existente no Censo Agropecuário de 1995, em 2006 foi dividida nas seguintes categorias: “área de lavoura temporária”, “área plantada com forrageiras para corte” (destinadas ao corte e uso na alimentação de animais) e área com cultivo de flores. Para que os dados dos três censos fossem comparáveis entre si foram, as categorias citadas foram reagrupadas no gráfico.

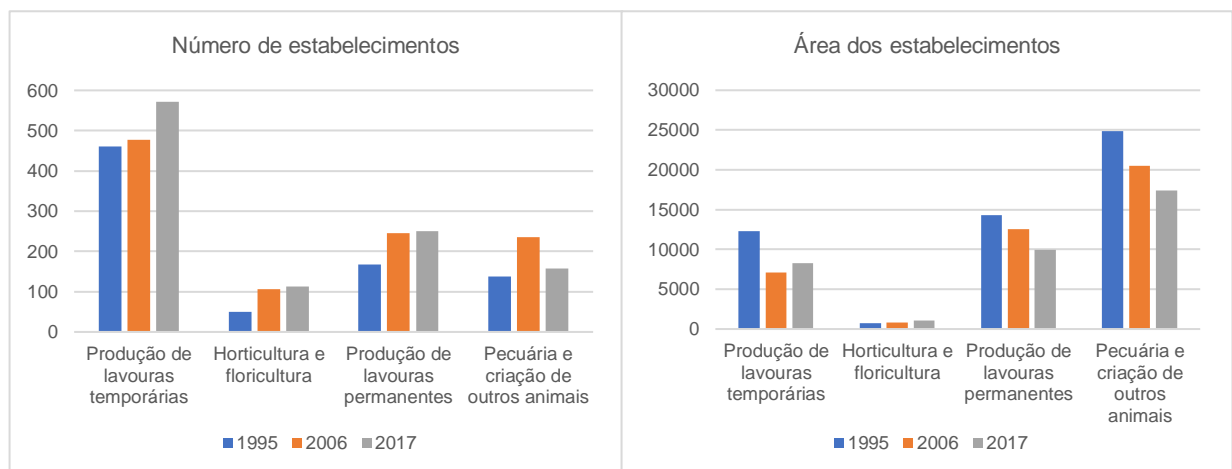
Por atividade econômica, foram identificadas aquelas correspondentes à predominância simples do maior valor da produção. Caso o valor da produção seja igual ou maior do que 90% do valor total, o estabelecimento é considerado muito especializado, se o valor é igual ou maior do que 66%, o estabelecimento é especializado, mas se o valor for menor do que este, o estabelecimento é considerado diversificado. O Censo Agropecuário de 1995 seguia o conceito de atividade econômica delimitado pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0. A CNAE 1.0 classifica o estabelecimento agropecuário cuja atividade desenvolvida possua um valor de produção igual ou maior do que 2/3 do valor total da produção do estabelecimento. Se o estabelecimento possuísse valores similares para a agricultura, pecuária e extração, seria considerado como de *Atividade econômica mista*. O Censo Agropecuário de 2006 adotou o conceito da CNAE 2.0, segundo a qual a atividade econômica do estabelecimento agropecuário é determinada pela predominância simples da atividade que apresenta o maior valor de produção. Deste forma, de todos os valores da produção de todas as atividades presentes no estabelecimento, a este era atribuída apenas a atividade do produto com maior valor de produção. O Censo Agropecuário de 2006 não utilizou a classificação de *Atividade econômica mista*. A substituição da CNAE 1.0 pela CNAE 2.0 teve por objetivo proporcionar ao país uma classificação das atividades econômicas atualizada às mudanças da sua economia e sincronizada com as alterações da versão 4 da *Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas – CIIU/ISIC* (IBGE, 2012).

Atualmente, há outros grupos de atividade econômica em Castanhal, porém como estas não tem sido utilizadas desde o Censo Agropecuário de 1995, no gráfico optou-se por representar somente aquelas investigadas nos três censos. Atualmente, pesca e aquicultura são

investigadas separadamente, mas no Censo Agropecuário de 1995 as duas atividades pertenciam à mesma categoria. A divisão passou a ser adotada a partir do Censo Agropecuário de 2006. Por ter uma produção inferior às demais, esta categoria não foi incluída no gráfico. No Censo Agropecuário de 1995 também eram investigadas as atividades de produção de carvão vegetal, silvicultura e exploração florestal e havia a categoria produção mista, referente aos estabelecimentos onde a lavoura e a pecuária eram realizadas em conjunto e ambos com percentagem de especialização inferior a 66%. No Censo Agropecuário de 2006, além destas categorias terem sido extintas, foram incluídas novas atividades: produção de sementes e mudas certificadas, produção florestal (florestas plantadas) e produção florestal (florestas nativas).

Ao comparar os dados sobre o número de estabelecimentos e sua área, verifica-se que há uma concentração de terra para a pecuária e criação de outros animais. Porém, assim como as lavouras permanentes, a atividade tem apresentado uma queda em sua área dentro do município em todos os censos. A área das lavouras temporárias, apesar de ter crescido entre 2006 e 2017, no último censo possuía uma área menor do que havia em 1995. Quanto ao número de estabelecimentos, a atividade que possui maior destaque em Castanhal são as lavouras temporárias, que tem crescido em número de estabelecimentos nos três anos. As lavouras permanentes e a horticultura e floricultura, apesar de serem a principal atividade de um número menor de estabelecimentos, também cresceram entre um censo e outro. A atividade da pecuária, por outro lado, apesar de ter apresentado um grande crescimento entre 1995 e 2006, caiu no censo seguinte, mas ainda representa um número maior de estabelecimentos do que em 1995.

Gráfico 6 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários de Castanhal por grupo de atividade econômica



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

As categorias de utilização de terras pelo Censo Agropecuário também sofreram algumas alterações, principalmente no sentido de uma melhor especificação as atividades. Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis eram categorias separadas no Censo Agropecuário de 2006 que foram reagrupadas em apenas uma no Censo Agropecuário de 2017. Esta categoria em 1995 referia-se apenas a terras inaproveitáveis, como está representado no Gráfico 7. Matas, florestas e sistemas agroflorestais em 1995 eram referidos como matas, florestas e terras produtivas não utilizadas. As pastagens plantadas passaram a ser divididas em degradadas e em boas condições. Atualmente, a categoria de lavouras temporárias, na verdade, é dividida em duas: temporárias e área para cultivo de flores. Entretanto, por ter outras divisões nos censos anteriores, como temporárias, área plantada com forrageiras para corte e área para cultivo de flores em 2006 e temporárias e temporárias em descanso em 1995, foi necessário agrupar todas estas em apenas uma categoria. Pastagens naturais compreendem as áreas de pastos não plantados, utilizadas ou destinadas ao pastoreio de animais, mesmo que tenham sido limpos ou preparados de alguma forma. Pastagens plantadas compreenderam às “áreas plantadas ou em preparo para o plantio de espécies vegetais destinadas ao pastoreio dos animais existentes no estabelecimento, e que não estivessem degradadas, pois recebiam manutenção frequente” (IBGE, 2012, pág. 50). Matas e florestas são as áreas utilizadas como reserva mínima para proteção ambiental ou fins científicos e biológicos. Como resultado das agrupações das categorias citadas, todas as formas de utilização de terra no município de Castanhal estão representadas no gráfico.

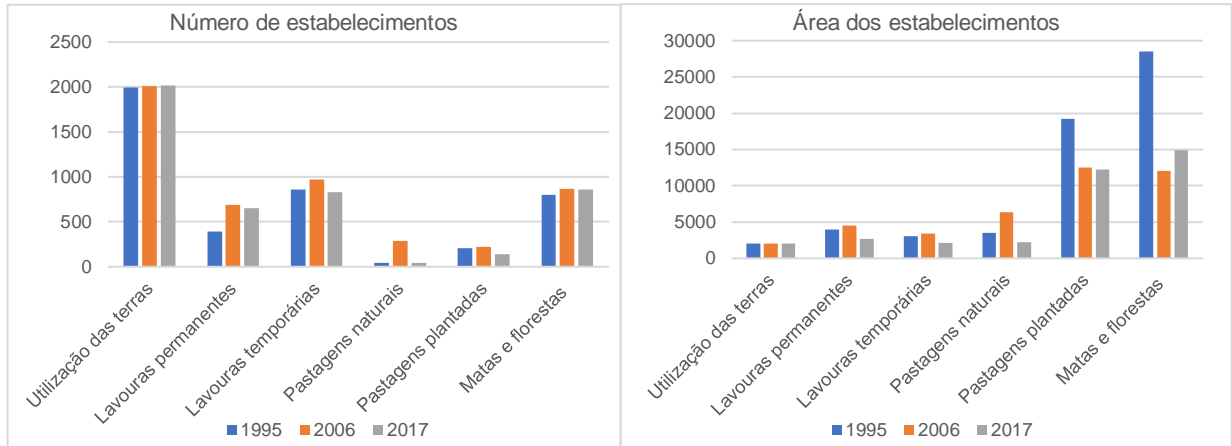
A variável utilização da terra, diferente dos grupos de atividade econômica, possibilita que haja mais de um tipo de utilização em um mesmo estabelecimento. Por este motivo, se somadas todas as suas categorias o resultado é diferente do valor total da área e número de estabelecimentos no município.

O maior destaque do Gráfico 7 está na categoria “pastagens plantadas”, que abrange a segunda maior área por utilização de terras do município, mas é a que representa o segundo menor número de estabelecimentos. Matas e florestas são bastantes expressivas tanto em área como em número de estabelecimentos.

Em relação ao número de estabelecimentos, todas as categorias subiram entre os anos de 1995 e 2006 e caíram no censo seguinte. Porém, lavouras permanentes, pastagens naturais, matas e florestas e terras inaproveitáveis tiveram em 2017 um valor superior ao de 1995. Quanto à área, o número referente a lavouras permanentes, temporárias e pastagens naturais também

subiu entre 1995 e 2006 e caiu em 2017, mas no último, o número era menor do que no primeiro, inclusive para as pastagens plantadas, matas e florestas.

Gráfico 7 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários de Castanhal por utilização das terras

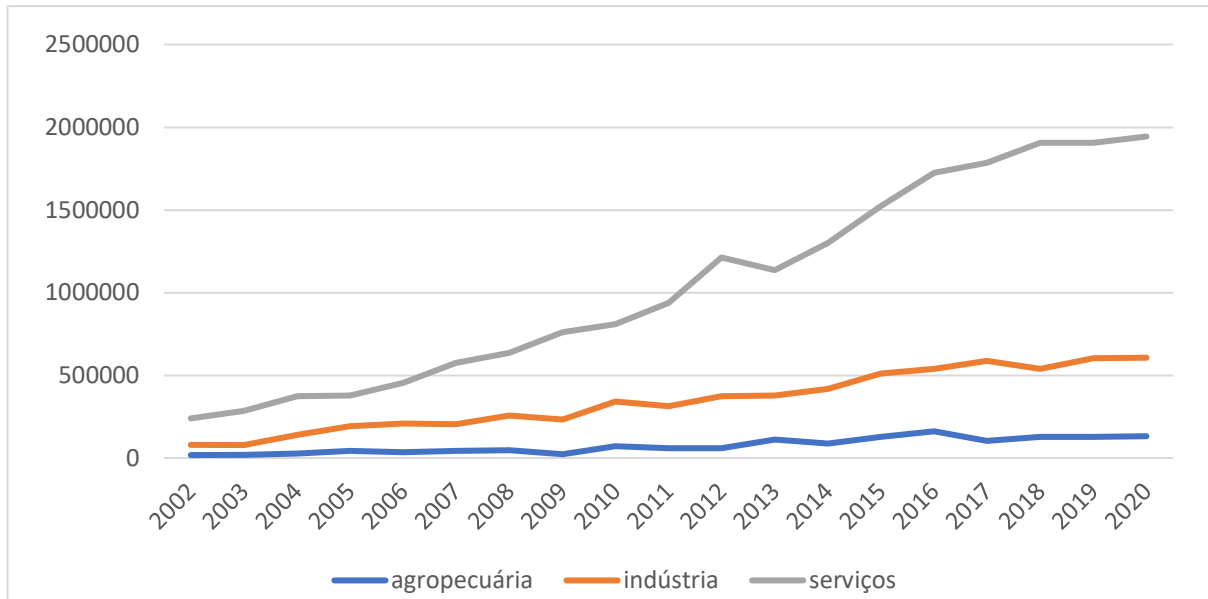


Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

É possível notar, principalmente, pelas tabelas da PAM e na tabela sobre produção de origem animal que na última década houve uma queda em muitos dados no setor agropecuário de Castanhal, que atingiu com mais força a produção agrícola. Algumas produções foram interrompidas entre as pesquisas de 2015 e 2020, a área colhida reduziu para a maioria dos produtos e a quantidade produzida das lavouras também sofreu uma queda para alguns deles.

A agropecuária é um dos setores que mais contribuem para o crescimento econômico do Brasil. O PIB por setores cresceu bastante no decorrer dos últimos anos, principalmente para o setor de serviços. Ao observar o gráfico sobre o PIB, por atividade econômica, (Gráfico 8) percebe-se que os setores da agropecuária e indústria apresentam algumas quedas entre um ano e outro. O setor de serviços, ao contrário, entre 2002 e 2019, caiu apenas uma vez e se manteve em um crescimento acentuado. Tais quedas não chegaram a influenciar o PIB ou o PIB *per capita* do município, que não baixaram em nenhum ano. Nos últimos quatro anos do gráfico, Castanhal tem apresentado uma tendência de crescimento do PIB do setor da agropecuária. Ainda que uma parte da produção agropecuária tenha caído nas duas últimas décadas, principalmente, percebe-se que o PIB da agropecuário segue uma tendência de crescimento. Como foi demonstrado no gráfico sobre população residente por situação de domicílio, o número pessoas vivendo na área rural de castanhal aumentou 114% entre 1991 e 2010.

Gráfico 8 - Produto Interno Bruto (PIB) de Castanhal, por setor produtivo (mil reais)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Os dados apresentados neste capítulo mostram como os indicadores sociais, econômicos e agropecuários são interessantes para esclarecer o desempenho de Castanhal, no decorrer dos anos e também em comparação aos demais municípios da Região Bragantina.

5 PRESENÇA E AUSÊNCIA DO ESTADO NO ASSENTAMENTO CUPIÚBA

Os dados sobre produção agropecuária evidenciam que há alguns entraves na questão agropecuária do município de Castanhal. A ocupação da pecuária em uma grande parte da área rural é um deles. Como estes dados se refletem na prática da agricultura em um assentamento rural? Com base no estudo de Danna Silva (2017), que fez um estudo sobre as estratégias de reprodução social de uma família do Assentamento Cupiúba, é feita uma análise neste capítulo dos desafios enfrentados diante da presença e ausência do Estado em um assentamento de reforma agrária. Neste capítulo, a pesquisa é qualitativa e os dados analisados são retirados da pesquisa mencionada e da pesquisa anterior realizada pela autora no Assentamento Cupiúba.

5.1 Criação do Assentamento Cupiúba

De acordo com dados registrados no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), elaborado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a Fazenda Cachoeira (com área de 1.366,2823 ha), localizada no município de Castanhal, foi ocupada no ano de 1994 por trabalhadores rurais (DUARTE, 2005).

Segundo Mendonça (2004), a área se encontrava em estado avançado de degradação ambiental, devido à prática de exploração madeireira. Grande parte da mão-de-obra contratada para o serviço era oriunda do bairro Jaderlândia, situado ao lado da fazenda. São estes trabalhadores, em sua maioria, que, posteriormente, tomarão a iniciativa de ocupar a área.

A medida em que a exploração esgota os recursos naturais da fazenda, ocasionando desemprego na atividade, a tensão local e a pressão social aumentam. Algumas pessoas começam, então, a invadir a propriedade para retirarem árvores de pequeno e médio porte com o objetivo de produzir carvão ou utilizá-las para outros fins econômicos.

Logo, instala-se dentro da propriedade – no ano de 1993 – um pequeno grupo de pessoas que faziam roça no local. Segundo “Seu” Sabará (CRUZ, 2018), um dos ocupantes da fazenda, a primeira sistematização dos esforços dos trabalhadores ocorreu em 1995 quando foi realizada a primeira assembleia para tratar do interesse comum do grupo: a criação do assentamento. Deste modo, os trabalhadores pretendiam ir à capital do estado, Belém, em busca de um órgão que lhes amparassem quanto aos seus objetivos. Nesta reunião foi formada uma comissão de trabalhadores que estaria à frente da situação. Logo em seguida, foi criada a Associação dos Microprodutores Rurais da Colônia do Cupiúba (AMPRCC), como uma forma de melhor organizarem-se. Os objetivos definidos na assembleia foram encaminhados aos proprietários que, ao tomarem conhecimento do fato, entraram com ação de reintegração de posse (1996).

Enquanto o processo avançava, os proprietários agiam por conta própria a fim de retirar os invasores. Para isso, contratavam pistoleiros com o propósito de fechar a entrada da fazenda com entulhos e roubar os instrumentos de trabalho dos ocupantes da área. Esta era uma prática comum dos antigos donos, que já haviam expulsado outros invasores dessa forma. Porém, graças à articulação dos trabalhadores, foi possível reverter o prejuízo e manter o acampamento.

No período em que a área estava ocupada pelos trabalhadores, a Polícia Militar foi até o local, um dia depois de ter destruído um segundo acampamento que havia dentro da propriedade e que foi formado no mesmo período (acampamento Santa Catarina). Nesta ocasião, os trabalhadores já haviam tomado a iniciativa de acionar o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e recorrer a alguns políticos para que intervissem em favor da criação do assentamento. Os trabalhadores ainda adquiriram alguns documentos que legitimavam a ocupação. Entretanto, estes foram roubados de um dos ocupantes.

Durante a visita, o então Comandante da Polícia Militar, Coronel Magela, encontrou-se com “Seu” Sabará para averiguar a situação do acampamento Cupiúba. No mesmo ano havia ocorrido o Massacre de Eldorado dos Carajás, no qual 19 sem-terra foram brutalmente assassinados em decorrência de uma ação policial⁴. Esse fato somado à resistência dos trabalhadores no acampamento Cupiúba, à interferência de parlamentares de esquerda⁵ e à repercussão social levou à desistência do Coronel Magela e à interrupção da ação policial.

Após este acontecimento, o caso é transferido do ITERPA para o INCRA, quando é iniciado o processo de desapropriação da área e, posteriormente, a criação do assentamento, o território de que trata essa análise.

No dia 30 de junho de 1999 é publicado no Diário Oficial do Estado o decreto de desapropriação da fazenda, no dia 10 de dezembro do mesmo ano o decreto de posse e onze dias depois a criação do Projeto de Assentamento Cupiúba. O assentamento foi dividido em 238 lotes com dimensões de 120x500m (5 ha).

A sua criação é resultado das políticas de reforma agrária gerenciadas pelo INCRA, uma das mais importantes medidas das últimas décadas no que diz respeito ao acesso à terra, em especial para a agricultura familiar. Muitos pesquisadores têm desenvolvido estudos e levantado debates sobre a forma com que as políticas de desenvolvimento adotadas pelo estado, na Região Amazônica, orientaram a ocupação do território. Sobre este assunto, algumas obras

⁴ No dia 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, sul do Pará, 155 policiais militares cumpriam ordem para desobstruir a rodovia onde trabalhadores rurais marchavam rumo à capital para pedir a desapropriação de uma fazenda. A ação da PM terminou com 19 pessoas mortas e muitas feridas.

⁵ Segundo relato de “Seu” Sabará, durante a ação da polícia militar, o Comandante da Polícia Militar recebeu uma ligação do deputado Paulo Rocha (PT) que apelava em favor dos trabalhadores.

servem de apoio à análise que aqui tem sido empreendida. As autoras Edna Castro e Violeta Loureiro possuem uma vasta produção sobre o modelo de desenvolvimento adotado para a Amazônia, como uma região de fronteira para a expansão do capitalismo. Sobre a política de assentamentos rurais, a pesquisa de Sérgio Leite *et al.* (2004) apresenta importantes dados sobre os impactos econômicos, políticos e sociais gerados pelos assentamentos rurais. O estudo busca fazer uma análise sobre o impacto dos projetos de assentamento no contexto em que estão inseridos.

5.2 A relação entre o Estado e o Assentamento Cupiúba

O Estado, assim como os trabalhadores rurais, é um ator presente em todas as etapas do processo de criação do assentamento. Para esta pesquisa, entende-se o Estado como uma entidade que está presente na ausência e na presença de políticas públicas. Ao discorrer sobre o cenário que levou à ocupação da Fazenda Cachoeira, a reforma urbana de Castanhal, discutida no capítulo anterior, possibilitou o surgimento de um segmento populacional à margem física e social do “progresso” defendido pelas autoridades. Indivíduos que não conseguiram emprego nos setores em expansão, que não receberam lotes no centro do município e por esse motivo foram empurrados para as regiões mais distantes.

Danna Silva (2017) realizou pesquisa no Assentamento Cupiúba sobre as estratégias de reprodução camponesa de uma família. No estudo aborda a atuação do Estado no local, materializada através de órgãos estaduais e federais. Ao descrever as atividades de seus interlocutores, a autora aponta diversos momentos em que os órgãos estão presentes no cotidiano dos agricultores. Seja do cadastro para adquirir um lote ou até a iniciativa de um curso sobre piscicultura. Toda a prática da agricultura familiar se dá por intermédio do poder público. Quando não há mais esta prática, é o INCRA também que define quem é ou não agricultor e assume novamente a propriedade do lote até o repassar para um novo agricultor. Por isso os assentados precisam comprovar a atividade no lote por meio de sua produção agrícola.

Segundo a autora, os técnicos agrícolas dos órgãos públicos possuem o conhecimento adquirido por meio de suas formações. Porém, os agricultores combinam o que lhes é ensinado com a experiência na agricultura, mostrando que nem sempre a relação indivíduo e Estado é uma relação de hierarquia. Em alguns casos, os assentados não eram agricultores anteriormente e por isso os técnicos precisam ensinar desde coisas mais básicas como plantar mudas.

Um dos desejos dos assentados é criar uma cooperativa para uma melhor organização da venda de suas produções, porém os agricultores não conseguem chegar a um acordo devido é

divergência de seus posicionamentos. Para um dos interlocutores de Silva (2017), a falta de investimento do Estado e planejamento da EMATER prejudica a atividade dos agricultores pois dificulta o acesso à assistência técnica. Por outro lado, para um dos funcionários do órgão, a falta de organização do assentamento, observada pelo fracasso em criar uma cooperativa, e a burocracia entre as diversas instâncias que atendem o assentamento são as causas para a falta de planejamento da EMATER. Existe dentro do assentamento uma associação, criada ainda durante a invasão da Fazenda Cachoeira. Porém, segundo existe uma disputa de poder entre diferentes grupos presentes no local que dificulta a organização dos assentados. Por não existir uma liderança que sirva de intermediário entre o assentamento e o Estado, a solução encontrada é a de que os agricultores solicitem individualmente assistência técnica quando houver necessidade. Mesmo eventos de maior porte, como treinamentos, combinados previamente com os assentados acabam fracassando. Em um dos treinamentos marcados que possuía parceria com o SEBRAE ninguém compareceu no dia e não é possível, do ponto de vista estrutural, que os funcionários consigam realizar a mobilização necessária. O Estado nem sempre é capaz de alcançar todas as esferas da sociedade e em diversos momentos se torna ineficiente. Em alguns casos, é necessário que a sociedade civil assuma o controle da ação, o que nem sempre é possível quando há conflitos de interesse irresolúveis. Em outros, é preciso uma ação conjunta de ambos.

O fato de o assentamento ser resultado do programa de reforma agrária do INCRA, órgão federal, também dificulta a relação entre a EMATER e os agricultores. Para poder elaborar projetos, os funcionários do órgão estadual precisam de uma autorização do órgão federal. O conflito de funções entre os órgãos e suas esferas governamentais é um grande problema para os agricultores que se veem desamparados pelo órgão que criou o assentamento, visto que este não os atende no seu cotidiano. Mesmo quando há processo licitatório para a escolha de uma empresa que preste serviços aos agricultores, há ineficiência do poder público. Este foi um caso narrado pelo funcionário da EMATER, que ao afirmar que a empresa escolhida na licitação para fornecer assistência técnica não estava mais prestando serviço, revelou que o órgão teve que assumir a função ao ser requisitada pelos assentados. Os agricultores buscam a assistência da EMATER quando não conseguem resolver algum problema na produção ou quando querem iniciar uma nova atividade.

Outro órgão que presta serviços ao assentamento é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), que fornece maquinário, adubo, sementes e peixes. O fornecimento é realizado por meio de ofício da associação. Silva (2017) destaca a importância da SEDAP e da EMATER que mesmo sem poder atuar de forma contínua e efetiva

tem influência no aumento da produção dos assentados. Segundo a autora, no lote em que realizou a pesquisa, quase todas as produções agrícolas foram iniciadas com insumos fornecidos pela SEDAP o que demonstra a estreita relação, neste caso, entre o Estado e o agricultor. De acordo com o funcionário da EMATER, esta situação também se estende para todo o assentamento. A maioria das atividades econômicas exercidas no local é resultado de influência do órgão. Isto é, de forma direta é o Estado que determina o que é produzido no assentamento. Em uma fala de um dos interlocutores da pesquisa, ele fala sobre a acerola, que não conhecia o produto antes de ir para o assentamento. Além da fruta ser bem adaptada ao clima e solo paraense e ter produto durante o ano todo, o interesse do comércio pela fruta é grande. É importante lembrar que o mercado também é um agente que influencia as decisões dos agricultores. Estes se adaptam à lógica de produção do assentamento. Uma das vantagens para os agricultores de seguir as orientações dos técnicos é que se algo der errado, eles podem solicitar um laudo do órgão e, assim, não pagar o financiamento.

Os técnicos entendem que muitas vezes falta aos agricultores conhecimento e comprometimento com a assistência e não recurso. Um dos casos de fracasso da piscicultura no assentamento, para os técnicos, justifica essa opinião. Segundo a engenheira de pesca da EMATER, a demanda pela atividade partiu dos moradores, solicitada por dona Oscarina, interlocutora da pesquisa de Silva (2017). Ao notarem que havia muitas pessoas interessadas em criar peixe, resolveram disponibilizar um curso no local, mas no dia ninguém apareceu. A iniciativa não foi levada adiante, pois dona Oscarina saiu da associação e quem a assumiu não continuou com o projeto. A engenheira de pesca considera que desde quando começou a trabalhar com o assentamento, a piscicultura teve um avanço no local. Quando a pesquisa foi realizada, havia seis criadores de peixe no assentamento e três destes iniciaram com a sua assistência. A princípio, somente dona Oscarina tinha conseguido construir um tanque, mas sem o uso de máquinas, seu companheiro havia cavado por conta própria. Para conseguir os primeiros peixes, dona Oscarina recorreu à prefeitura. Quando os peixes já estavam no tanque, a engenheira afirmou que a água estava muito verde e sugeriu que tirasse uma pequena quantidade da água para fazer uma renovação. Porém, dona Oscarina tirou mais água do que deveria, o que ocasionou choque térmico e os peixes acabaram boiando. O erro ocasionado pela falha na comunicação entre a engenheira e dona Oscarina não foi suficiente para fazer com que ela desistisse da piscicultura. Dificilmente, o banco concede financiamento para a atividade, por ser uma atividade de alto risco. Por esse motivo, quando não utilizam o próprio dinheiro, a estratégia adotada por muitos agricultores é a de solicitar financiamento para a agricultura, mas aplicar o dinheiro na criação de peixes.

Por meio de uma análise entre os discursos do funcionário da EMATER e de um dos interlocutores do assentamento, a autora estabelece uma diferenciação entre os dois pontos de vista. Para o técnico, o êxito da produção agrícola depende exclusivamente do compromisso do agricultor em seguir as orientações recebidas. Porém, segundo a autora, diversos fatores podem influenciar na produção, como acesso a insumos e maquinário. Para o técnico, se a agricultura é voltada ao mercado, o cálculo feito pelo agricultor deve se basear em lucro. Para o assentado, outros fatores também são tão importantes quanto o lucro, como a penosidade do trabalho e a continuidade da venda de seus produtos. Este é um exemplo de como Estado e indivíduo possuem lógicas diferentes e em alguns casos até opostas. O Estado quase sempre será orientado pelo lucro ou pelo crescimento econômico, mas para os indivíduos a tomada de decisões envolve um complexo conjunto de fatores.

O auxílio técnico também se dá no âmbito da gestão da produção e dos recursos. Em alguns casos, os agricultores pedem empréstimo para investir na produção agrícola, mas por inexperiência, em muitos casos, de gerir os recursos ou na atividade a ser desenvolvida, a produção fracassa. Nestes casos, os técnicos atuam propondo soluções, como iniciar uma produção mais barata para recuperar o prejuízo e poder fazer uma nova tentativa posteriormente. Para o técnico, a lógica do agricultor ao pegar o empréstimo não era de produtividade, pois se fosse teria conseguido pagar o financiamento.

Para o técnico da EMATER, as condições de vida dos agricultores do assentamento melhoraram nos últimos anos, porém, poderia ter melhorado mais ainda se não fosse a falta de organização dos agricultores as condições. De fato, a compra de insumos e a venda da produção de forma coletiva poderia ser vantajosa para os agricultores. Entretanto, há pouca crítica sobre a atuação dos órgãos no que se refere às melhorias das condições de trabalho no assentamento. Sobre a dificuldade da EMATER de prestar serviços ao assentamento que está sob a responsabilidade do INCRA, para o técnico do órgão estadual, a situação ainda permanece desta forma por falta de ação dos assentados para mudá-la, pois segundo ele, se estivessem incomodados já teriam agido. Na maioria das vezes, percebe-se que o assentado é responsabilizado pelo fracasso de sua produção ou pela baixa produtividade e lucro.

Os governantes em diversas ocasiões se frustram quando os agricultores não se comportam como é esperado por eles. Durante as políticas de colonização, é realizado um grande esforço para assentar as famílias nos lotes. Para o Estado é uma lógica simples: o indivíduo vai trabalhar na terra e vai obter o lucro em decorrência do seu trabalho. O lucro é o que vai manter os agricultores. Porém, não é apenas o lucro que orienta as ações destes indivíduos e, talvez até mais importante, em grande parte das vezes a atividade agrícola não se

torna lucrativa. As ações do Estado, acima de tudo, são ineficientes quando se trata das camadas populares mais pobres e, contraditoriamente, que mais precisam dos seus serviços. Quando a expectativa e a realidade se chocam é gerada a frustração do plano fracassado.

5.3 A luta pela terra

O Censo Agropecuário de 2006-2007 demonstrou a seguinte relação entre o número de estabelecimentos de agricultura familiar e o tamanho do território que ocupam: 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros são de agricultura familiar, mas possuem apenas 24,3% do território ocupado no campo. O restante dos estabelecimentos (15,6%) faz parte da agricultura “não familiar” – ou seja, é o agronegócio – que, por sua vez, possui 75,7% das áreas ocupadas no campo. Esses dados demonstram a enormidade da concentração de terras no Brasil: mais de 75% da área produtiva nacional se encontra nas mãos de cerca de 15% dos proprietários de terra.

O fracasso do projeto desenvolvimentista regional, no governo militar, acabou fazendo com que os esforços de desenvolvimento se voltassem para a agropecuária. Como explica Loureiro (1992), a princípio o modo de vida amazônico já se encontrava definitivamente alterado, tanto pelo conjunto de rodovias federais construídas e na região, como pelo volume de incentivos fiscais concedidos às empresas agropecuárias. O cenário foi acompanhado de algumas consequências radicais para a região como a busca por grandes extensões de terra na região. A situação acabou intensificando o fenômeno da concentração fundiária e o aumento de conflitos agrários, pois quanto maior era a área, maior era a taxa de incentivos fiscais e menor o preço por hectares. Também houve uma desaceleração do processo de industrialização na Amazônia em detrimento da expansão da agropecuária. Grandes proporções de danos ambientais foram identificadas em função da transformação de áreas de floresta em pastos para a criação de gado. Os incentivos fiscais que a princípio eram destinados ao setor industrial, passam a ser concedidos aos setores madeireiro e agropecuário, com a condição de que as empresas estejam instituídas sob a forma de S/A, excluindo, dessa forma, os pequenos produtores.

Loureiro (1992) afirma que a partir dos anos 70, como consequência das políticas adotadas nos anos anteriores para a região Amazônia, há uma intensificação de conflitos agrários, decorrentes do processo de concentração fundiária, muitas vezes em função de aquisições ilegais, o que pressiona o Estado a desenvolver ações sobre a questão. O que atualmente é de conhecimento geral, o poder público, representando na grande maioria dos

casos os interesses de grupos econômicos privados, instituiu mecanismos de regularização dessas terras em situação ilegal, adquiridas por meio de venda com titulação falsa ou fraudada. Com o passar do tempo, os moradores da região, após sofrerem sucessivas expulsões de suas terras começaram a se articular em movimentos sociais, por considerar como ilegítimas as práticas das quais vinham sendo vítimas, e resistir. Também acreditavam que dificilmente encontrariam terras disponíveis em outra área, por isso optavam por resistir. É a partir deste contexto que eles começam a se organizar e reagir com o apoio de instituições como a Comissão Pastoral da Terra e Conselho Indigenista Missionário.

Em uma de suas pesquisas, Loureiro (1996) analisa o caso de camponeses de Viseu que foram expulsos de suas propriedades pelo Estado para a implementação de uma empresa no local. Mediante a parcialidade do poder público, em favor do grande capital, a reação dos agricultores foi de lutar para retomar as suas terras.

É possível dizer, também, que os trabalhadores de Castanhal lutaram não para retomar as suas terras, mas lutaram para ter o direito de acessá-las. Diante de desafios como a falta de emprego na área urbana, a agricultura surge como uma alternativa de sobrevivência.

No Brasil, a reforma agrária é muito discutida, sendo tema de debate em cada eleição presidencial. Órgãos governamentais, como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foram criados para implementá-la. Em 2000, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O INCRA é vinculado a esse órgão.

Uma verdadeira reforma agrária nunca foi executada no Brasil, a não ser em poucas áreas. Por exemplo, o Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985 tinha como objetivo assentar 1,4 milhão de famílias camponesas em 43 milhões de hectares de terras. Até o início da década de 1990, porém, apenas 15.000 famílias haviam sido assentadas. Isso significa que somente um pouco mais de 1% do total do objetivo estabelecido foi realizado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Castanhal se inicia com as políticas de ocupação que caracterizaram a região como uma fronteira agrícola. Essa era uma medida do governo da província do Pará que almejava expandir a agricultura, por meio da migração europeia, já que havia uma desqualificação do trabalhador local. Um dos motivos que levou a crise no abastecimento foi migração de muitos agricultores para os seringais, em busca dos grandes lucros prometidos por recrutadores.

Com o grande crescimento da economia, em decorrência do ciclo da borracha, foi possível financiar a construção da Estrada de Ferro de Bragança, já que havia uma grande dificuldade para o escoamento dos produtos agrícolas. Nos primeiros anos, muitos colonos europeus chegaram no Pará para serem assentados nos lotes demarcados pelo governo. Porém, com a falta de estrutura adequada e a dificuldade de adaptação o número diminuiu cada vez mais. Foi então, que os nordestinos assumiram lugar de destaque na colonização da Região Bragantina.

A Estrada de Ferro de Bragança apresentou lucro por um período muito curto. Na maior parte do tempo em que esteve em funcionamento era preciso que o governo cobrisse os seus custos. Com o declínio da economia da borracha já não havia mais recursos para continuar mantendo a ferrovia. Após a queda da exportação da borracha a região passou por um período de esquecimento por parte do Estado. Até que no governo de Juscelino Kubitschek foi dado início a um conjunto de políticas que visavam integrar a Amazônia ao resto do país.

A ideologia do desenvolvimento que fazia parte de um projeto norte-americano rapidamente foi disseminada por todos os países. Rist, que a define como um conjunto de crenças criado pelo mundo ocidental, defende que esta nova forma de relação entre os países serviu aos interesses dos Estados Unidos.

Por outro lado, no caso do Brasil, desde o projeto de integração nacional de Juscelino Kubitschek, a Amazônia tem sido alvo do modelo desenvolvimentista. A Estrada de Ferro de Bragança, foi um dos alvos desse conjunto de medidas. Na primeira metade do século XX, já havia uma rede de estradas que atendia as necessidades da região. Com a construção da BR-316 (Rodovia Belém-Brasília), juntamente a várias outras pelo país, a ferrovia é extinta em 1965.

A partir da década de 1960 difundiu-se a mentalidade de que era possível acelerar a industrialização dos países subdesenvolvidos com os investimentos de capital estrangeiro. Para isso, o governo militar iniciou um conjunto de medidas que integrariam a Amazônia, ao mesmo tempo em que facilitariam o acesso aos recursos naturais, principal atrativo do grande capital.

Devido à concorrência com a região Sul do país foi inviável desenvolver a indústria na Amazônia. Assim, as atenções voltam-se para a agropecuária. Com o grande volume de incentivos fiscais cedidos pelo governo federal às grandes empresas agropecuárias, o processo de concentração fundiária e os conflitos agrários se intensificaram na região. O fato é que houve uma séria de mecanismos por parte do poder público para regularizar as terras ilegais. Assim, os pequenos produtores que estavam sendo expulsos de suas propriedades passam a se articular em movimentos sociais para reivindicar o acesso a terra.

Nesse mesmo período, Castanhal passava por uma reforma urbana como resultado, também, do discurso do desenvolvimento. Entre os esforços para atrair novas indústrias, foram adotadas políticas de incentivos fiscais e isenção de impostos. Embora o município estivesse recebendo um maior número de investimentos e novos empreendimentos, a situação em bairros mais afastados não condizia com a mudança que estava ocorrendo no centro da cidade. O município que recebia muitos novos moradores, enfrentava uma onda de criminalidade e escassez de serviços básicos.

Na década de 90, em decorrência do agravamento das condições a que a população castanhalense estava submetida nas periferias, foi iniciada a ocupação de uma fazenda que ficava localizada ao lado de um bairro periférico. Trabalhadores que não conseguiam encontrar oportunidades de emprego na área urbana, viram no local uma chance de adquirir um lote de terra para trabalhar. Depois de cinco anos de luta, o Assentamento Cupiúba foi criado.

Ao olhar para os dias atuais, por meio de indicadores socioeconômicos, é possível identificar que Castanhal conseguiu se destacar diante dos demais municípios que foram cortados pela Estrada de Ferro de Bragança. A sua posição estratégica, às margens da Rodovia Belém-Brasília, é uma das razões para que a economia do município tivesse condições de crescer. Os seus indicadores se aproximam dos da capital.

No que diz respeito às condições dos produtores do Assentamento Cupiúba, há quase nenhuma assistência do Estado. Ao mesmo tempo em que lutam para não serem expulsos da terra por grandes proprietários de terra, os assentados também enfrentam as adversidades do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. **Síntese da História Antiga da Castanhal**. Castanhal, PA: [s.n.], 2000.

BARROS, O. S. A “**cidade modelo**”: reforma urbana, conflitos sociais e o discurso de progresso em castanhal (1960-1987). 2014. 285 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Faculdade de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

BARROS, O. S. “**Foi algo que nunca aconteceu**”: por uma história social de Castanhal (1978-1987). 2020. 295 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Faculdade de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

CASTRO, E. R. **Amazônia**: sociedade, fronteiras e políticas. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 9-16, Jan./Abr. 2012.

CASTRO, E. R.; CAMPOS, I. **Formação Socioeconômica do Estado do Pará**. In: CASTRO, E. R.; CAMPOS, I. (Org.) **Formação Socioeconômica da Amazônia**. v. 2. Belém: NAEA, 2015.

CONCEIÇÃO, M. F. C. **Políticas e colonos na Bragantina, Estado do Pará**: um trem, a terra e a mandioca. 1990. 320 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1991. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279556>. Acesso em: 21 de outubro de 2019.

CRUZ, L. H. S. **Terra e trabalho**: uma história de luta de uma família assentada. 2018. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

DALBERTO, C. R.; ERVILHA, G. T.; BOHN, L.; GOMES, A. P. **Índice de Desenvolvimento Humano Eficiente**: uma mensuração alternativa do bem-estar das nações. Pesquisa e Planejamento Econômico. v. 45, n. 2, ago 2015.

DUARTE, M. M. **Entre enigmas, rupturas e identidades**: um estudo do processo de ressocialização nos assentamentos rurais, resultantes de ocupação, mediados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais / Central Única dos Trabalhadores – CUT (Castanhal – PA / Sumaré – SP). 2005. 508 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: segunda apuração. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro, v. 49, p.1-16, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Central de Empresas 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: características gerais das produções agropecuária e extrativista, segundo a cor ou raça do produtor e recortes territoriais específicos. Rio de Janeiro, v. 9, p.1-172, 2022.

JANNUZZI, P. M. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Revista de Administração Pública, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan/fev 2002.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, medidas e aplicações. 3ª ed. Campinas: Alínea, 2004.

LACERDA, F. G. **Migrantes cearenses no Pará**: faces da sobrevivência (1889-1916). 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LEANDRO, L. M. L. **Campesinato e abastecimento na Zona Bragantina (1880 – 1960)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

LEANDRO, L. M. L.; SILVA, F. C. **A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará**. Novos Cadernos NAEA, v. 15, n. 2, p. 143-174, dez 2012.

LEITE, S. *et al.* (coord.). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: UNESP, 2004. 391p.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia**: Estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992. (Coleção Amazoniana, nº 1)

LOUREIRO, V. R. **Estado, bandidos e heróis: utopia e conflito na Amazônia**. Belém: Ed. Cejup, 1996.

MENDONÇA, Y. V. S. **Assentamento rural: da propriedade privada à produção coletiva: o caso dos Pa's Cupiúba e João Batista II**. 2004. 95 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004.

PAULA, D. A. **Estado, sociedade civil e hegemonia do rodoviarismo no Brasil**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul/dez 2010.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e de uso da terra na Região Bragantina do estado do Pará**. Belém: UFPA, 1967. v. 1. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo)

PINTO, D. G.; COSTA, M. A.; MARQUES, M. L. A. (Coordenação). **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

PRADO, A. T. **Castanhal, memórias em pedaços**. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2020.

RIST, G. **The history of development: from western origins to global faith**. 3 ed. London & New York: Zed Books, 2008.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.